



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
ESTUDOS DA LINGUAGEM

Érica Faustina da Silva Marins

**O ESTUDO DA CONCORDÂNCIA VERBAL NO TEXTO DA *GRAMMATICA DA
LINGUA PORTUGUESA*, DE JOÃO DE BARROS (1540)**

Mariana
2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
ESTUDOS DA LINGUAGEM

Érica Faustina da Silva Marins

O ESTUDO DA CONCORDÂNCIA VERBAL NO TEXTO DA *GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUESA*, DE JOÃO DE BARROS (1540)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguística Histórica.

Orientadora: Profa. Dra. Soélis Teixeira do Prado Mendes.

Mariana
2017

M339e

Marins, Érica Faustina da Silva.

O estudo da concordância verbal no texto da *grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros (1540) [manuscrito] / Érica Faustina da Silva Marins. - 2017.

151f.: il.: graf.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Soélis Teixeira do Prado Mendes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras.

Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. João de Barros, 1496-1570 . 2. Língua portuguesa - Gramática. 3. Língua portuguesa - Concordâncias . 4. Língua portuguesa - Português arcaico - Até 1400. I. Mendes, Soélis Teixeira do Prado. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 811.134.3(043.3)

Catálogo: www.sisbin.ufop.br



Érica Faustina da Silva Marins

***ESTUDO DA CONCORDÂNCIA VERBAL NO TEXTO DA GRAMMÁTICA DA
LÍNGUA PORTUGUESA, DE JOÃO DE BARROS (1540)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, linha de pesquisa Linguagem e Memória Cultural. Aprovada em 31 de julho de 2017 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

**Profa. Dra. Soélis Teixeira do Prado Mendes
(Orientadora da pesquisa)
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP**

**Prof. Dr. Clézio Roberto Gonçalves
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP**

**Prof. Dr. Edson Ferreira Marins
Universidade Federal de Viçosa - UFV**

Para Ivanir e Messias, minha fortaleza.

Para Heloísa, Jaderley Júnior e Helena, meus amores.

Para Soélis, meu anjo-da-guarda.

AGRADECIMENTOS

Quase tão difícil quanto escrever esta dissertação, foi usar um espaço tão reduzido para descrever meu reconhecimento a todos aqueles e aquelas que fizeram parte desta minha trajetória. Pensei em inúmeras formas de usar as palavras de modo que elas conseguissem reproduzir meu sentimento de gratidão e alegria, mas não consegui nada além de: sou grata.

Grata aos meus pais, a quem dediquei este trabalho. Grata pelo apoio emocional, espiritual e financeiro; grata pelo carinho, compreensão, disponibilidade, generosidade e, sobretudo, grata pelo amor imensurável que eles sempre dispensarem a mim. Não tenho condições de dizer nada mais que isso. Que Deus os recompense.

Grata aos meus filhos e neta, por compreenderem meu humor instável, minha impaciência e, muitas vezes, minha ausência nesses últimos 24 meses. Sou grata por poder tê-los ao alcance dos meus olhos e dos meus braços, mesmo naqueles momentos nos quais meus braços e olhos estavam voltados somente para os livros.

Grata aos meus amigos, de longe e de perto, por me incentivarem, me alegrarem e me confortarem nos momentos de desânimo e desespero. Grata pelas mensagens e imagens compartilhadas de modo virtual ou real; grata pelas alegrias, gargalhadas, lágrimas, inseguranças e conselhos partilhados.

Grata aos colegas de curso pelas dúvidas, angústias e vitórias compartilhadas. Grata às colegas que viraram amigas, amigas tão queridas e irmanadas que tenho a impressão de que sempre fizeram parte da minha vida. Juliana, Luciana e Thaís: obrigada pela amizade.

Grata por ter conhecido um ser humano tão especial, dedicado e generoso, que mais parece um anjo da guarda. Alguém que me recebeu com esmerado carinho, companheirismo e dedicação. Marcus, muito obrigada por tudo, inclusive por me trazer a amizade do Matheus. *Matetu*, muito obrigada por fazer parte disso tudo também e pela assessoria com o inglês.

Sou grata aos professores e ex-professores do PósLetras pelo apoio e orientação. Sobretudo à Ana Paula Rocha, ao Alexandre Agnolon e ao Clézio Gonçalves.

Sou grata à Lúcia Simplício, secretária do PósLetras, pela atenção e disponibilidade com que sempre atendeu aos mestrandos; e à CAPES, pelo auxílio financeiro.

Sobretudo, sou grata à minha orientadora, profa. Soélis, que me acompanha desde a graduação e por quem tenho uma admiração imensurável. Sou grata por você ter me orientado da forma tão competente; sou grata por sua disponibilidade, por sua generosidade e por sempre ter acreditado em mim, mesmo quando nem eu mesma acreditava. Eu só cheguei até aqui porque sabia que você estaria presente. Obrigada.

Minha fé na vida e no Criador não me deixaria terminar essas linhas sem antes fazer este agradecimento especial: Deus, por tudo e por todos a quem me referi acima, sou grata.

Amártyron oudèn aéido.

[CALÍMACO]¹

¹ Nada canto que não esteja documentado.

O estudo da concordância verbal no texto da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros (1540)

RESUMO

Pretendemos, com este trabalho, analisar as regras que subjazem as estruturas de concordância verbal no texto da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros (1540). A escolha da gramática de Barros, em detrimento de outra obra da época, foi motivada pelo nosso interesse em entender a relação entre as gramáticas das nascentes línguas românicas com o modelo greco-latino, e essa gramática foi, em Portugal, a “primeira a seguir esse modelo, inaugurado pelo gramático espanhol Nebrija” (LEITE, 2007:146). Ocorre que, durante a leitura da obra, notamos que pareciam existir mais regras de concordância na escrita do texto do que a prescrita pelo gramático, além de percebermos também que, em algumas estruturas, a concordância entre sujeito e verbo parecia não acontecer como o prescrito. Logo, a realização da nossa pesquisa justifica-se por essa hipótese, já que sobre esse assunto o autor apresenta uma só regra: o verbo concorda com o seu nominativo. Para se chegar aos resultados, depois da leitura e transcrição da *Grammatica* e do levantamento das ocorrências de concordância verbal, as separamos em duas categorias: ocorrências em acordo com a regra prescrita e ocorrências em desacordo com a regra prescrita por Barros. A partir de então, procedemos à descrição e à análise dos dados, que confirmaram parcialmente nossa hipótese, considerando-se que, das 1979 ocorrências de concordância verbal analisadas, apenas seis se mostraram contrárias à regra prescrita pelo gramático. Ainda que tenha sido em número reduzido, os dados nos possibilitaram perceber indícios de regras de CV já em vigência na época, mas ainda não preconizadas pelo autor.

Palavras-chave: João de Barros; Gramática; Concordância Verbal; Português Arcaico.

Verbal agreement in João de Barros's "Grammatica da Lingua Portuguesa" text (1540)

ABSTRACT

This work aims at evaluating examples of subject-verb agreement from the *Grammatica da Lingua Portuguesa* text by João de Barros (1540). This text was chosen instead of coeval works due to our particular interest in analysing the relationship between the then new grammars of Romance languages and the Greco-Latin model. In Portugal Barros' grammar was the "first one to follow the model started by the Spanish grammarian Nebrija" (LEITE, 2007:146). However, when reading the grammar, we noticed more grammatical rules in Barros' writing concerning agreement than prescriptions *per se*. At the same time, we also noticed examples of subject-verb agreement that do not follow those prescriptions. Therefore, this work is justified by this hypothesis since the author prescribes only one rule: the verb agrees with the nominative argument. In order to get the results, after reading and transcribing the *Grammatica* and mapping examples of subject-verb agreement, we divided the examples into two categories: those that confirmed Barros' prescriptions and those that contradicted Barros' prescriptions. Then we described and analysed the data, partially confirming our hypothesis since, from the 1979 of the analysed sentences, only 6 contradict Barros' prescriptions. Even though it is a low number, the data analysis allowed us to see indications of other subject-verb agreement rules that were not prescribed by the author.

Keywords: João de Barros; Grammar; Subject-Verb Agreement; Old Portuguese.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Periodização da língua portuguesa.....	38
Quadro 2 - Casos particulares.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação: ocorrências totais x ocorrências descartadas.....	80
Tabela 2 - Ocorrências válidas.....	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CV Concordância Verbal
- GH Gramática Histórica
- PB Português Brasileiro
- PE Português Europeu
- P3 Terceira Pessoa (terceira pessoa do singular)
- P6 Sexta Pessoa (terceira pessoa do plural)
- SV Sintagma Verbal
- SN Sintagma Nominal
- SVC Sujeito, Verbo e Complemento
- Sprep Sintagma Preposicionado
- V Verbo

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	16
1.1.	JUSTIFICATIVA	17
1.2.	OBJETIVOS	18
1.2.1.	Objetivo geral	18
1.2.2.	Objetivos específicos:.....	18
1.3.	METODOLOGIA	18
1.3.1.	O <i>corpus</i>	19
1.4.	ESTRUTURA	20
2.	A LÍNGUA PORTUGUESA: SÍNTESE HISTÓRICA, MEMÓRIA E EMULAÇÃO	22
2.1.	HUMANISMO E RENASCIMENTO NA EUROPA.....	25
2.2.	A MEMÓRIA	28
2.3.	QUEM FOI JOÃO DE BARROS?.....	35
2.4.	A RESPEITO DA PERIODIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA	38
3.	DAS GRAMÁTICAS CLÁSSICAS À <i>GRAMMATICA DE JOÃO DE BARROS</i> : UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO	41
3.1.	UMA SÍNTESE SOBRE O SURGIMENTO DA GRAMÁTICA OCIDENTAL	43
3.2.	AS GRAMÁTICAS, OS GRAMÁTICOS E A EDUCAÇÃO PORTUGUESA DO SÉCULO XVI	47
3.3.	A <i>GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUESA</i> , DE JOÃO DE BARROS.....	49
3.4.	FERNÃO DE OLIVEIRA E A <i>GRAMMATICA DA LINGOAGEM PORTUGUESA</i> 51	
3.5.	OLIVEIRA E BARROS: UM CONTRAPONTO	53
3.6.	LEÃO E GÂNDAVO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO	57
4.	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A CONCORDÂNCIA VERBAL.....	60
4.1.	CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS ARCAICO	60

4.2.	AS REGRAS DE CV NAS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS	64
4.2.1.	<i>Grammatica Histórica</i>	64
4.2.2.	<i>Gramática Histórica da Língua Portuguesa</i>	65
4.2.3.	<i>Gramática do Português Antigo</i>	66
4.3.	OUTRAS FONTES HISTÓRICAS	67
4.3.1.	<i>Syntaxe Histórica Portuguesa</i>	67
4.3.2.	<i>Sintaxe Clássica da Língua Portuguesa</i>	68
4.3.3.	<i>História e Estrutura da Língua Portuguesa</i>	69
4.3.4.	Em síntese.....	70
4.4.	AS REGRAS DE CV NAS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS: NORMA E DESCRIÇÃO	71
4.4.1.	A gramática normativa	72
4.4.2.	A gramática descritiva.....	75
4.5.	POSIÇÃO E DISTÂNCIA DO SUJEITO EM RELAÇÃO AO VERBO.....	76
5.	DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	80
5.1.	DADOS QUANTITATIVOS: UMA AMOSTRAGEM	80
5.2.	DADOS QUALITATIVOS: O QUE DIZEM AS OCORRÊNCIAS?	82
5.2.1.	Ocorrências de CV em conformidade com a regra prescrita por João de Barros	82
5.2.2.	Ocorrências de CV em desacordo com a regra prescrita por João de Barros.....	84
5.2.3.	Ocorrências de CV com os verbos <i>ter, deter, reter, em P3 e P6</i>	88
5.2.4.	Ocorrências de CV com os verbos <i>vir e convir em P3 e P6</i>	90
5.2.5.	Ocorrências de CV com os verbos <i>poer e compoer em P3 e P6</i>	90
5.2.6.	O pronome <i>se</i> : reflexão, apassivação e indeterminação no português quinhentista....	92
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	99
	ANEXOS	103

1. INTRODUÇÃO

A história da civilização ocidental é marcada, em todos os aspectos, pela herança grega e latina que ainda hoje inspira estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento. Essa herança inspirou também os humanistas do século XVI, que se voltaram ao passado clássico para produzir suas obras literárias e científicas.

Nos séculos XV e XVI, época das conquistas ultramarinas, em função das grandes navegações, o idioma lusitano expandiu-se para fora do seu continente e a língua portuguesa passou por grandes transformações, que ficaram registradas nas gramáticas da época. É nesse contexto histórico que surge *A Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros. Publicada em 1540, foi a primeira a fazer uma prescrição gramatical da nossa língua.

A primeira edição da *Grammatica*, juntamente com o *Dialogo em louvor de nossa linguagem*, foi realizada em 1540, por Luís Rodrigues. Segundo Gabriel Antunes de Araújo (2008), organizador de uma das edições da *Cartinha* e da *Grammatica*, a obra completa de Barros,

incluindo a *Cartinha*, a *Grammatica da lingua portuguesa*, o *Diálogo em favor da nossa linguagem* e o *Diálogo da viciosa vergonha*, compilada sob auspícios dos monges do Mosteiro da Real Cartucha de Évora, veio a lume somente em 1785. Da edição Princeps de 1539, no entanto, há somente um exemplar conhecido, depositado na Biblioteca Nacional (BN) do Rio de Janeiro. (p.8).

Na segunda metade do século passado, em 1957, José Pedro Machado publicou a terceira edição e, em 1971, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa lançou uma quarta edição, que também inclui a *Cartinha* e os dois diálogos citados, com reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações feitas por Maria Leonor Carvalhão Buescu (1971).

Nesta pesquisa, usaremos a edição fac-similada, que se encontra no acervo digital da Biblioteca Nacional de Portugal e a edição crítica de Buescu, considerando-se que esta seja a mais representativa da original e pela autora ser uma das mais renomadas estudiosas do assunto. Para tanto, elegemos a edição semidiplomática², baseada nas normas de transcrição de Mendes

² Conforme Marchis Fachin (2008/2009), as edições semidiplomáticas “além de conservarem o estado de língua da época em que os documentos foram produzidos e o hábito de escrita de seus escribas, facilitam a sua leitura ao passar os caracteres manuscritos para os tipográficos. [...] Os critérios de transcrição utilizados para esse tipo de edição são elaborados com a intenção de conservar o estado de língua dos manuscritos, possibilitando, menos possível, a interferência do editor.”.

(2008)³. Optamos por editar a *Grammatica da lingua portuguesa* - versão fac-similada da Biblioteca Nacional de Lisboa, porque entendemos que, dessa forma, nosso trabalho de coleta de dados seria facilitado, haja vista que a versão digital é um arquivo de imagem, o que torna dificultoso o recorte dos enunciados para a análise.

Esta pesquisa visa à análise das ocorrências de concordância verbal no texto da *Grammatica* de João de Barros, objetivando, além da apresentação dos casos de concordância verbal conformes ou não à regra prescrita pelo autor, analisar também aquelas que subjazem a essas estruturas. A descrição e a análise acontecerão a partir do levantamento de todas as ocorrências de concordância verbal encontradas e da descrição e análise do contexto sintático dessas ocorrências.

1.1. JUSTIFICATIVA

A escolha da gramática de João de Barros foi motivada pelo interesse em entender a relação entre as gramáticas das nascentes línguas românicas e o modelo greco-latino, sendo a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, a “primeira a seguir esse modelo, inaugurado pelo gramático espanhol Nebrija” (LEITE, 2007:146). Ademais, há que se registrar aqui que, somente Barros, entre seus contemporâneos, reservou um espaço para a sintaxe em sua *Grammatica*. Pode ser que esse fato tenha a ver com a história das gramáticas gregas e latinas, as quais serviram de modelos para as gramáticas das línguas vulgares.

Já a inquietação em fazer um estudo sobre a concordância verbal no texto da *Grammatica* nasceu a partir da leitura da referida obra, realizada semanalmente com o GEGRAM⁴. Durante essas leituras, verificou-se que pareciam existir mais regras de concordância verbal na escrita do texto de João de Barros do que a prescrita por ele, como por exemplo, a concordância em estruturas passivas sintéticas, que na redação do texto parece ser usada de forma diversa, ou ainda o uso dos verbos *ter*, *vir*, *conter* e *poer*.

³ Quais sejam: conservação das abreviaturas e dos sinais de pontuação e separação vocabular, respeito às fronteiras entre as palavras e ao emprego de maiúsculas e minúsculas; número referente à paginação original, paragrafação e a translineação estão indicadas com /.

⁴ Grupo de Estudo de Gramática Antiga, liderado pelas professoras Dra. Soélis Teixeira do Prado Mendes (UFOP) e Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen (UFMG), registrado no CNPq.

Dessa maneira, a realização desta pesquisa justifica-se pela hipótese que a subjaz: a de que o texto da *Grammatica* de Barros parece apresentar construções sintáticas onde há discordância entre sujeito e verbo e também mais regras de concordância verbal do que a proposta por ele, qual seja, que o verbo deve concordar com seu nominativo: “Concordância é uma cõveniência de duas dições correspõdentes uma á outra, em numero, em genero: em cáso, pessoa, ou em alguma destas cousas. [...] Em numero e pessoa: como, o nominativo e verbo.” (BARROS, 1540:30v).

1.2. OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo geral

Analisar as regras que subjazem as estruturas de concordância verbal no texto da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros.

1.2.2. Objetivos específicos:

- Levantar todas as ocorrências (e não ocorrências) de concordância verbal encontradas no texto da gramática;
- Analisar o contexto sintático dessas ocorrências;
- Apresentar as estruturas em que ocorrem (ou não) a concordância verbal.

1.3. METODOLOGIA

Para comprovar (ou não) nossa hipótese, pretendemos extrair do texto da gramática de João de Barros os usos da concordância verbal, doravante CV. A partir da leitura e da transcrição da *Grammatica*, a metodologia da pesquisa será a seguinte:

- Identificação e levantamento de todas as ocorrências de CV encontradas no texto.
- Separação das ocorrências de CV nas seguintes categorias:

- Ocorrências de **CV** em acordo com a regra prescrita por João de Barros;
- Ocorrências de **CV** em desacordo com a regra prescrita por João de Barros;

Em seguida, analisaremos cada uma das ocorrências, descrevendo-as e distribuindo-as nas categorias elencadas acima. Para tanto, vamos esclarecer alguns pontos a respeito do nosso *corpus* e do procedimento de análise e ressaltar que nossa proposta é realizar um estudo de natureza exploratória e descritiva, com uma estratégia de pesquisa predominantemente qualitativa.

1.3.1. O *corpus*

Exclusivamente para esta pesquisa, fizemos a edição semidiplomática da *Grammatica da lingua portuguesa* - versão fac-similada da Biblioteca Nacional de Lisboa, porque entendemos que, dessa forma, nosso trabalho de coleta de dados seria facilitado, haja vista a versão digital é um arquivo de imagem, o que torna dificultoso o recorte dos enunciados para a análise.

No entanto, para melhor legibilidade e apresentação dos resultados da análise, os excertos retirados do texto e aqui exemplificados passaram por uma atualização em alguns de seus caracteres, quais sejam: ç, f, j, ß, e também descartamos a separação vocabular e as barras indicativas de paragrafação e a translineação. Apresentaremos também as imagens referentes a alguns dos sintagmas analisados, para ilustrar nossos exemplos e esclarecer quaisquer dúvidas referentes à edição que porventura vierem a aparecer. Informamos também que o número indicado no final dos exemplos corresponde às linhas da transcrição e não às das páginas do fac-símile da *Grammatica*.

Salientamos que, embora nosso objeto de pesquisa - a concordância verbal - não faça parte de um manuscrito, e sim o fac-símile de uma obra impressa há mais de quinhentos anos, essas informações sobre a edição são relevantes porque, conforme Mattos e Silva (1991:61),

(...) para a seleção de qualquer *corpus* que represente o português na sua fase arcaica se faz necessário que se avalie previamente a edição com que se trabalhará porque há, na tradição filológica, edições que podem ser úteis a historiadores e estudiosos da literatura, mas que podem estar prejudicadas para estudos de línguas, já que seus editores interferem, mais ou menos, sem esclarecer, nos dados lingüísticos dos manuscritos que editam.

Acrescentamos ainda que, embora nossa pesquisa seja de cunho qualitativo, apresentaremos, em números gerais, as ocorrências de concordância verbal encontradas. Ressaltamos que esses dados foram coletados de forma manual, sem a utilização de nenhum *software*⁵ para localizar as ocorrências.

1.4. ESTRUTURA

Depois deste capítulo inicial, em que estamos apresentando nossa pesquisa, seus objetivos, justificativa e metodologia, passamos aos capítulos de conteúdo teórico e, ao final, àquele destinado à análise dos dados.

Inicialmente, no capítulo dois, A LÍNGUA PORTUGUESA: SÍNTESE HISTÓRICA, MEMÓRIA E EMULAÇÃO, trataremos da contextualização histórica em que se deu a publicação da *Grammatica*, para tanto, discorreremos brevemente sobre o surgimento e desenvolvimento da língua portuguesa e sobre sua relação de emulação com o latim. Apresentaremos uma concisa biografia de João de Barros e, para finalizar, falaremos sobre a periodização histórica da língua portuguesa, para justificarmos o uso do termo *arcaico*, que será usado no decorrer de toda a pesquisa.

O capítulo três, intitulado DAS GRAMÁTICAS CLÁSSICAS À GRAMMÁTICA DE JOÃO DE BARROS: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO, também será de cunho histórico. Nele, além de fazermos uma apresentação detalhada da *Grammatica*, descrevendo as partes que a compõem e, mais detalhadamente, o capítulo que trata da sintaxe (ou construção), faremos um breve relato do surgimento das primeiras gramáticas ocidentais até as gramáticas do século XVI. Feito isso apresentaremos outros gramáticos e ortógrafos quinhentistas, com destaque para Fernão de Oliveira, cuja obra, *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, é considerada a primeira gramática do português. Após essa apresentação, faremos um contraponto entre as obras de Oliveira e Barros, embasando-nos nas considerações de Buescu (1978) e Leite (2007).

⁵ A justificativa de não usarmos um *software* específico para esse trabalho de coleta, inicialmente foi porque iríamos trabalhar com imagem e não texto (já que o documento na qual as estruturas de CV seriam retiradas é um facsímile, não possibilitando assim a leitura por esse tipo de programa). Quando, por fim, optamos por fazer a transcrição da *Grammatica*, tentamos conseguir a licença e o treinamento para usar o programa *Word Smith Tools*, mas tivemos dificuldade em obtê-lo.

O capítulo quatro, PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A CONCORDÂNCIA VERBAL apresenta o aparato teórico no qual fundamentaremos nossa pesquisa. Num primeiro momento, apresentaremos nossas leituras sobre os trabalhos que trataram da concordância no português arcaico, como os publicados por Scherre e Naro (1998; 2007) e Mattos e Silva (1991; 1993; 2006; 2010). Seguindo, passaremos às considerações das gramáticas históricas e de outras obras que também tratam de sintaxe histórica, sobre o conceito de CV no português. Para tanto, disporemos das publicações de Eduardo Carlos Pereira (1923), Said Ali (1965), Joseph Huber (2006), seguidos de Augusto Epiphany da Silva Dias (1959), Cláudio Brandão (1963) e Mattoso Câmara Jr (1985). Para nos nortear na descrição e análise dos dados da nossa pesquisa, faremos uso também das gramáticas contemporâneas, normativa e descritiva: de Cunha & Cintra (1985), de Rocha Lima (1992), Evanildo Bechara (2003) e Mário Perini (2003). Para finalizar o capítulo, trataremos de um fenômeno sintático que, com base em leituras preliminares do texto de Barros, poderá influenciar a análise das ocorrências de CV - a posição e a distância do sujeito em relação ao verbo.

DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS, tópico do capítulo 5, fundamentar-se-á nos resultados obtidos a partir do levantamento dos dados, que foram coletados de forma manual, sem a utilização de nenhum *software* para localizar as ocorrências de CV. Nesse capítulo, apresentaremos os números correspondentes às ocorrências encontradas, que serão separadas de acordo com as categorias expostas no parágrafo que tratou da metodologia dessa pesquisa. Em seguida, passaremos à análise e à descrição dos dados para, posteriormente, compararmos o resultado obtido com nossa hipótese inicial. Descreveremos também o ambiente sintático onde essas ocorrências estão inseridas, confrontando-as com a regra prescrita por Barros.

E, finalmente, passaremos às CONSIDERAÇÕES FINAIS, onde relataremos nossas apreciações a respeito do que foi proposto e o resultado obtido com as análises.

2. A LÍNGUA PORTUGUESA: SÍNTESE HISTÓRICA, MEMÓRIA E EMULAÇÃO

*Sustentava contra elle Venus bella,
affeicoada aa gente Lusitana
por quantas qualidades via nella
da antiga tam amada sua Romana;
nos fortes coracoes, na grande estrella
que mostrarao na terra Tingitana:
e na língoa, na qual, quando imagina,
com pouca corrupção crê que he a Latina.
[Camões, Os Lusíadas]*

É certo que uma importante obra literária ou científica dá testemunho do seu autor e, conseqüentemente, do povo que a produziu, além de refletir a cultura, a história e, sobretudo, a língua desse povo. Com base nessa reflexão, podemos crer que essa asserção se evidencia nas produções das gramáticas históricas em nosso idioma. Além disso, não se nega que a linguagem é “uma herança social, cuja história se estende por séculos” (BASSETTO, 2005:85). Assim sendo, a história de uma língua está relacionada à história de seu povo ou nação, ao contato entre diferentes etnias e à relação de dominação e submissão entre elas.

Sabemos que a língua portuguesa originou-se do latim vulgar, uma variante da língua romana falada por grande parte da população. As variantes vulgares do latim eram faladas pelos diversos povos; mesmo no alto império já se falavam as diversas variantes do latim vulgar, quer na Península Itálica, quer nas diversas províncias do Ocidente romanizado:

A língua portuguesa é a continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do império romano, no início do séc. III a.C., particularmente no processo de romanização dos povos do oeste e noroeste (lusitanos e galaicos), processo que encontrou tenaz resistência dos habitantes originários dessas regiões. (BECHARA, 2003:23)

Conforme Said Ali (1964:17):

Do latim procedem os diversos idiomas chamados românicos, romances ou neolatinos. O domínio destes idiomas abrange na Europa, a partir de estepara oeste, a Romênia, como região isolada, a Itália (compreendendo a borda do Adriático com o Trieste e tôda a Dalmácia), parte da Suíça, a França com parte da Bélgica e finalmente a Península Ibérica.

Bassetto sistematiza esse processo de latinização, segundo ele:

É sabido que as línguas românicas provêm do latim; o termo “latim”, porém, não é unívoco, já que existem numerosas variedades. Interessa à Filologia Românica particularmente o chamado “latim vulgar”, eminentemente falado e, por isso, de reconstituição árdua, mas a verdadeira fonte das línguas românicas. É preciso também

saber como essa variedade do latim foi levada a todos os recantos do Império Romano, a documentação existente, além de os fatores que propiciaram o aparecimento de várias línguas a partir desse latim vulgar. (2005:87).

Mesmo com o surgimento das vulgares, o latim clássico, ou, *sermo urbanus* - a variedade culta falada do latim no alto império-, (BASSETO, 2005), continuou a ser considerada uma língua de prestígio, a língua da erudição, a língua ensinada pelos mestres, uma “língua de escola” (ARACIL, 2004:23). Sendo assim, mesmo falando-se em língua vernácula, a arte e as ciências tinham como padrão o idioma do antigo Império Romano, e a procura pelo conhecimento desse idioma não parou de crescer, até por volta do século XVIII:

(...) o número de gente a saber latim não deixa de crescer. (...) Sem dúvida parece ter havido um incremento importante entre 1500 a 1550 na comunidade linguística do latim europeu.

(...) A diferença de concepção, estilo, estudo, reflexão, entre o latim e as outras línguas é imensa e mantém-se pelo menos até meados do século XVIII. (ARACIL, 2004:46-47).

Com o fortalecimento do sentimento de unidade nacional, a língua, por ser um dos mais significativos fatores de pertencimento de um povo, também se fortaleceu, assim começaram a se formar a literatura, o louvor e os estudos do idioma português. Conforme Hue (2007), isso porque, à época, o português era considerado uma língua rude, o idioma de prestígio entre a elite era o latim culto e o castelhano. Até a maior obra da literatura lusitana – *Os Lusíadas* - sofreu duras críticas por ter sido escrita em língua vernácula:

Em 1580, nos prólogos das duas primeiras traduções espanholas de *Os Lusíadas* – quando a epopéia de Luís de Camões ainda não era um clássico, mas um livro recém-publicado -, acadêmicos e poetas castelhanos classificavam a língua portuguesa de “áspera”, “ignorada”, que “contrastava para La perfection Del verso”. As traduções estavam sendo publicadas, segundo seus tradutores e prologadores, para que o poema fosse enfim lido em “língua clara”, isto é, em castelhano. Segundo eles, tratava-se de um maravilhoso poema, como demonstra “a grandeza de su compostura”, mas infelizmente escrito numa língua pouco conhecida, “ignorada” e de áspera pronúncia. (p.09)

As críticas, segundo Hue (2007:10), não vieram apenas dos castelhanos, mas também de alguns portugueses, que preferiam ver *Os Lusíadas* publicados num idioma “mais civilizado”, no caso, latim ou espanhol, e não que “tivessem sido compostos na obscura e bárbara língua portuguesa”.

Sim, o castelhano era, na península ibérica dessa época, a língua da arte, do saber e da erudição, quase como o latim. A questão era política, era de poder:

Em meados do século XV e fins do século XVII o espanhol serviu como segunda língua para todos os portugueses cultos. Os casamentos de soberanos portugueses com princesas espanholas tiveram como efeito uma certa ‘castelhanização’ da corte. Os sessenta anos de dominação espanhola (1580-1640), que se situam no período mais brilhante do “Século de Ouro”, acentuaram esta impregnação linguística. É somente

depois de 1640, com a Restauração e subida ao trono de D. João IV, que se produz uma certa reação anti-espanhola. O bilinguismo, todavia, perdurará até o desaparecimento dos últimos representantes da geração formada antes de 1640. Assim, durante aproximadamente dois séculos e meio, o espanhol foi em Portugal uma segunda língua de cultura. (TEYSSIER, P. *apud* HUE, 2007:11-12).

Essa questão nos remonta a outro grande nome da literatura ocidental, Dante Alighieri, que escreveu sua maior obra - *A divina comédia* - em língua vernácula, o toscano, em detrimento do latim clássico. Porque, desde os primórdios de suas atividades poéticas, estava presente a dualidade latim/vulgar, preferindo, para poetar, sua língua vernácula, a língua entendida por aqueles que não entendiam o latim:

Dante é o primeiro a propor de uma maneira consciente, explícita, articulada, todo um projecto de promoção do vernáculo – o que é grandioso. É o primeiro a concebê-lo, exprimi-lo e argumentá-lo – embora o faz em latim. O que escreve em vulgar são as outras coisas, como *A Divina Comédia*, ou o *Convívio* (Ca. 1304 – 1307), com um importante carácter demonstrativo. Tenta demonstrar na prática que realmente se podem fazer coisas de grande valor em vulgar. Em qualquer caso, exprimi-lo, articulá-lo, pensá-lo e mantê-lo é o que faz em latim no *De Vulgari Eloquentia* (Ca. 1304 – 1307), o que é significativo. Dante, cujo nome latino é Dantes Allegarius Florentinus, é provavelmente o que podemos considerar pioneiro, precursor ou primeira figura de um fenómeno que se costuma denominar *humanismo vulgar* – mas seria mais correcto dizer que ele representa uma *escolástica vulgar*, porque verdadeiramente Dante não pertencia ainda à época humanística. Esta *escolástica vulgar* seria a precursora do que depois foi o *humanismo vulgar*. (ARACIL, 2004:54).

Por que é importante ressaltarmos esse feito de Alighieri? Porque ele foi um defensor do vulgar toscano, foi o “pai da língua italiana”. Sua obra *De vulgari eloquentia* foi escrita em defesa dessa língua ainda desprestigiada face ao latim, mas era a língua “natural” das mulheres, das crianças, do povo, era a língua vernácula, popular, aquela entendida por todos e aquela que faria com que todos entendessem sua poesia, sua obra:

O conceito de “natural”, como veremos, será a base na qual Dante fundamentará todo seu trabalho de valorização e de difusão do vulgar, da língua materna aprendida primeiramente no âmbito da família e depois pelo uso, sem necessidade de meios artificiais: e será justamente essa língua a possibilitar-lhe ir adiante com os estudos e alcançar o conhecimento da “gramática” e das outras ciências. (VIVAI, 2009:8)

Cosimo Bertoline Salimbeni Vivai, em sua dissertação de mestrado intitulada *Uma leitura do De vulgari Eloquentia de Dante Alighieri* (2009), traz uma explicação a respeito do título da obra de Dante (que já nos parece um tratado) que pode nos ajudar a esclarecer, sucintamente, a importância dela para o fortalecimento, engrandecimento e oficialização das vulgares. Ele elucida que o título escolhido pelo poeta florentino não “deriva de precisas indicações do autor”, mas que:

O título tradicional tem origem no passo do *Convívio* em que trata da variabilidade do vulgar. “*Di questo si parlerà altrove più comiutamente in um libello ch'io intendo di fare, Dio concedente, di Volgare Eloquenza.*” (“Disso falar-se-á mais detalhadamente

num livreto, que eu pretendo elaborar, se Deus permitir, sobre a Eloquência Vulgar”) e de duas declarações programáticas contidas, respectivamente, no início do primeiro e no último capítulo do primeiro livro do *De vulgari eloquentia*, “*Cum neminem ante nos de vulgaris eloquentie doctrina quicquam inveniamus tractasse*” (“Como não encontramos ninguém antes de nós que tenha tratado da teoria da eloquência vulgar”) e “*Et quia intentio nostra [...] est doctrina quicquam inveniamus tractasse*” (“E porque é nossa intenção ensinar a doutrina da eloquentia vulgar”). (VIVAI, 2009:10)

Esse tratado de Dante mostra a relação de coexistência entre o vulgar e o latim, além de ser a materialização de seu esforço em oficializar e fazer ascender à intelectualidade da época, uma língua vernácula desprestigiada, mas que a todos se fazia entender: desde o homem mais simples ao letrado em latim.

O discurso sobre o vulgar que Dante pretendia fazer, não podia prescindir do latim, língua da cultura por excelência no seu tempo. O confronto entre as respectivas qualidades do latim e do vulgar representa um aspecto fundamental no pensamento linguístico dantesco: no *De vulgari Eloquentia* procurará mostrar em sua complexidade a relação de coexistência entre as duas línguas. (*idem*, p.18)

A exemplo de Dante, como já dissemos, outros homens das letras também publicaram suas obras em vulgar, apesar das críticas a essas publicações. Esses homens faziam parte de uma corrente de humanistas, poetas e escritores dispostos a defenderem, difundirem e engrandecerem suas línguas vernáculas.

Para compreendermos melhor essa relação de retomada à Era Clássica e, conseqüentemente, ao latim, e também para entendermos o ideal humanista de Barros, façamos uma breve retomada dessa corrente desde o seu berço – a Itália, tão influente para os portugueses do século XVI.

2.1. HUMANISMO E RENASCIMENTO NA EUROPA

De forma concisa, podemos dizer que o Humanismo foi uma espécie de descontinuidade com o pensamento teocêntrico medieval, devolvendo ao homem ocidental, mais especificamente aos intelectuais da época, uma visão antropocêntrica do mundo, ou seja, o Homem como o centro de suas indagações e inquietações e, sobretudo, como indivíduo. Isso se deu em um período no qual a Europa “conheceu tantas infelicidades e se parece com um fragmento do Apocalipse, viu também nascer e florescer o Humanismo e desabrochar e espalhar-se a arte do Renascimento”. (DELUMEAU, 1994:78).

Além disso, e de suma relevância para nossa pesquisa, esse período histórico tão importante para a civilização ocidental também deve ser entendido como uma retomada dos valores da antiguidade clássica, ou antiguidade greco-latina. Em síntese:

A crítica do pensamento clerical da Idade Média, a recuperação demográfica, os progressos técnicos, a aventura marítima, uma estética nova, o cristianismo reelaborado: eis os principais elementos da resposta do Ocidente às tão variadas dificuldades que no seu caminho se haviam acumulado. (*ibidem*, p.21).

Os humanistas avigoraram-se em encontrar e reunir as obras dos antigos pensadores, quase todas guardadas nos mosteiros, em poder da Igreja, onde eram conservadas e copiadas por monges ao longo de toda a Idade Média. Não devemos crer simploriamente que o Humanismo foi, o tempo todo, um fenômeno intelectual que pregou o retorno ao modo clássico de pensar e agir, mas sim que se espelhava nesse modo como ponto de partida para uma nova maneira de entender o indivíduo e o mundo. No entanto, em seus primórdios, a cópia de textos e obras do passado era uma prática recorrente. A esse respeito, Burckhardt (2009:198) salienta que:

Agora, porém, uma nova cultura contrapõe-se àquela da Idade Média, àquela cultura, em essência, sempre eclesiástica e cultivada por eclesiásticos; uma nova cultura que se apegava predominantemente àquilo que se encontra para além da Idade Média. Seus representantes ativos tornam-se personagens importantes porque sabem o que faziam os antigos, **porque procuram escrever como estes o faziam** e porque começam a pensar, e logo também a sentir, como pensavam e sentiam os antigos. **A tradição à qual se dedicam converte-se, em milhares de pontos, em pura reprodução.** [grifos meus]

Dessa forma, pela concepção do pensamento humanista, os intelectuais da época, os homens que foram os mediadores entre o seu tempo e a Antiguidade Clássica, passaram a valorizar as ciências, as artes e o Homem, deixando de lado, mas sem abandonar, a Teologia Cristã.

Essas transformações conceituais não apareceram de forma gratuita. Vários acontecimentos sociais contribuíram para que essas mudanças ocorressem: o aperfeiçoamento da imprensa, que propiciou uma maior circulação de livros; o fenômeno das grandes navegações, que possibilitou o contato com outros povos e outras culturas; a imigração de intelectuais bizantinos, sobretudo para a Itália, logo após a queda de Constantinopla, que trouxeram consigo uma gama de informações, elementos culturais diferentes e materiais de alto valor erudito.

Além desses fatores, houve também o fortalecimento de uma classe emergente, a burguesia, que intencionava se firmar como classe dominante. Através da figura do mecenas, a

burguesia, por questão de *status*, financiava obras artísticas de grande, médio e pequeno porte. Essa prática de financiamento de obras de arte se tornou comum também entre papas e alguns monarcas, que almejavam perpetuar seu nome na História. Burckhardt ilustra essas transformações sociais, econômicas e culturais, mais especificamente na sociedade italiana, quando escreve:

A grande e geral tomada de partido dos italianos pela Antiguidade começa, no entanto, apenas no século XIV. Para tanto, foi necessário certo desenvolvimento da vida municipal, desenvolvimento este que se deu somente na Itália e naquele momento: a convivência sob um mesmo teto e a efetiva igualdade entre nobres e burgueses; formação de um meio social comum que sentia necessidade de educar-se e dispunha de tempo e meios para tanto. Tal educação, porém, tão logo pretendesse libertar-se das fantasias do mundo medieval, não poderia subitamente abrir caminho até o conhecimento do mundo físico e intelectual através do mero empirismo; ela necessitava de um guia, e foi enquanto tal que Antiguidade clássica, com toda sua enorme bagagem de verdades objetivas e luminosas em todas as áreas do conhecimento, se apresentou. (2009:180-181)

Todas as mudanças socioculturais que por volta do século XIII tomam conta da Europa, a *priori* da Itália, vão ganhando força, forma e mais adeptos, contribuindo para a valorização da Antiguidade clássica. A propósito, o Renascimento, como fator histórico, foi a continuidade, a expressão e a efetivação do movimento humanista nas artes, nas letras, nas ciências e na filosofia.

A Antiguidade greco-romana, que desde o século XIV intervém tão poderosamente na vida italiana – enquanto suporte e base da cultura, enquanto meta e ideal da existência e, em parte, também como nova e consciente reação ao já existente -, havia muito tempo vinha exercendo influência parcial sobre toda a Idade Média, inclusive fora da Itália. Aquela erudição representada por Carlos Magno constituía essencialmente um renascimento, em contraposição à barbárie dos séculos VII e VIII, e nem podia ser diferente. (*ibidem*, p.178)

Poderíamos citar aqui inúmeros historiadores que conceituaram e tentaram entender e traduzir o que foi o Renascimento, mas apenas estamos apresentando nuances do que foi este período de intensas transformações no mundo ocidental, para entendermos a importância desses homens na elevação, propagação e efetivação das vulgares no mundo românico, entre eles, o português João de Barros. Assim, podemos sintetizar esse período ilustrando-o com as palavras de Delumeau (1994:21):

Entre 1320 e 1450 abateu-se sobre a Europa uma conjunção de desgraças: privações, epidemias, guerras, aumento brutal da mortalidade, diminuição da produção de metais preciosos, avanço dos Turcos; desafios esses que foram vencidos com coragem e com génio. A história do Renascimento é a história desses desafios e dessas respostas. A crítica do pensamento clerical da Idade Média, a recuperação demográfica, os progressos técnicos, a aventura marítima, uma estética nova, um cristianismo reelaborado e rejuvenescido: eis os principais elementos da resposta do Ocidente às tão variadas dificuldades que no seu caminho se haviam acumulado.

Como dissemos, entender o contexto histórico em que viveu e trabalhou João de Barros nos auxilia a entender seu fervor em engrandecer e registrar uma gramática da língua portuguesa e também defender seu idioma vernáculo em face do castelhano e do latim. Segundo Hue (2007:13), em Portugal e em outros países europeus, existiu uma luta pela valorização da língua nacional; vários homens de letras estavam empenhados em sua defesa, “com o objetivo de construir um idioma tão completo e expressivo como o latim”. Esses escritores humanistas modelaram as línguas românicas através de um projeto que objetivava “dignificar e ilustrar as línguas vulgares exatamente como os latinos tinham feito com a sua diante do grego” (*idem*).

2.2. A MEMÓRIA

Falar sobre memória requer de nós que falemos também sobre o tempo. Esta pesquisa remonta-nos à língua portuguesa em uso no século XVI, é, portanto, um retorno ao passado de nossa história, a partir de um objeto de estudo que representa esse passado e que nós, pesquisadores, devemos ter o cuidado de abstrairmos do nosso olhar crítico contemporâneo.

Mas o que é o tempo? Essa é uma indagação que não poderíamos responder e que não faz parte deste trabalho, no entanto é algo sobre o qual temos de refletir se quisermos analisar o uso da nossa língua em um tempo tão remoto. De acordo com Norbert Elias (1998:12),

[...] o problema do tempo aparece, muitas vezes, como sendo do âmbito dos físicos e dos metafísicos. Por isso mesmo, a reflexão a esse respeito tem deixado, por assim dizer, que se nos escape o chão debaixo dos pés. Para pisarmos num terreno sólido, entretanto, não basta fazer do tempo um objeto tanto da sociologia quanto da física, ou, em outras palavras, como muitas vezes se faz, contrastar um tempo “social” com um tempo “físico”. A operação de datação e determinação do tempo em geral não se deixa conceber a partir de uma representação que divida o mundo em “sujeito” e “objeto”. Ela repousa, simultaneamente, em processos físicos não importando que sejam moldados pelos homens ou independentes deles e em observações capazes de abarcar, de reunir numa síntese conceitual aquilo que se apresenta numa sucessão, e não como um conjunto.

Dessa forma, podemos depreender que o tempo é a representação, ainda que simbólica, de uma amálgama de relações de caráter individual, social e físico. Isso se entendermos que o tempo físico é o tempo natural, o tempo das quatro estações, dos movimentos terrestres de rotação e translação, enquanto que o tempo social é aquele tempo criado pelo homem, para a organização social; é o tempo do calendário, do relógio ou, no caso deste estudo, o tempo que marca a divisão histórica da transição do latim para o português e do português arcaico para o moderno.

Só não podemos esquecer de que o tempo natural e tempo social estão imbricados e de que o segundo precisa do primeiro para se orientar. Nas palavras de Norbert Elias (1998:12): “não são ‘o homem e a natureza’, no sentido de dois dados separados, que constituem a representação cardinal exigida para compreendermos o tempo, mas sim ‘os homens no âmago da natureza’”.

Nessa perspectiva de retorno ao passado, ou à Antiguidade, e de acordo com a proposta *foucaultiana* (*A arqueologia do saber*, 2013) de que é preciso conhecer o passado para entender o presente, retomamos memórias que persistem em pensar na gramática como veículo de explicações lógicas e filosóficas sobre a língua. Ademais, investigar a origem de uma obra datada do século XVI e seu percurso histórico consiste em um trabalho minucioso, que demanda tempo e requer paciência e perícia por parte do pesquisador. Em contrapartida, pode proporcionar-lhe a satisfação de auferir conhecimento sobre a história e a transformação da nossa língua.

Sobre a questão da importância dos textos históricos para a preservação da memória histórica de um povo, Canfora (2000) faz a seguinte reflexão:

Tentemos imaginar o que seria nosso conhecimento da Antiguidade Clássica, se não pudéssemos nos apoiar em testemunhos escritos (manuscritos, inscrições, etc.). Ora, a *civilitas*, a civilização urbana grego-romana, confiou sua memória à escrita: os arquivos e as bibliotecas tornaram-se rapidamente, sobretudo a partir da conquista greco-macedônia do mundo ocidental, os lugares e instrumentos privilegiados da memória. Daí a importância da história dos livros e das bibliotecas no mundo greco-romano. (p.237)

Assim, na esteira do que já foi dito sobre uma obra dar testemunho do homem que a produziu e ratificando a perspectiva de retorno ao passado, retomam-se memórias que persistem em pensar na gramática como veículos de explicações lógicas e filosóficas sobre a língua, considerando o fato de que a origem linguística portuguesa se deu através do latim vulgar, uma vez que as primeiras gramáticas lusitanas seguiram os modelos clássicos.

Contudo é preciso ressaltar, mais uma vez, que o fato de os primeiros gramáticos perseguirem o modelo latino não desmereceu de maneira alguma o português, antes o elevava à categoria de idioma não-bárbaro. A relação entre a língua portuguesa e o latim era uma relação emulativa. De acordo com Leite,

Estar o português equiparado ao latim foi um feito extremamente significativo, pois isso sinalizou o *valor* da língua e equiparou-a às demais línguas européias que, por essa ocasião, tinham, ou começavam a ter, suas primeiras gramáticas. (2007:315).

A questão da emulação do latim pela língua portuguesa é de inegável relevância no tratamento sobre o conceito de *mimesis*, já que emular é o procedimento fundamental da ação

mimética. O conceito de *mimesis* foi amplamente utilizado não só pelos filósofos, mas também por seus seguidores. Sua origem data do século IV a.C., e corresponde à “imitação”, “representação”, “indicação”, “sugestão”, “expressão”, sempre referente à ideia de fazer ou criar algo que se assemelhe a outra coisa. Russel (1979:16)⁶, a partir de fontes antigas, sintetizou os princípios da *mimesis* da seguinte forma:

- (i) The object must be worth imitating;
- (ii) The spirit rather than the letter must be reproduced;
- (iii) The imitation must be tacitly acknowledged, on the understanding that the informed reader will recognize and approve the borrowing;
- (iv) The borrowing must be 'made one's own', by individual treatment and assimilation to its new place and purpose;
- (v) The imitator must think of himself as competing with his model, even if he knows he cannot win.

Segundo Massaud Moisés (2004:292-294), em seu tratado sobre poesia, Aristóteles faz uso da *mimese* para diferenciar a natureza das espécies da poesia e atribuir características a cada uma, e ainda trata das artes em geral, e é por isso que sua obra é considerada um tratado para os estudiosos da Arte em geral. Na *Poética*, o filósofo irá tratar da poesia no que se refere à: comédia e à tragédia, à pintura, à escultura, à música e à dança. A partir daí o termo passa a ser utilizado como imitação. Assim, os imitadores copiam os homens que praticam ação, imitam caracteres, sentimentos e ações e, para Aristóteles, a *mimese* é, primeiramente, a imitação da natureza, mas é também a própria realidade, ou seja, ela refaz o caminho da natureza para apresentar uma obra através da arte.

Se por um lado a noção de representação se liga mais diretamente ao conceito grego de *mimesis*, por outro, o conceito de *imitatio*, de origem latina, foi largamente utilizado pelo Renascimento. Como se sabe, fundamentada em tal conceito, a época renascentista “imitou” a Antiguidade Clássica em muitos dos seus aspectos, produzindo, na poesia, nomes como Sá de Miranda, Antônio Ferreira, Dante, Petrarca e Camões. Além da literatura, os estudiosos da linguagem, os humanistas interessados na institucionalização das vulgares, também seguiram o conceito clássico de gramática.

⁶ i) O objeto deve valer a pena em ser imitado;

ii) O “espírito” muito mais do que “a letra” deve ser reproduzido;

iii) A imitação deve ser tacitamente conhecida, sobre esse entendimento, o leitor ilustrado irá reconhecer e aprovar o empréstimo;

iv) O empréstimo de “ser feito como se fosse próprio”, [ou seja], pelo tratamento e assimilação individuais para o seu novo lugar ou propósito;

v) O imitador deve pensar em si mesmo como que competindo com o modelo, mesmo sabendo que possa não o superar. (tradução livre)

Inevitavelmente, é característico de a literatura latina ter, em quase tudo o que seus autores produziram, o reconhecimento de seus antecessores, da tradição na qual foram formados. Segundo Russel (1979), o poeta não pode deixar de ser imitador, o que ele pode evitar é entrar em situações impossíveis através da aderência meticulosa aos recursos verbais e superficiais de seu modelo.

Uma das formas que esses escritores e estudiosos das letras utilizavam para engrandecer o idioma eram os diálogos, um gênero escolhido pelos renascentistas para discutirem suas ideias. “O diálogo se prestava a encenação de uma conversa entre dois ou mais indivíduos, permitindo que o autor contrapusesse idéias opostas e encenasse um processo de persuasão.” (HUE, 2007:18).

Como dissemos no tópico que tratou brevemente do Renascimento, a Itália foi o berço desse movimento, depois tomou conta de toda a Europa. Continuando com a contribuição de Hue:

Partindo da Itália, o movimento de defesa e ilustração das línguas vulgares se espalhou portoda a Europa, suscitando uma série de publicações específicas.na Itália, Pietro Bembo escreve em 1525 as *Prose della volgar lingua*, na Espanha, Juan de Valdés redige em 1535 o *Diálogo de la lengua*, em Portugal, João de Barros em 1540 publica o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, e na França, Joachim du Bellay publica em 1549 *La deffence et illustration de la langue françoise*. Todos defendiam que a língua vulgar poderia ser tão digna, capaz da mesma expressividade e de abarcar os altos conteúdos da cultura quanto a latina, e, ainda, afirmavam ser a própria língua nacional superior a todas as demais. (2007:14)

E por que esse gênero – diálogo – foi tão difundido pelos renascentistas? Numa época na qual ainda não existiam as mídias que temos hoje em dia, que tão bem se prestam aos debates travados nos mais diversos setores sociais ao redor do mundo, os diálogos eram uma forma eficaz de expor opiniões e argumentos sobre os mais diversos assuntos. No que se refere à defesa das vulgares, os diálogos publicados no Renascimento espelharam-se, obviamente, nos modelos clássicos da Antiguidade, no entanto conseguiram imprimir a personalidade dos escritores da época em que foram redigidos:

Tendo como modelos os diálogos de Platão, Cícero, Luciano e Santo Agostinho, os diálogos do Renascimento são caracterizados por uma extrema inventiva formal, não se atendo aos limites delineados pelos diálogos clássicos. Como disse Angelo Poliziano, “na escola de Cícero não vamos aprender a ser ciceronianos, mas nós mesmos”. (HUE, 2007:32-33)

Como vimos, entre esses humanistas defensores de sua língua materna, figurava João de Barros. Junto com sua *Gramática da Língua Portuguesa* foi lançado também o supracitado, *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, obra na qual Barros encena um colóquio com seu filho Antônio, objetivando apresentar as qualidades da língua portuguesa e ilustrar como seria a pedagogia de seu ensino. Segundo Buescu, “a glorificação nacionalista da língua portuguesa,

empreendida no *Dialogo*, constitui como que uma tomada de posição da parte de João de Barros na polémica que se esboçava entre os doutos portugueses de quinhentos.” (1971:57).

Abaixo, um trecho do desse diálogo pedagógico:

⁷(F) Pois muitos dizem que a lingua espanhola é desfalecida de vocábulos: e que quanta vantagem tem a italiana à castelhana, tanto excede esta a portuguesa, e quem em seu respeito se pode chamar elegante.

(P) Certo é que a língua castelhana muito melhor é que o vasconso de Biscáya, é o cecear cigano de Sevilha: as quaes não se podem escrever. Mas quem houver de julgar estas linguagens: há de saber dambastanto, que entenda os defeitos e perfeições de cada uma. (p.54)

Por ser um humanista do renascimento, Barros tinha por ideal, a exemplo de outros escritores e estudiosos da época, emular o latim para engrandecer a sua língua vernácula. Em sua *Grammatica da lingua portuguesa*, podem-se encontrar dezenas de referências nas quais ele evidencia essa comparação/emulação:

E por que (como já disse) por sermos filhos da língua latina, temos tanta conformidade com ela, que conuém usarmos dos seus termos: principalmente em coisas que têm seus próprios nomes, dos quais na devemos fugir. (p.11)

Ou ainda:

Os gregos contaram esta parte da interjeição com o advérbio. Os latinos (a quem nós seguimos) distintamente falaram dela: e segundo eles, não é mais que uma denotação do que a alma padece. (p.29).

E mais adiante:

E assim fica aquela letra, u, sempre líquida sem força, principalmente acerca de nós, nestas dições que, quiçá assim as sentimos como os latinos. (p. 48).

E também:

Que se pode desejar na língua portuguesa que ela tenha? conformidade com a latina? nestes versos feitos em louvor da nossa pátria, se pode ver quanta tem, por que assim são portugueses, que os entende o português, e tão latinos que os não estranhara quem souber a língua latina. (p.54)

Referências ao latim, e, por vezes ao grego, também estão presentes em todo o corpo da gramática, incluindo o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*:

E ainda se pode crer, que estas vozes com antiguidade já deuem ser corrompidas: como vemos em muitos vocábulos gregos, hebraicos, e latinos, que foram as três linguagens, a que podemos chamar princesas do mundo. (p. 53).

Por meio desses exemplos, vê-se que João de Barros, para ratificar e enaltecer o valor de sua língua materna compara-a ao latim, mas ressalta que o português tem suas

⁷ Leia-se: F=filho / P=pai.

particularidades e que o antigo idioma deve servir apenas como modelo. Marli Quadros Leite (2007:301) observa que Barros fazia questão de mostrar as semelhanças entre um e outro idioma, diferentemente de seu conterrâneo, Fernão de Oliveira, “que rejeitava o fato de que o português era a continuação do latim”.

É válido destacar algumas passagens do *Diálogo*, nos quais Barros, enquanto cuida em tecer louvores à língua, vai admoestando seu interlocutor sobre os cuidados com a etimologia dos vocábulos, sobretudo os que se conservam muito próximos à grafia latina:

Por que (a meu juízo) tam má l parece um vocábulo latino má l derivado a nós: como algumas palavras que achamos per escrituras antigas, as quães o tempo deixou esquecer. A my muito me contentam os termos que se confórmam com o latim, dádo que sejam antigos: cá destes nós devemos muito prezár, quando não achármos serem tão corrutos, que este labeo lhe fáça perder sua autoridáde. Não sómente os que achamos per escrituras antigas, mas muitos que seu sam antre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa: os quaes alguns indoutos desprezam, por não saberem a raiz donde náçem. (BARROS, 1540:57v)

Além de engrandecer o idioma português em face do castelhano, Barros, no *Dialogo*, tentou explicar a gênese da nossa língua, procurando provar sua descendência direta do latim, como elucidada nos Calafate:

[...] tem ainda o diálogo de João de Barros o interesse de explorar o tema da origem da língua portuguesa, pois, tal como os nossos humanistas ergueram a tese da nossa origem nas nobres tribos dos lusitanos, assim agora explorarão o prestígio da descendência directa do latim como factor de prestígio, avançando para o entendimento da língua portuguesa como a mais nobre das línguas latinas, por ser a que lhe estava, pretensamente, mais próxima. (2006:220)

Sobre a oralidade, o gramático português ilustra, com certa recorrência, como se deve e como não se deve fazer uso de determinados vocábulos, assim também como valida o uso daqueles que mais se aproximam, ou trazem à memória, a forma latina de escrever ou falar:

E verdadeiramente á primeira vista , nã á cousa mais gráve antre os bõos Juízo, vque a variaçám de tantos tráios como os que óra usamos: os quães se preguntares donde viéram, ou cujos foram, não lhe acharás mais çérta natureza que a opinam. Pois as cãtigas cõpóstas do povo, sem cabeça, sem pées, sem nome, ou verbo que se entenda, quẽ cuidas que âs tráz e léva da terra? quẽm âs fáz serem tratádas e recebidas do comũ cõsintimento? **O tempo**. Pois este fáz as cousas tã naturáes como a própria natureza. Este nos deu a elegância latina: este nos trouxe a barbaria dos godos, este nos deu, xa, e cha, dos mouriscos, e este nos póde fazer ricos e póbres de vocábulos, segũdo o uso e prática que tivérmos das cousas.

O tempo que Barros menciona é aquele que alude à formação da memória linguística e social do povo português no que se refere ao latim, a memória da origem da língua como lugar de produção de sentido, via processo criativo, oriundo da arte de memorização.

Além disso, Barros também discorreu sobre os usos e disseminação da língua, em que podemos observar um sistema de formação que quis reconstruir o critério de certeza da linguagem e não mais pensar na língua como expressão do pensamento, mas entendê-la também no âmbito social, como forma de exercício de poder, posto que destaca a relação entre a expansão mercantil portuguesa à expansão do idioma português. A esse respeito, discorrendo sobre a importância do *Dialogo em louvor da nossa linguagem*, Calafate (2006:220) relata que:

A importância desse último assenta, [...] no fato de constituir um dos primeiros textos, na Cultura Portuguesa, onde se estabelece uma relação directa entre a língua portuguesa e a consciência nacional, não representando a língua apenas uma realidade instrumental, mas, sobretudo, existencial, remetendo para um plano de comunidade anímica, que não pode ser alterada “sem que a nação o consinta”.

Vejamos este o trecho do *Dialogo*, que ilustra o que foi dito acima:

(P) Certo é que na há glória que se possa a comparar, a quando os mininos Ethiopas, Persianos, indos da quem e dalém do Gange, em suas próprias terras, a força de seus templos e pagodes, onde nunca se ouviu o nome romano: per esta nossa arte aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em os preceitos da nossa fé, que nella vão escritos. (p.58)

Calafate, em obra já citada neste trabalho, intitula de *A Língua e a Nação* o trecho em que apresenta e fala sobre o *Dialogo* de Barros. Tal título alude ao fato de que a língua é um dos principais genes da constituição de uma nação e louvá-la é também louvar o espaço físico e geográfico em que ela, a nação, é formada.

[...] este é um dos primeiros textos em que, no quadro da Cultura Portuguesa, se acentua, de forma clara e expressa, a relação entre a língua e a cultura nacional, num contexto de mútua dependência e de constituição de um espaço específico e autónomo. (2006:239)

Esse louvor à nação foi, como dissemos, exaustivamente empregado nas publicações histórico-literárias da época (não nos esqueçamos de Camões, em *Os Lusíadas*). O engrandecimento ao idioma português somado à coragem desbravadora de seu povo, à celebração da monarquia lusitana, ao desbravamento da natureza, ao lançar-se a mares desconhecidos, à conquista e colonização de novas terras, à mercantilização extra continental: tudo isso ficou registrado nas crônicas e diálogos de Barros e outros escritores portugueses:

Se na monarquia portuguesa, a natureza não era parte da política de integração de mundos apartados, as crônicas dedicadas à expansão ao Oriente receberam especial interesse. A história dos feitos portugueses viabilizava o estreitamento entre monarca e as possessões do ultramar. A história de cercos e batalhas travadas ao longo da costa exaltava o génio português, relatava a expansão comercial e as guerras contra os reinos orientais. **Entre os séculos XVI e XVII, João de Barros e Diogo Couto eram seus maiores expoentes e registraram inúmeros episódios dedicados à glória de cavaleiros.** Eram recorrentes as narrativas centradas em heróis que, com amparo de santos, arriscaram suas vidas em nome da expansão do império luso. As crônicas atuavam como testemunhos da valentia e da fidelidade ao rei, realizações que, por vezes, seriam lembradas pelos próprios protagonistas ou por seus descendentes nas petições dirigidas ao soberano. (RAMINELLI, 2008:26) (grifo nosso)

Ademais, Barros, em suas crônicas e mesmo nos diálogos, admoestava os soberanos, através do exemplo de seu ofício, que a memória dos grandes feitos portugueses fosse preservada e imortalizada pela escrita: “Barros advertia o soberano da conveniência de preservar registros de eventos passados tanto no próprio reino e império, como nos vizinhos” (RAMINELLI, 2008:27).

Assim como os diálogos, as gramáticas vernáculas também exerciam o papel de engrandecimento da língua, já que a legitimava, a oficializava e a capacitava para registrar a literatura e o conhecimento científico da época. De acordo com Leite (2007:312),

No campo da literatura, o trabalho dos gramáticos renascentistas, aliado ao de escritores, ortógrafos e filólogos, elevou a língua portuguesa a um patamar antes desconhecido. Nesse sentido, diz Tavares (1929, p.363) que “os escritores, os gramáticos e os filólogos [renascentistas], isto é, os artistas e os teóricos da língua procuraram, cada um a seu modo, enriquecê-la e firmá-la, em face dos outros idiomas e que são todos credores do nosso mais eterno reconhecimento”.

Pode-se observar, mesmo nos poucos exemplos aqui ilustrados, que Barros, a exemplo de outros humanistas, teve uma relação de emulação com o latim, ou seja, uma imitação zelosa, estimulante, um desejo de se aproximar do idioma dos latinos para engrandecer seu idioma; um jogo de memória, em que é preciso lembrar-se do latim, mas também é preciso esquecê-lo para fazer crescer e emancipar a língua materna.

Na verdade, esse esquecimento parece ser mais um distanciamento. É possível inferir que o autor parece admoestar os portugueses a guardar na memória o valor inestimável do latim, sem, no entanto, deixar de ressaltar a originalidade da língua portuguesa.

2.3. QUEM FOI JOÃO DE BARROS?

João de Barros nasceu, provavelmente, em Vila Verde, perto da cidade de Viseu, nordeste português, em 1496 e morreu na sua quinta da Ribeira de Litém, perto de Pombal, em 1570 ou 1571. Foi educado no paço real, ficando aos cuidados do mordomo-mor do rei D. Manuel, o que era usual naqueles tempos:

Costumavam naquele tempo os reis de Portugal mandar doutrinar os moços fidalgos e os da câmara (...) em toda boa disciplina e tinham para isso mestres no paço que lhes ensinavam as línguas, ciências matemáticas, letras humanas, dançar, jogar as armas e outros virtuosos exercícios.” (BUESCU, 1978:57)

Com ideais humanistas, Barros foi um dos grandes homens das letras em Portugal, no século XVI, e, além de historiador, foi cronista, linguista e professor. Nas palavras de Buescu (1978:59), ele foi também “pedagogo e moralista filosofante”. Sim, nosso gramático pode ser considerado “o primeiro pedagogo interessado no ensino de língua portuguesa” (CASAGRANDE, 2005:132), pois suas quatro obras (a Gramática, a Cartinha e os dois Diálogos - *da Viçiosa Vergonha e sobre Preceitos Morais*) refletem claramente a intenção de “formação completa do indivíduo, doutrinando-o na fé cristã, na moral e nos bons costumes.” (*idem*).

Em suas próprias palavras, João de Barros deixa explícito, quando do início do capítulo sobre ortografia, seu objetivo pedagógico ao escrever a gramática:

(...) **por que nõssa atecãm é fazer algũ proveito aos mininos que per esta árte aprenderem**, leuando õs de leve, e de pouco a mais. Aquy por causa delles trabalharey ser o mais breve e cláro que poder: (...) Nem menos farey a cada letera do A,b,c, hum livro, como fez messála: nem tantos exames se temos mais ou menos letras, e quães sã ociosas, e quães nos faleçẽ, como fez Quintiliano. Nem alegarey o que diſſe della Gellio, Viturino, Servio, ou Prisciáno: ca seria mais mostrar-me que aproueitár. (...) Assy que deixádas muitas particularidádes da grammática latina, e outras muitas da nõssa, **tratarey jómẽte do neçefario aos principiantes.**(1540:40) (grifos nossos)

Toda a sua obra, tanto de cunho historiográfico, quanto de ensino, normatização e louvor da língua portuguesa, foi dedicada à glória das conquistas do império português:

João de Barros foi o fundador da historiografia à escala planetária e o primeiro que, entre nós, expressou de forma clara e consistente a nossa vocação para o império universal, em termos que depois viriam a ser tematizados por Luís de Camões e pelo Padre António Vieira. (CALAFATE, 2006:217)

Barros deixou-nos um legado de obras bem diversificado, bem característico de sua personalidade intelectual múltipla e reflexo indubitável de um humanista do Renascimento, a saber:

Novelas e poemas (*Crónica do Imperador Clarimundo*, publicada em 1520) tratados filosóficos (*Ropica Pnefma ou Mercadoria Espiritual*, publicada entre 1531 e 1532) e históricos (*Décadas*, publicadas em 1552, 1553 e 1562); tratados morais (*Diálogo da Viçiosa Vergonha e Diálogos sobre Preceitos Morais*; ambos publicados em 1540); discursos laudatários (*Panegírico da Infanta D. Maria* e o de *D. João III*; publicados em 1565). Sem desmerecer tamanha produção intelectual, **é preciso ressaltar que sua herança mais importante é representada pela Gramática da Língua Portuguesa**, que inclui a *Cartinha com os Preceitos e Mandamentos da Santa Madre Igreja*, desenvolvida no *Diálogo em Louvor da nossa língua* e completada com objetivos pedagógicos pelo *Diálogo da Viçiosa Vergonha*, que se define como livro de exercitação de leitura, cujo conteúdo é moralizador. (CASAGRANDE, 2005:72) (grifo meu).

Segundo Raminelli (2008:26), em Portugal, à época dos descobrimentos, sugeriram dois tipos de literatura exclusivamente direcionados aos soberanos. Um deles “explorava as potencialidades do comércio, exaltava riquezas e singularidades, realizando um inventário da geografia, da natureza e das comunidades.”. Enquanto que o outro tipo tinha como tema os feitos de súditos em mares distantes, obedecendo “a uma cronologia, a uma história destinada a singularizar acontecimentos e heróis.”.

Como cronista, Barros foi recompensado pelos dois temas, “por exaltar a pátria e narrar a expansão portuguesa” (*idem*). Sua recompensa foi o recebimento de uma extensão de terras no Brasil, mais precisamente entre a Paraíba e o Rio Grande do Norte, em parceria com Aires Cunha. Barros nunca veio ao Brasil, em seu lugar enviou dois de seus filhos e um amigo de confiança, por nome Fernando Álvares. Segundo apontamentos de Raminelli:

Em 1551, depois de funestas tentativas de estabelecer-se nos quinhões, a frota deslocou-se rumo ao Maranhão, onde muitos pereceram em naufrágio. A custo de árduo trabalho e dispêndio, João de Barros pôde reaver seus filhos, mas restou-lhe uma enorme dívida que contraía com viagens. Mais tarde, D. Sebastião a perdoou e, depois de morto o cronista, ainda concedeu outra mercê à viúva. Na época de Felipe II, o filho, Jerônimo de Barros, recebeu indenização dos direitos sobre a capitania. Assim, mesmo com os insucessos, o serviço prestado à pátria seria recompensado pelo monarca. (2008:27)

Suas crônicas relatavam, como já mencionamos anteriormente, os grandes feitos portugueses na época da expansão marítima e esses registros serviam para legitimar pleitos e conferir mercês aos conquistadores. De acordo com Raminelli (*ibidem*, p.26), “quando registrados em crônicas, os serviços ganhavam notoriedade e os heróis reconhecimento, tornando-os aptos a pleitear prêmios”.

Isso nos mostra a importância dos cronistas para a coroa, pois imortalizavam em seus textos as glórias das conquistas portuguesas e também ratificavam a unidade e importância da língua lusitana. Pontos que, sem dúvida, fazem parte da gênese que constituiu a identidade da nação portuguesa.

Barros também foi tesoureiro e feitor da Casa da Índia, esses cargos contribuíram para o enriquecimento de sua obra historiográfica, pois “em contato com documentos oficiais, poderia avaliar os problemas enfrentados pelos portugueses nos domínios da Índia” (CASAGRANDE, 2005:71).

Depois de trinta e cinco anos de trabalho, ele renunciou ao cargo de reitor, em 1567, ano em que finalizou suas atividades políticas, mas não sem antes pôr em prática seu projeto de “historiar sistematicamente a presença da ação portuguesa nos vários países do mundo” (*idem*).

A esse respeito, Casagrande (2005:142) lembra-nos que, embora João de Barros tenha sido essencialmente historiador e escritor, e não um gramático, escreveu sua Gramática de forma pedagógica, além de ter valorizado com maestria a língua portuguesa:

É fato importante considerarmos, ainda, que esse enaltecimento da língua portuguesa deve-se, principalmente, `maneira como os latinos, quando da dominação do Império Romano, cultivaram, enalteceram e impuseram a sua língua. Além disso, a constante menção aos autores latinos, sejam filósofos, sejam gramáticos, torna-os exemplo a ser seguido pelos navegantes portugueses. Ante essas referências, podemos dizer que os romanos deixaram um legado de cultura e de poder, no tocante a uma política lingüística de dominação, que atravessaria os mares, instituindo a fé, a lei e o rei em uma terra distante. (*idem*)

Diante dessas notas a respeito de João de Barros, o que nos fica evidente é a importância da herança de toda sua obra, uma obra que, mesmo estando mimeticamente relacionada ao latim, ou ainda vinculada aos interesses da corte lusitana, possibilita refletir a respeito da importância histórica de Portugal e, sobretudo, do idioma português no século XVI. Além disso, através dessa emulação ao latim e das referências que faz ao grego, podemos reconhecer em Barros um exemplo documental do humanista renascentista português.

2.4. A RESPEITO DA PERIODIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Antes de finalizarmos este capítulo, julgamos necessário justificar o uso da denominação *português arcaico*, que iremos utilizar nesta pesquisa. Denominaremos de português arcaico o período da língua lusitana em uso na época da primeira edição da gramática de Barros, 1540. No entanto, essa afirmativa não foi uma decisão simples, foi fruto de pesquisas, leituras e muitas reflexões. De acordo com Mattos e Silva (2006:21), é arbitrária qualquer tentativa de periodização histórica e a “delimitação do português arcaico, no fluxo da história da língua portuguesa, não poderá fugir a essa fatalidade”.

Paul Teyssier também escreveu sobre essa dificuldade de delimitação das fases históricas do português. Para ele, determinar os períodos de evolução da nossa língua, do século XIV até os dias de hoje, não é uma tarefa simples. De acordo com suas considerações,

Alguns estudiosos distinguem na evolução do português dois grandes períodos: o “arcaico”, que vai até Camões (século XVI), e o “moderno”, que começa com ele. Outros baseiam a sua periodização nas divisões tradicionais da história – Idade Média, Renascimento, Tempos Modernos -, ou nas “escolas” literárias, ou simplesmente nos séculos... (1997: 42).

Mattos e Silva nos chama a atenção também sobre os fatores que devem ser considerados quando se estabelece a delimitação temporal e histórica de determinada língua. Segundo a autora, a transformação de um idioma não pode ser determinada apenas por fatores linguísticos, mas também por suas mudanças históricas, sociais, econômicas e culturais. Dessa forma, de acordo com estudiosos da área, as propostas de periodização do português têm levado em conta alguns desses fatores, no entanto não existe uma completa consensualidade entre os pesquisadores no que concerne à delimitação temporal, à nomeação e à definição da nossa língua.

Para Coutinho (1976), o século XVI foi o século de transição entre o português arcaico e o moderno e também de importância ímpar para nossa histórica linguística. Segundo ele:

Não é sem razão que se toma o século XVI por marco divisório das duas mais importantes fases do idioma: a *arcaica* e a *moderna*. É que, a partir dele, a língua portuguesa começa a apresentar não poucos traços que a distinguem da que se usou em Portugal, nos séculos anteriores. Para isso, grandemente concorreu o aparecimento da disciplina gramatical, que pôs fim às incertezas e indecisões do período precedente. (p.65)

Usaremos, por questões didáticas e para justificar nossa escolha pela definição de *português arcaico*, o quadro de Castro (1998)⁸, que sumariza distintas formas de periodização histórica da língua portuguesa:

Quadro 1:

Periodização da língua portuguesa

⁸ CASTRO, 1998 *apud* Silva, 2006:25.

Época	Leite de Vasconcelos	S. Silva Neto	Pilar Vázquez Cuesta	Lindley Cintra
até s. IX (882)	pré-histórico	pré-histórico	pré-literário	pré-literário
até ± 1200 (1214-16)	proto-histórico	proto-histórico		
até 1385/1420	português arcaico	trovadoresco	galego-português	português antigo
até 1536/1550		português comum	português pré-clássico	português médio
até s. XVIII	português moderno	português moderno	português clássico	português clássico
até s. XIX/XX			português moderno	português moderno

Fonte: CASTRO, 1998 *apud* Silva, 2006:25.

Assim, mediante as considerações de Paul Teyssier e Mattos e Silva, iremos trabalhar com a periodização proposta por Leite de Vasconcelos, que considera o português arcaico uma fase bem estendida, desde os primeiros textos escritos, no século XII, até meados do século XVI. Isso porque consideramos que a gramática de Barros e, antes dela, a de Fernão de Oliveira, foram um marco para o nosso idioma, posto que a partir delas começaram a ser feitas as normatizações da língua portuguesa:

Enquanto maior número de estudos sistemáticos da documentação remanescente escrita em português entre os séculos XIII e princípios do XVI não esteja feito com o objetivo de estabelecer os limites do período arcaico em relação ao moderno e, no interior do arcaico, as subdivisões necessárias, se pode aceitar que uma designação abrangente, como português arcaico (batismo do mestre Leite de Vasconcelos) recubra o período que vai do primeiro documento escrito – o Testamento de Afonso II – até, por exemplo, 1536/1540, datas das primeiras reflexões sistemáticas e com intenção normatizadora, sobretudo a primeira, sobre a língua portuguesa: a Gramática da linguagem portuguesa, de Fernão de Oliveira, e a Gramática da língua portuguesa, de João de Barros. (MATTOS E SILVA, 2006:25).

Após essa justificativa a respeito do motivo pelo qual denominamos de *arcaico* o português da primeira metade do XVI, século do lançamento da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, finalizamos este capítulo para, no próximo, conhecermos melhor a obra de Barros que serviu de base para nossa pesquisa.

3. DAS GRAMÁTICAS CLÁSSICAS À GRAMMÁTICA DE JOÃO DE BARROS: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

*Ne quis igitur tamquam parua fastidiat grammatices elementa, non quia magna sit operae consonantes a uocalibus discernere ipsasque eas in semiuocalium numerum mutarumque partiri, sed quia interiora uelut sacri huius adeuntibus apparebit multa rerum subtilitas, quae non modo acuere ingenia puerilia, sed exercere altissimam quoque eruditionem ac scientiam possit.*⁹
[QUINTILIANO]

Se pensarmos que a linguagem humana, mais especificamente, as línguas faladas pelas diversas sociedades da terra, decorrem de um intrincado processo de evolução histórica e que esse processo é dinâmico, ou seja, vai se modificando com o passar dos tempos, podemos apontar que condições sociais podem também influenciar nessa mudança. Ou seja, depreendemos daí que a forma como uma determinada sociedade se estrutura pode interferir nos rumos que determinado idioma irá tomar. Para ilustrar essa exposição de ideias, citemos Silva Neto, que explica:

A qualquer momento em que se observa uma língua, cumpre ter em mente as suas fases anteriores. A história das línguas românicas, por exemplo, se entrosa com a do latim e a deste, através do itálico, vai acabar no indo-europeu. O latim falado no tempo de Ênio não é o mesmo dos contemporâneos de Cícero, nem o desse tempo é idêntico ao de São Jerônimo. [...] O português de onde D. Dinis extraía as suas cantigas de amor e de amigo não é o de Camões, nem o deste é o mesmo de Herculano. (1988:13-14)

Isso quer dizer que a linguagem humana está totalmente interligada com a história das sociedades e suas transformações, e que a história de um determinado idioma não se dissocia da história de seu povo. Mas também depreendemos daí que essas transformações linguísticas, além de intrincadas, são complexas e o caminho percorrido é por vezes fortuito:

[...] a evolução é singularmente complexa. A história de uma língua não é um esquema rigorosamente preestabelecido, não é um problema algébrico. Não se pode partir do latim e chegar diretamente aos dias de hoje, saltando por vários séculos de palpitante vida. A evolução, repetimos, é complexa e melindrosa, relacionada com mil e um acidentes, cruzada, recruzada entrecruzada – porque não representa a evolução de uma coisa feita e acabada, mas as vicissitudes de uma atividade em perpétuo movimento. (SILVA NETO, 1988:52)

No entanto, é preciso compreender que essas transformações seguem uma determinada ordem e são limitadas por fatores linguísticos, no caso, a escrita, que, cujas “diferenças de fase

⁹Que ninguém, pois, desdenhe os princípios da Gramática como de pouco valor, não porque seja coisa difícil distinguir consoantes de vogais, bem como dividi-las em semivogais e mudas, mas porque, aos que penetram, por assim dizer, no interior desse santuário, ela revelará muitas sutilezas, que poderão não só aguçar a Inteligência das crianças, como também propiciar uma erudição e um saber de grande profundidade.

para fase são atenuadas pela língua escrita, que é bastante conservadora” (*ibidem*, p.14); e por fatores extralinguísticos, determinados pela comunidade linguística a qual pertencemos.

Seguindo nessas considerações, podemos depreender que fazemos parte de uma comunidade de fala na qual não nos é permitido a total liberdade no que concerne ao uso da língua, porque a liberdade linguística tem limites. Esses limites, como dissemos acima, não são impostos só pela língua, mas por fatores externos a ela, como o contexto e a temática da interlocução, a relação entre os interlocutores e, não podemos deixar de lado, o processo histórico no qual essa determinada língua está inserida. São impostos também pelas possibilidades linguísticas disponibilizadas pelos sistemas linguísticos de cada idioma, em outras palavras, pela gramática (internalizada) desse sistema, que funciona como um regulador, organizador e direcionador de ideias.

Isso porque, mesmo que a existência da literatura de um determinado povo não seja considerada motivo suficiente para definirmos seu idioma como *língua nacional*, é de se reconhecer a sua importância para a efetivação dessa língua como identidade una de um povo. Julgamos necessário, então, registrarmos aqui o conceito de língua nacional, que, segundo Rodolfo Ilari:

[...] as razões para considerarmos um determinado idioma como língua nacional dizem respeito às funções que esse idioma desempenha na comunidade que o fala: uma língua nacional é um idioma que responde a todas as necessidades de uma sociedade. Essas necessidades variam conforme a época, alterando-se fortemente os pesos relativos do discurso técnico, estético, religioso, legal, etc. (2008:215).

Dito isso, façamos uma reflexão e associemos a importância do registro de uma gramática, além do papel de representante social e cultural de um povo, para a efetivação de um idioma como língua nacional. Além de questões políticas e jurídicas, a demarcação de normas e acordos ortográficos, lexicais e sintáticos é imprescindível para a regularização, oficialização e consolidação de uma língua. Ainda seguindo nas ponderações de Ilari:

Na formação das línguas nacionais, o contacto com todas essas esferas da atividade humana se reflete antes de mais nada na fixação de convenções ortográficas (dispor de uma escrita padronizada é condição necessária embora não suficiente para uma língua nacional); além disso, repercute fortemente na estrutura dos idiomas em questão, cujo léxico e cuja sintaxe tendem a enriquecer-se e estabilizar-se. Fenômenos comuns são a codificação gramatical e a “defesa” contra as influências externas que passam a ser vistas como fator de corrupção. (2008:216)

Pois bem, a gramática de João de Barros ilustra o que foi exposto acima, já que apresenta os dois condicionantes elencados por Ilari: tanto a codificação gramatical - através da normatização das regras da língua portuguesa da época, exposta nas quatro partes de sua obra-

, quanto a “*defesa* contra as influências externas”, através da fixação de normas linguísticas a partir do louvor e defesa do idioma lusitano, exibido no *Dialogo* e também da doutrinação para o *bem falar*, exposta ao longo da *Grammatica*: “E não diremos, homem boa, porque desfalece natural ordem da construção por nos havemos de entender e parecerá mais fala de negros que de bom português” (BARROS, 1540:30v).

Ademais, retomando o que foi exposto no capítulo anterior sobre a Renascença, ratificamos o quanto esse período foi importante e decisivo para o fortalecimento e dignificação das línguas vulgares. Além do surgimento da imprensa, que facilitou a propagação de textos diversos, exigindo a normatização da ortografia, essa dignificação se deu também pela incorporação de latinismos, através da retomada dos estudos da cultura greco-latina, e uma das formas desse engrandecimento foi a produção das primitivas gramáticas da nossa língua:

[...] não só remontam a esse período as primeiras gramáticas dessas línguas (escrever uma gramática implica reconhecer na língua vulgar um objeto de estudo tão legítimo e importante quanto as línguas clássicas...) mas são inúmeros os trabalhos que, desde o título, declaram o propósito de “defender” e “ilustrar”, isto é, “caracterizar como ilustre, enobrecer” esta ou aquela língua românica. (ILARI, 2008:226-227).

Dessa forma, ratificamos, uma vez mais, a importância do século XVI para a constituição da consciência linguística portuguesa e das primeiras gramáticas para o fortalecimento, expansão e efetivação do idioma português, dentre elas a obra de Barros, aqui discutida.

3.1. UMA SÍNTESE SOBRE O SURGIMENTO DA GRAMÁTICA OCIDENTAL

Antes de iniciarmos nossas ponderações sobre a proposta deste tópico, façamos a seguinte reflexão: o que é gramática? Possivelmente essa pergunta já foi feita por todos os estudiosos da linguagem, ou por todos aqueles que se propõem a discutir o assunto, mas podemos afirmar que há mais de uma acepção para o termo. Conforme Sirio Possenti (1996:61), “a noção de gramática é controvertida: nem todos os que se dedicam ao estudo desse aspecto das línguas a definem da mesma maneira.”.

A gramática é um instrumento linguístico; a partir dessa assertiva podemos defini-la como um livro onde são apresentadas as regras de determinada língua; ou como a disciplina que estuda os fatos e regras da linguagem escrita e falada; ou ainda, como um sistema de regras

internalizadas pelo falante de um idioma para que ele se comunique de forma eficaz. Essas considerações sobre o conceito de gramática, são assim sintetizadas por POSSENTI (*ibidem*):

- 1) conjunto de regras que devem ser seguidas;
- 2) conjunto de regras que são seguidas;
- 3) conjunto de regras que o falante da língua domina.

Como nosso objeto de estudo é uma gramática e também iremos usar outros exemplares (gramáticas históricas e contemporâneas) para embasar nossas análises, julgamos imprescindível que deixemos clara a diferença entre gramática descritiva gramática normativa.

Nas palavras de Bechara (2003:52), a gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve um sistema linguístico em todos os seus aspectos, cabendo tão somente a ela registrar *como se diz* numa língua funcional. Além disso, ainda segundo ele, a gramática descritiva também pode se revestir de várias formas, segundo o que examina: “estrutural, funcional, estrutural e funcional, contrastiva, distribucional, gerativa, transformacional, estratificacional, de dependências, de valências, de usos, etc”.

Segundo nas considerações de Bechara (*ibidem*), gramática normativa não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, “cabe elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais de convívio social”. Esse tipo de gramática adverte como os usuários da língua devem falar e escrever corretamente “segundo a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos” (*idem*). No entanto, queremos buscar esse conceito lá atrás, na história da sociedade ocidental.

Os primeiros registros gramaticais que temos são descrições sobre o sânscrito, feitas por gramáticos hindus. No ocidente, a *Grammatiké* foi concebida na Grécia Clássica e no período alexandrino, como a arte de ler e escrever. Desde então, passou por muitas transformações, juntamente com as transformações históricas das ideias e do pensamento ocidental através do tempo. Segundo Maria Helena Moura Neves:

Todos os que falam do uso lingüístico hão de se surpreender fazendo esse questionamento. [...] na filosofia grega, **grammatiké** como sistema regulador da interdependência dos elementos lingüísticos; na cultura helenística, **grammatiké** como regulamentação de um determinado uso da língua, num dado momento de sua história; na ciência lingüística, *gramática* como explicitação das regras que regem a lingüística. (2002:9-10) (grifos da autora).

Segundo essa linha elucidativa, buscando na Antiguidade Clássica as concepções para conceituar a gramática, nos deparamos com a inevitabilidade de associarmos esse conceito ao pensamento grego e à sua origem filológica:

Se formos à gênese da questão, veremos que, na história do pensamento grego, a gramática, como busca do mecanismo interno à língua, como busca do sistema de regras responsável pelo cálculo das condições de produção de sentido, precedeu a gramática como descrição, com vistas à prescrição, de determinados usos da língua. [...] Em ambos os casos, a gramática se ligou à filologia. (NEVES, 2002:19)

Quando aqui ressaltamos essa associação entre o estudo da gramática e a filologia, não podemos nos furtar de, ao menos sucintamente, explicar sobre o que é a filologia. Ainda que haja outras definições, nos limitaremos a dizer que a filologia, o *amor ao lógos*, é uma ciência cujo objetivo é estudar uma determinada língua através de seus textos escritos. *Amor ao logos* porque, nas palavras de Neves:

O que se pode dizer é que, nessa época helenística, a cultura a preservar está na literatura arte (poetas e mestres da retórica), a que tem brilho de expressão, aquela cuja leitura conduz ao belo falar. Filólogo é, pois, aquele que sente a correção e a beleza, e as estuda em obras exemplares. [...] Filólogo é o que ama – e, porque ama, trabalha por preservar – a cultura que o espírito helênico soube construir e que a linguagem fixou. (*ibidem*, p.20)

A partir da sua origem, que remonta aos antigos filósofos gregos, entendemos que a gramática ocidental antiga foi a base do que hoje chamamos de gramática tradicional, além do que consideramos como ciência linguística. Segundo Neves (2005:19), as considerações sobre a linguagem podem ser verificadas desde os primórdios da história do pensamento grego, “muito antes de a gramática ser pensada como disciplina intelectual e mesmo bem antes de ela emergir dentre a massa do pensamento filosófico”. Ainda sobre essas primitivas reflexões sobre a linguagem, Pereira (2006) sustenta que:

As primeiras indagações sobre a linguagem, ao que se sabe, nasceram em terreno filosófico. No que se conservou tanto dos filósofos pré-socráticos quanto dos antigos retóricos, de Platão e Aristóteles, encontram-se observações sobre a linguagem, em particular sobre a língua grega. Apenas com os estóicos, no entanto, que trataram separadamente da Gramática, o estudo da linguagem teria ganhado autonomia. (p.36).

De acordo com Neves (2002):

A disciplina gramatical aparece na época helenística (...). Nessa época o que se procura é, acima de tudo, transmitir o patrimônio literário grego, privilegiando-se, como atividade cultural, o exame das grandes obras do passado. (p.49)

Segundo a autora, essa atividade gramatical incipiente objetivava proporcionar à linguagem os padrões de erudição linguística das grandes obras da época, que contrastavam “com a da linguagem corrente, contaminada de barbarismos” (*idem*). E prossegue:

É, pois, para servir à interpretação e à crítica que se compõe o que se vai qualificar como *gramática*. Trata-se de um estudo que, pelas condições de seu surgimento, se limita à língua escrita e, mais especialmente à do passado, mais especificamente à língua literária e, mais especificamente, ainda, à grega. O próprio termo **grammatiké** – a arte de ler e escrever -, usado para dar nome ao estudo da língua, tem sido invocado

para evidenciar a atenção precípua dada à forma escrita da língua. (p.49-50) (grifo da autora)

Assim, em um primeiro momento, atribui-se à gramática grega o papel de determinar as formas corretas e as formas incorretas do uso da linguagem, baseando-se nos falares eruditos. Seu surgimento tem relação direta com o desenvolvimento e a generalização da escrita no mundo antigo, os quais possibilitaram,

que obras como a de Homero, antes sujeitas à memorização e atualização oral cada vez que se quisesse apreciá-las, pudessem contar com uma representação que, ao mesmo tempo, salvasse-as do esquecimento e lhe conferisse uma forma, por assim dizer, mais “perene”. (NEVES, 2002:44)

É nesse contexto, e a partir da necessidade de normatizar ou “canonizar o uso literário” da língua, que surge a primeira gramática grega, disciplina que Dionísio de Trácio definiria como “o conhecimento prático do uso linguístico comum aos poetas e prosadores” (ROBINS, 1983:24)¹⁰. Além de, nesse período, surgir também “a idéia de elaborar regras gerais que fossem independentes dos usos particulares de tal ou tal autor, mas que pudessem, eventualmente, explicar ou justificar esses usos particulares.” (BARATIN, 2000:228).

A respeito do que aqui foi exposto sobre a origem das primeiras gramáticas ocidentais, a partir do pensamento grego, usemos a sistematização de Leite (2007:36), que explica as origens da disciplina gramatical emergente da filosofia, dispostas, cronologicamente, em três etapas, a saber:

1ª etapa: Aristóteles tratou das palavras e de suas relações semânticas;

2ª etapa: Platão, no *Sofista*, trata do enunciado e da proposição e parte para a análise desta, pelo par *tema-rema*;

3ª etapa: Aristóteles correlaciona as formas linguísticas e as categorias dos conteúdos mentais e, a partir disso, formula a teoria das “partes do discurso”.

Assim, a gênese da gramática ocidental que compreendia o estudo da letra, da sílaba e das partes do discurso, serviu de modelo para a escola latina e, posteriormente, de legado às gramáticas das novas línguas nascidas a partir da expansão e fragmentação do latim. Nesse período de aplicação do pensamento grego à língua latina, surgem nomes importantes para a história da gramática romana, Varrão (116-27 a.C) e Quintiliano (séc. I):

O grande nome dos estudos linguísticos na época clássica latina é Varrão de Reate (*Marcus Terentius Varro*, 116-27 a.C), que teria sido discípulo de Crates de Malos. Admirado por Cícero e Quintiliano, Varrão foi autor dos mais fecundos, mas apenas parte de sua obra, que trata desde a agricultura e a pecuária até a gramática, passando pela biografia e pela história, bem como pela poesia e pela filosofia, chegou aos dias

¹⁰ *apud* Pereira, 2006:45.

atuais. Dentre elas, interessa-nos, sobretudo o monumental tratado *De lingua Latina*, de cujos 25 livros, que versavam sobre etimologia, morfologia e sintaxe, restaram apenas os de número 5 a 10, dedicados justamente a Cícero. (PEREIRA, 2006:53)

Ao longo dos séculos, as gramáticas latinas copiaram e adaptaram esse modelo gramatical, aplicando ao latim as teorias gregas. De acordo Buescu (1978):

Se a organização da Gramática clássica como sistema de pensamento é legado grego, a sua construção como quadro ou estrutura sistemática, alcançada pelos Alexandrinos, assume uma projeção divulgativa através dos gramáticos romanos, voltados para um plano de estudos que, da época imperial, passará à Idade Média. Nesse momento de transição para a Idade Média e de grandes transformações e rupturas entre gregos e latinos, a gramática tradicional, no seu formato latino, exerce importante papel como veículo cultural, pois “resiste, insularmente, nas formas artísticas do discurso, produzindo uma nova literatura latina e preservando a tradição jurídica romana” (p.11-12).

Como sabemos, o latim havia deixado, há tempos, de ser uma língua de comunicação oral, no entanto continuava (e continuou ainda por muitos séculos) a ser a língua da erudição e da cultura. Aqui, podemos citar Dante Alighieri, quando afirmou “lo volgare seguita uso e lo latino arte”¹¹. Logo, é de se entender o porquê de as gramáticas latinas serem usadas como modelos pelas incipientes gramáticas das línguas vulgares, modelos esses que persistem até os dias de hoje. Nas palavras de Cardoso (1995:162):

No período latino, Varrão, Quintiliano e, já no fim deste período, Donato e Prisciano fixam, de um modo quase definitivo e assim permanecendo ao longo de toda a história da gramática ocidental, a distribuição ou divisão e a classificação das palavras em classes morfo-sintáticas.

Nessa conjuntura de seguir a tendência mimética das gramáticas das línguas vulgares em relação às clássicas gramáticas gregas e latinas, surge a *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros, antes dela, porém, temos a “primeira anotação da Língua Portuguesa”, de Fernão de Oliveira. E é sobre esses dois humanistas, defensores, descritivistas e normativistas da língua lusitana, que iremos tratar mais adiante, destacando como os gramáticos portugueses mais representativos do século XVI - Fernão de Oliveira e João de Barros-, respectivamente, focalizaram, cada um à sua maneira, as questões referentes à língua.

3.2. AS GRAMÁTICAS, OS GRAMÁTICOS E A EDUCAÇÃO PORTUGUESA DO SÉCULO XVI

¹¹ *Convivio* (1304-1307), *apud* VAZQUEZ, 2013:62.

Antes de fazermos uma breve apresentação dos gramáticos contemporâneos a Barros e de suas gramáticas, estimamos ser necessário discorrer, ainda que brevemente, sobre a educação em Portugal, para que possamos compreender melhor a constituição de sua gramática. E para entendermos o processo educacional em Portugal na época de Barros, faz-se necessário voltarmos ao seu contexto histórico.

Tomemos como ponto de partida a Idade Média, já que o século XVI, embora tenha abraçado os ideais renascentistas, está ainda impregnado pelo pensamento desse período, conhecido como “período das trevas”. Nessa época, o pensamento filosófico que predominava ainda era voltado para a religião cristã e para a moralidade. Esse pensamento, denominado *escolástica*, segundo Casagrande (2005), representa:

(...) o último período do pensamento cristão, que vai do início do século IX ao fim do século XVII. Denominada escolástica, essa doutrina filosófica tem suas bases na problemática da relação entre a fé e a razão. (p.54)

A relação entre os gramáticos da Renascença com a gramática medieval fica clara se observarmos as referências recorrentes aos textos e ensinamentos bíblicos, e Barros não se furta a essa tendência. Tanto sua gramática, quanto o *Diálogo* e a *Cartinha*, estão repletos de menções a esses preceitos e aos da Igreja. Notamos essa imposição dos preceitos católicos desde a apresentação da *Grammatica*, quando escreveu: “e assym lhe apresentamos os preceitos da ley, e os mandamentos da Santa mádre Igreja: com o tratádo da missa em as quáes cousas convem serem elles doutrinados”. (prólogo da *Grammatica*).

Casagrande nos deixa a seguinte assertiva a respeito dessa imposição: “podemos afirmar que trazer a doutrina cristã junto aos ensinamentos da língua é uma atitude bastante coerciva”, e depois alude “à atitude ditatorial que é imposta por Barros, uma vez que é somente por meio da língua portuguesa que se ‘cristianiza’ uma comunidade”. (*ibidem*, p. 145)

Observemos nos excertos a seguir, como Barros impõe os mandamentos da Igreja usando-os como modelo para o bom aprendizado e boa utilização das normas linguísticas. No *Dialogo*, por exemplo, ele relaciona a criação das palavras ao primeiro livro de Moisés, o Gênesis, atribuindo ao “pai” Adão a concepção dos vocábulos:

E disto tomarás o que mais quadrár em teu intendimento: levando por guia as autoridades da sagrada escritura. (Segundo nos ella demóstra) depois que deos criou Adam, que foy o primeiro hómem, e ô pos na quelle lugar deleitoso: apresentou-lhe todas as cousas que pera elle criára, as quaes Adam conheço e ás chamou per seu nome que lhe em tam nóvamente pos. (BARROS, 1540:52)

Ou como, por diversas vezes, usa referências bíblicas para mostrar a importância religiosa do hebreu e a soberania do latim, nossa língua mãe, como ilustrado nesta passagem, também do *Dialogo*:

E ainda se póde crer, que estas vózes com antiguidade já devem ser corrompidas: como vemos em muitos vocábulos gregos, hebráicos, e latinos, que foram as tres linguágens, a que podemos chamar princesas do mundo, por que esta autoridade lhe deu o titulo da cruz onde foram póstas. (*ibdem*, p.53v)

E também para ilustrar suas regras e ensinamentos:

Alegoria, quer dizer, significação alheia, a qual tem aqui seis espécies de que esta é a primeira, quando por uma coisa entendemos outra: como, por o cordeiro pascoal dos judeos entendemos Cristo nosso redentor imolado por nossa redenção. (*idem*, p.39)

Ou ainda, quando usa exemplos claramente doutrinários:

Chamamos nome possessivo, aquelle que se nomea do possedor da causa: como doutrina Christã, de Christo: opíniam lutherana, de luthero. (*ibdem*, p.7v)

Ler as obras de Luthero: nunca obedecer ao papa, é o mais seguro para a salvação. Como julgaremos estas palavras não serem heréticas? Com os pontos: porque a parte, nunca, tem força neste entendimento, e onde se encosta, ali cai. Aqui destrói a precedente, e não a sequente: porque dizemos. Ler as obras de Luthero nunca: obedecer ao papa, é o mais seguro para a salvação. (*ibdem* p.49v-50)

Como vimos, a educação portuguesa no século XVI era basilarmente orientada pelos princípios cristãos, e Barros, como exemplificamos, seguia a risca essa orientação da escolástica. Sua *Grammatica*, do início ao fim, está repleta de referências à missa, aos santos, aos apóstolos, à Virgem Maria e a Cristo, ratificando seu papel de educador conforme a forma de ensinar da época.

3.3. A GRAMMATICA DA LINGUA PORTUGUESA, DE JOÃO DE BARROS

Antes de descrevermos a *Grammatica*, devemos salientar a importância referencial de Antonio de Nebrija para a confecção da obra gramatical de João de Barros. Nebrija foi um filólogo espanhol, humanista, autor da primeira gramática da língua castelhana, publicada em 1492, e do primeiro dicionário espanhol, publicado em 1495. Sua gramática, segundo Leite (2007:240), serviu de modelo e “ponto de contato” para Barros escrever sua obra.

A *Grammatica* de Barros, “a exemplo das gramáticas latinas”, foi dividida em quatro partes: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe (ou construção). Nessa última parte, após apresentar princípios de concordância e regência, o autor também inclui mais dois capítulos:

um que trata das figuras de linguagem (*DAS FIGURAS*) e outro que retoma, de forma mais detalhada que na primeira parte, conceitos de ortografia (*DA ORTHOGRAFIA*). É também nesta quarta parte que reside, especificamente, o ponto de interesse deste trabalho: a concordância verbal.

Barros inicia sua gramática expondo a etimologia do vocábulo gramática: “grammatica é um vocábulo grego: que quer dizer, ciencia de letras”. Depois, para explicar o sistema organizacional e funcional da língua, mais especificamente o papel que deve representar cada classe de palavra, faz uma analogia ao jogo de xadrez:

E como para o jogo do enxedrez se requerem dois reys, um de uma cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças postas em casas próprias e ordenadas, com leys do que cada um deve fazer (segundo o officio que lhe foy dado:) assim todas as linguagens tem dois reis, diferentes em genero, e concordes em officio: a um chamam nome, e ao outro, verbo. (*ibdem*, 1540:2)

A partir daí, segue o modelo latino de se fazer gramática, como já exposto neste capítulo, porém adaptando-o às necessidades do português e com as divisões já descritas neste tópico. Mais especificamente, a gramática de Barros subdivide-se da seguinte forma:

- 1- Definição da gramática e as partes dela;
- 2- Definição das letras e número delas (ortografia);
- 3- Da sílaba e seus accidentes (prosódia);
- 4- Da dição: *do nome e suas espécies, dos artigos, do pronome e seus accidentes, do verbo, do avérbio, da preposição, da interjeição;*
- 5- Da construção (sintaxe): da concordância do nome substantivo com o adjetivo, do regimento dos verbos, dos verbos impessoais, do regimento dos nomes, do regimento do avérbio, da preposição, da conjunção, da interjeição, das figuras;
- 6- Da ortografia: das letras que temos e da sua divisão, *das letras consoantes, das letras dobradas que usamos, das letras numerais, regras da ortografia, regras particulares de cada letra, dos pontos e distinções da oração.*

Publicada na primeira metade do século XVI, foi a segunda obra dessa natureza na língua portuguesa, precedida, como já vimos, apenas pela obra descritiva de Fernão de Oliveira (1536). Assim, podemos dizer que João de Barros tenha sido o primeiro a elaborar uma normatização do idioma lusitano. Sua gramática, segundo ele mesmo, não é doutrinal nem

especulativa, é “preçeitiva”¹². Nas palavras de Casagrande (2005:131), a *Grammatica* foi a obra mais importante para os estudiosos da linguagem, além de ter sido um marco na história da educação lusitana: “dentre todas as obras desse magnífico intelectual renascentista, a *Gramática da Língua Portuguesa* é a mais representativa para nós”.

Ao finalizar o capítulo sobre a *Grammatica*, Buescu registra, uma vez mais, seu apreço pela obra de Barros:

Pela riqueza da sua reflexão sobre o fenómeno miserioso da linguagem, meio privilegiado de comunicação humana, João de Barros parece ser, com efeito, o maior dos gramáticos e “proto-linguistas” do Renascimento português, participante activo nas grandes citalções do Humanismo Europeu. (BUESCU, 1978:73)

Assim, podemos dizer que a *norma* prescrita na gramática de Barros, ou em qualquer outra gramática, antiga ou contemporânea, pode refletir, ainda que minimamente, a relação entre as tendências e os padrões de comportamento linguístico observados numa determinada comunidade e num determinado período histórico.

3.4. FERNÃO DE OLIVEIRA E A GRAMMATICA DA LINGOAGEM PORTUGESA

Já vimos que as gramáticas portuguesas nasceram a partir do contexto do Renascimento, sendo assim, a inquietação com as questões linguísticas ganharam contorno com os estudos voltados ao latim e é a partir da cultura greco-latina que os gramáticos formularam suas teorias, desenvolveram seus estudos e produziram suas obras, sendo Fernão de Oliveira menos seguidor das artes latinas do que João de Barros. Oliveira se apoiou, sobretudo, em Quintiliano enquanto que Barros espelhou-se no castelhano Nebrija.

Fernão de Oliveira (Aveiro, 1507 – 1580 ou 1581) foi educado dos 13 aos 25 anos no Convento dos Dominicanos, depois dessa idade, abandonou a vida religiosa e buscou refúgio na Espanha. Após receber o perdão do Papa, voltou a Portugal e começou a ensinar jovens fidalgos e filhos das famílias abastadas do reino:

Secularizado por Paulo III, o egresso da Ordem dos Pregadores, dedica-se então a leccionar jovens fidalgos, filhos e filhas de alguns senhores principais desta terra, entre os quais D. Antão de Almada (filho de D. Fernando de Almada, por sugestão do

¹² Etimologia: lat. *praeceptivus*, um ‘que ordena, que ensina’, part.pas. do v.lat. *praecipere* ordenar, recomendar, ensinar’, por via semi-erudita; cp. preçeitivo.

qual publicará a *Gramática*), os filhos do barão do Alvito e os de João de Barros. (BUESCU, 1968:52)

Oliveira foi um homem típico do Renascimento, pois suas ideias e ideais se voltaram para os estudos da era clássica greco-romana, rompendo com os pensamentos medievais. Prova disso é que fez uma obra gramatical voltada para a teoria linguística desenvolvida a partir dos estudos aristotélicos e alexandrinos, assim como Barros. A diferença foi o ineditismo de suas reflexões a respeito do uso da língua.

De acordo com Cagliari (2007):

A Grammatica da Lingoagem Portuguesa (1536) e Fernão de Oliveira representa não apenas a primeira gramática sobre o Português, escrita em Português, mas, como afirma E. Coseriu é uma das gramáticas mais originais da Renascença na România com relação à concepção de linguagem, sua metodologia e descrição da língua. (s/p).

Considerada a primeira gramática publicada em língua portuguesa, a *Grammatica da lingoagem portuguesa* foi impressa em Lisboa, no ano de 1536, precedendo em quatro anos a *Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros. Com base no que lemos em Leite (2007), sua obra foi a responsável por “gramatizar” a língua portuguesa, enaltecê-la e ressaltar suas qualidades e eficiências. Além disso, Oliveira tentou propor a normatização para o português do século XVI, sem seguir, no entanto, o modelo das gramáticas até então produzidas.

A obra constitui-se de cinquenta capítulos; nos primeiros procurou definir a linguagem como uma "figura do entendimento" e aludiu ao modo de falar dos portugueses. Depois de referências à história e aos nomes de importantes portugueses, propõe-se a definir gramática e, seguidamente, discorre sobre o estudo da pronúncia, articulação e grafia dos sons portugueses. Nessa parte reside a originalidade e, considerada por Leite, a genialidade de sua obra.

Depois dessa descrição fonética, dedica-se aos estudos morfológicos, que compreendem a composição e derivação das palavras, a flexão dos nomes, as especificidades dos pronomes, do plural (terminados em -ão e em consoantes) e a conjugação dos verbos. À construção (sintaxe) foi destinada apenas uma página. Segundo Buescu, Oliveira justifica essa falta dizendo que falará de forma mais abrangente sobre sintaxe em outra obra, mas, infelizmente, faleceu antes que isso fosse possível.

Não poderíamos deixar de mencionar Oliveira neste trabalho porque, como já dissemos, junto com Barros ele foi precursor na descrição e normatização da língua portuguesa e um importante nome do Renascimento lusitano. Ademais, há muita discussão em torno de quem *realmente* escreveu a primeira gramática *completa* em nossa língua. Isso porque o próprio

Oliveira considerou sua obra como "primeira *anotação* da língua". Pelo que sabemos, seu objetivo foi perpetuar a memória da língua portuguesa, através de suas reflexões de carácter linguístico, social e cultural. "A obra de Oliveira é, efectivamente, um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, do tipo ensaístico. Em suma: uma miscelânea linguística e cultural." (Buescu, 1968:53).

É importante comentar aqui que a gramática de Oliveira, assim como a de Barros, foi publicada num período em que Portugal procurava afirmar a sua autonomia nacional em relação às outras nações, sobretudo à Espanha. Logo subentendemos que a intenção de um e de outro era, mais que normatizar a língua, institucionalizá-la através da coesão de um sistema linguístico sistematizado, pois sabemos que o vernáculo é caracterizante de uma nação e de um povo.

Por tudo isso, e por sua contemporaneidade com Barros, não poderíamos deixar de mencionar Oliveira neste trabalho. Além de sua já mencionada originalidade e, com base em nossas leituras teóricas, um dos mais importantes foneticistas da Renascença, esse gramático merece destaque não só na história da língua portuguesa, mas também nos estudos linguísticos românicos.

3.5. OLIVEIRA E BARROS: UM CONTRAPONTO

Com base nas leituras de *Gramáticos portugueses do século XVI* e *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*, respectivamente das autoras Maria Eleonor Carvalhão Buescu (1968) e Marli Quadros Leite (2007), teceremos aqui um breve comparativo entre as obras de Fernão de Oliveira e João de Barros. No que se refere à importância para os estudos linguísticos portugueses, é nítida a predileção de Buescu pela obra de Barros e a de Leite pela de Oliveira.

Para Buescu, João de Barros, como humanista e homem renascentista que foi, pretendeu, com sua obra, tomar como modelo a gramática latina, mas, nas considerações da pesquisadora, essa subordinação de Barros ao modelo clássico é mais formal do que real. Além disso, a relação dele com o latim foi um meio pedagógico de facilitar a aprendizagem da nova gramática: "Nós tomaremos da nossa construção o mais necessário, imitando sempre a ordem dos latinos, como temos de costume". (1540:30).

A autora entende que Barros não se preocupa só em mostrar as semelhanças entre a língua portuguesa e o latim, mas também em descobrir o que a língua portuguesa tem de diferente. Como por exemplo, se refere ao uso dos artigos pelos portugueses: “Artigo é uma das pártes da oraçám, a quál como ja dissemos nam tem os latinos” (BARROS, 1540:12).

O balanço entre os passos em que Barros alude à decantada “conformidade” com o latim e aqueles em que se refere à “desconformidade” entre o latim e o português, é favorável à segunda atitude. A latinização de Barros, pois, segundo parece, mais formal do que essencial, preocupando-se elemasi em demonstrar diferenças do que em apontar identidades. (BUESCU, 1968:63)

Em contraponto à Buescu, Leite (2007) assegura que:

A preocupação de João de Barros foi mesmo a de pôr a “língua em arte”, ou seja, a de aplicar ao português a teoria linguística clássica. Em outras palavras, construir o português à imagem do latim, por isso pode-se afirmar que sua obra é mais doutrinal. (p. 252).

E mais adiante reitera:

Antes de tudo, vale lembrar que Oliveira rejeitava o fato de que o português era a continuação do latim e, por isso, sua argumentação estruturou-se para mostrar a diferença existente entre as duas línguas, e não para mostrar a semelhança entre elas, como fez João de Barros. (*ibidem*, p. 301)

Marli Quadros Leite, no segundo capítulo da sua obra supracitada, intitulado “*A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*” (p. 77-111), discorre sobre a identidade linguística portuguesa em seus primórdios, além de traçar o perfil de cada um dos gramáticos. A autora expõe uma primeira e singular diferença entre ambos, afirmando que enquanto Fernão de Oliveira “foi ‘assistemático’, descreveu a língua mais livremente, indutivamente [...] sem submeter sua análise, rigidamente, ao modelo das ‘artes’ latinas” (p. 92); João de Barros “foi sistemático, tinha nas mãos a teoria e o modelo para descrever a língua, o da gramática greco-latina e, de posse dele, dedutivamente, aplicou definições e classificações para todas as partes do discurso” (*idem*).

Para Leite, tanto Oliveira quanto Barros foram veementes na defesa da singularidade da língua portuguesa, no entanto, Fernão foi inovador, pois suas *anotações* apresentam reflexões dignas de um linguista, ao contrário de Barros que, segundo sua análise, foi um tanto quanto conformista em relação às transformações de sua língua. Assim, a autora dispensa a Fernão de Oliveira o papel de um estudioso dos aspectos linguísticos lusitanos, e a João de Barros o de historiador que se propôs a descrever e a normatizar a língua portuguesa com base no modelo da gramática latina.

Outra passagem que nos chama atenção no livro de Leite é o emprego, por parte dos gramáticos, dos vocábulos *linguagem* e *língua*, com os quais são intituladas as suas obras. A autora defende que quando Barros escolhe a palavra *língua* ele está se referindo ao latim, enquanto que Oliveira, ao usar *linguagem*, refere-se à língua vernácula do povo português. Isso seria mais uma prova de que a gramática de Oliveira é original, inovadora e defensora legítima do português prestes a se modernizar: “a palavra *língua*, como se verifica, é reservada, quase sempre, para referência ao latim, e a palavra *linguagem*, para as referências ao português, ao vernáculo.” (*ibidem*, p.279).

Mais à frente ela prossegue em sua reflexão a esse respeito, sempre usando exemplos das gramáticas para ilustrar seu posicionamento:

A oposição *língua* x *linguagem* em favor aparece uma vez, mas para designação do castelhano e do português, em oposição ao “vasconço”, o basco, considerado, por João de Barros, como uma língua confusa que não se podia entender, nem escrever, de muito menor prestígio que as duas primeiras; então, para essas o autor empregou o termo *linguagem*, e para o português usou a palavra *língua*. Desse fato, pode-se concluir que, na hierarquia das línguas, as mais prestigiosas eram consideradas *línguas*, e as menos, *linguagens*. (p. 281)

Logo depois de exemplificar, Leite fecha a questão:

Essa discussão mostra que não foi a concepção de linguagem/língua que fez a diferença entre as duas gramáticas, porque, sob o ponto de vista da língua, Oliveira desenhou mais nitidamente o perfil do português, tendo denominado sua obra gramática da linguagem, do que Barros, com sua gramática da língua. (p.281)

Como dito anteriormente, a Gramática de Oliveira é considerada descritiva, isso porque os exemplos que ilustram suas considerações são registros reais da oralidade e foram usados com a finalidade de mostrar como a língua era naquele momento. Para Buescu, no entanto, o contexto de nascimento das gramáticas exigia que elas fossem normativas, talvez seja esse também um dos motivos pelo qual ela considere a Gramática de Barros mais importante:

As línguas modernas parecem estar, pois, definitivamente codificadas nos finais do século XVI, o bom uso definido a partir dessa codificação – a gramática –, e, finalmente, o contexto cultural exige que a gramática assuma um carácter normativo. (1978:16).

A esse respeito e em defesa da gramática de Oliveira, Leite faz a seguinte consideração:

Oliveira anunciou que faria “anotações” sobre a língua culta, ou, em seus termos, sobre a “língua dos que mais sabem”, e esse objetivo foi cumprido. Se essa é, aos olhos de hoje, uma virtude da *Grammatica* de Fernão de Oliveira, não foi a seu tempo. A ideologia renascentista exigia que uma obra de tal natureza estivesse alinhada com o modelo clássico, como ficou dito, e que, necessariamente, apresentasse as partes do discurso definidas e exemplificadas, o que Oliveira não fez. Talvez isso explique a proscrição de sua gramática através dos séculos. (2007:313)

Em síntese, o objetivo de Oliveira foi descrever aspectos da língua portuguesa em uso, mais do que equipará-la ao latim ou normatizá-la, como Barros fez. A partir da concretização desse objetivo, ele levantou questões a respeito da variação linguística, ocorridos a partir de fatores geográficos, por exemplo, mesmo que não tenha usado o termo “variação”.

Mais uma vez, vemos aqui percepções contrárias entre Leite e Buescu. Essa última considera que não foi só Oliveira quem usou os registros reais da língua em uso para suas reflexões linguísticas. Referindo-se à difícil questão do estudo etimológico das palavras pelos estudiosos da época, Buescu salienta o seguinte:

Se Fernão de Oliveira alude à etimologia, fá-lo com ironia e desconfiança, enumerando falsas etimologias. Se João de Barros ocasionalmente se lhe refere, como a um conhecimento altamente duvidoso e inextrincável: procurar a origem das palavras será, segundo ele, tão dificultoso como buscar as fontes do Nilo. A atitude destes gramáticos é, pois, **notoriamente presencialista, referida à observação directa e às conclusões que a realidade actual** e visível unicamente permite. (1968:16) (grifos nossos).

E, continuando sua exposição sobre a problemática de se estabelecer uma etimologia do português, observa que essa questão desemboca em um dos desvios dos gramáticos da renascença em relação à “escola gramatical clássica”:

Eles (os gramáticos renascentistas) abandonam a indagação especulativa e teórica da origem do vocábulo e do seu sentido primordial e “motivado”. Interessando-lhes – e **essa é a posição claramente definida de Fernão de Oliveira e João de Barros** – estabelecer o que o uso introduziu e consagrou. (*ibidem*, p. 17) (grifos nossos)

Diante de tais considerações, não podemos nos furtar à afirmativa de que, tanto Oliveira quanto Barros defenderam, cada uma à sua maneira, a nobreza da língua portuguesa. Saindo um pouco das considerações de Buescu e Leite a respeito dos dois gramáticos, destacamos aqui as palavras de Silva (2008:61) no que concerne ao louvor e exaltação do vernáculo:

É tão extremado o nacionalismo de Fernão de Oliveira, que para ele a fala portuguesa ‘tem de seu a perfeição da arte que outras nações aquirem com muyto trabalho’ (prólogo); e mais adiante: ‘... e com tudo apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente...e nam trabalhemos em lingua estrangeira’ (Cap. V).

E,

João de Barros enumera seis motivos fundamentais para o seu louvor da língua portuguesa: riqueza vocabular, conformidade com a língua latina e filiação nela, gravidade e majestade, sonoridade agradável, caráter abstrato, e possibilidade de enriquecer o seu vocabulário por meio de adoções e adaptações (sobretudo de latinismos).

Dessa forma, entre argumentos, contra-argumentos e excertos dos textos arcaicos, cada uma das pesquisadoras vai tecendo suas defesas a um e a outro gramático. Nas páginas finais de seu livro, Leite reconhece o valor de Barros enquanto defensor da língua lusitana:

Embora existam pontos que obscurecem, sob o ponto de vista estrito da análise lingüística, o trabalho de Barros, não se pode menosprezar o que representou para a cultura portuguesa. Estar o português equiparado ao latim foi um feito extremamente significativo, pois isso sinalizou o *valor* da língua e equiparou-a às demais línguas européias que, por essa ocasião, tinham, ou começavam a ter, suas primeiras gramáticas. (*ibidem*, p. 315)

E Buescu, ainda que explicita, com provas, análises e elogios, sua admiração por João de Barros, não deixa de reverenciar as qualidades de Oliveira:

Eminentemente pragmática, baseada numa experiência pedagógica e humana, a obra de Fernão de Oliveira, que ele modestamente qualifica de “primeira anotação da Língua Portuguesa”, deixando para João de Barros o título de “primeira gramática”, é uma obra expressiva dum espírito aberto e atento à realidade circundante – uma obra do Renascimento. (1968:54)

Nossa intenção com esses apontamentos foi pontuar, os posicionamentos de Buescu e Leite a respeito de Barros e Oliveira. Em síntese, podemos verificar que as duas autoras possuem opiniões confrontantes em relação a eles. Enquanto Buescu, na hierarquia de importância para a história da língua portuguesa, prioriza João de Barros em detrimento a Fernão de Oliveira, Leite aponta um lugar de destaque para o segundo, avaliando sua obra de forma bastante positiva, enquanto que, ao primeiro, reserva o papel de mantenedor da tradição lingüística lusitana, sem questionar suas peculiaridades, transformações e inovações.

Para nós, ficou claro que a *Grammatica da lingua portuguesa* de João de Barros, estabeleceu uma visão prescritiva sobre a língua, que enquanto a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira, procurou desenvolver uma perspectiva descritiva do idioma português.

3.6. LEÃO E GÂDAVO: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Além de dos gramáticos Oliveira e Barros, não podemos esquecer que o século XVI também assistiu ao surgimento dos primeiros ortógrafos da língua: Duarte Nunes de Leão (Évora, 1530? – Lisboa, 1608) e Pero de Magalhães de Gândavo (Braga, 1540 – 1580). Na obra *Ortografia da Lingua Portuguesa* (1576), Leão considerou em seus estudos, além da etimologia das palavras, a realidade fonética e as tradições ortográficas da língua. Além da obra normativa,

citada acima, ele publicou também uma de cunho especulativo e dialético, *A origem*, mas essa publicação foi no século XVII, em 1608.

Leão, como humanista que era, também fez seu louvor à língua portuguesa, ressaltando suas qualidades, tais como, expressividade, vocabulário rico e aberto a inovações; e sua distinção das demais, dada sua complexidade, que, na época, sinalizava nobreza e superioridade em relação a outras línguas consideradas mais “simples”.

Em comparação a João de Barros, Buescu diz o seguinte a respeito de Leão:

Se a obra de Barros é nitidamente renascentista, a de Nunes de Lião é já decisivamente moderna, especificamente barroca, no esforço a cada passo demonstrado para relacionar graficamente as formas portuguesas com seus étimos latinos. (1978, p. 39).

Isso porque, ainda segundo Buescu, Leão situa-se entre duas épocas distintas: o Renascimento e o Barroco; e em meio a essa cronologia, o ortógrafo percebe o quanto a língua, assim como a História, pode ser oscilante. Depois dessas considerações, ela arremata:

Fortemente vinculada ao tempo, a obra de Nunes do Lião, é, pois, um testemunho documental e elucidativo da transição, talvez dramática, do espírito do Renascimento para o espírito Barroco, enredado numa nova angústia e numa maneira de estar no mundo. (1978:20)

Já Pero de Magalhães de Gândavo, segundo Buescu, é, em comparação a Barros e a Oliveira, o “menos expressivo gramático de sua época”. Situada entre as gramáticas de ambos, “a obra de Gândavo apresenta-se como documento expressivo duma cultura em expansão ‘democrática’, visando objectivos estritamente didácticos.” (BUESCU, 1978:39).

Em *Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da Lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em defesam da mesma lingua*, publicada em 1574, Gândavo apresenta, na primeira parte, um didático tratado ortográfico, no qual o autor não pretende fazer doutrina, “mas ensina a escrever bem e pronunciar correctamente, restaurando o prestígio da língua, para que os portugueses deixem de cometer erros que a deslustram e os deslustram.” (*ibidem*, p. 48).

Gândavo sonhava com a propagação da informação sobre sua língua vernácula em larga escala, para todos os portugueses. Não escrevia para a Corte, nem para os poucos muito bem letrados em latim, embora professor de latim. Ele pretendia, com suas obras gramaticais, ajudar a quem não sabia “que coisa é nome e que coisa é verbo” – e não aos que já tinham “inteligência em Latim”.

A segunda parte da obra é reservada ao *Dialogo*, na qual, diferentemente de Barros, que louva o português focando em sua semelhança com o latim, Gândavo faz louvor à língua

portuguesa ressaltando sua grandiosidade em face ao castelhano. Outra diferença entre os *Dialogos* dos dois gramáticos está nos interlocutores; em João de Barros dialogam pai e filho, em Gândavo, o embate se dá entre um português e um castelhano.

Através desse breve retrospecto a respeito dos estudiosos da língua portuguesa, fica claro que há pouco ou nenhum registro dos estudos relacionados à sintaxe no século XVI, em Portugal, ou outra gramática que contemple a divisão usual das gramáticas latinas, a saber: ortografia, prosódia, etimologia e sintaxe (ou construção). Ou seja, não temos nessa época, uma fonte conceitual sobre sintaxe e, mais especificamente, sobre concordância verbal, que não a de João de Barros. Eis a razão de apresentarmos essas considerações a respeito de seus contemporâneos.

4. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: A CONCORDÂNCIA VERBAL

Como em o nome e verbo está a força de toda a linguagem, per o réal poderio que ambos nella tem (como já dissemos) assim em decliáar um, e conjugár o outro, está o mais substanciál e dificultoso de toda a gramática.

[João de Barros]

Por servir de base para a análise do *corpus* de nossa pesquisa, este capítulo tratará dos fundamentos e dos aspectos conceituais e teóricos da CV. Embora já tenhamos deixado claro nosso objetivo neste trabalho, ratificamos que nossa proposta é analisar as ocorrências de CV no texto da gramática de João de Barros, para tanto descreveremos o contexto sintático onde essas ocorrências ocorrem, entretanto não a validaremos com nenhum tipo de teoria da linguagem.

No entanto, “como não se pode realizar descrições sem assumir algum ponto de vista teórico” (PERINI, 2008:13) ou conceitual, adotaremos aqui algumas obras de cunho gramatical (histórico e contemporâneo), filológico e linguístico, que nortearão nosso trabalho; a começar por Marta Scherre e Anthony J. Naro (1998; 2007), cujo trabalho vasto e intenso, tem servido de base para todos aqueles que se propõem à pesquisa de concordância, tanto no português europeu (PE) quanto no português brasileiro (PB), seguidos de outra estudiosa do tema, não menos importante, Rosa Virgínia Mattos e Silva (1991; 1993; 2006; 2010). Além dos gramáticos e também linguistas, Joseph Huber (2006), Eduardo Carlos Pereira (1923), Said Ali (1965), Mattoso Câmara Jr (1985), Cláudio Brandão (1963), Augusto Epiphânio da Silva Dias (1959), Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra (1985), Rocha Lima (1992), Evanildo Bechara (2003), Mário Perini (2003).

4.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS ARCAICO

Mesmo geneticamente ligada ao latim vulgar, a língua portuguesa perdeu o uso das desinências casuais e com essa perda, a concordância verbal se tornou fundamental na ordenação e coerência frasal. Sabemos que, em latim, a relação sintagmática se dá através de casos, ou seja, são as desinências que indicam a que caso cada palavra pertence e qual a função que ela desempenha. Como as funções sintáticas são diversas, existem também várias

desinências ou flexões. Logo, a concordância em latim se faz através de flexão casual. Conforme Tarallo (1990):

No latim clássico o sistema casual já delimitava o sujeito da oração, através da desinência de nominativo; a concordância verbal entre sujeito e verbo estabelecia uma relação entre o sujeito e o predicado, embora essa relação já estivesse presente na desinência de nominativo. (p.153)

Com base nessa relação de filiação com o latim, dentre outros motivos, vemos quanto o estudo da concordância verbo-nominal é frutífero e inesgotável. Ademais, a concordância é também um fenômeno saliente, tanto na língua falada quanto na língua escrita. Ou seja, é um fenômeno que, quando apresenta variações em relação às regras, chama a atenção de ouvintes e leitores, logo é de sumo interesse de pesquisadores da linguagem.

Dois trabalhos basilares de Scherre e Naro para nossa pesquisa, por tratarem da variação na concordância no período arcaico, são *Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português* (1998), e *Origens do português brasileiro* (2007). Com relação à análise de textos¹³ do português arcaico (do século XIII ao século XVI), os autores atestam que eles “apresentam ocasionalmente falta de concordância” na relação entre sujeito e verbo e que:

Essas ocorrências são normalmente vistas como erros dos escribas ou de impressão pelos pesquisadores modernos, que, quase sem exceção, ao editar os textos para publicação, consideram como seu dever mudar as ocorrências originais de formas verbais singulares para formas plurais em contextos plurais, como prescrevem as normas clássica e moderna. (idem, p. 58)

No entanto, salientam que, a partir de meados do século XVI, época da publicação da gramática “preceitiva” de Barros, essas ocorrências de falta de concordância começam a mudar:

Para sujeito simples morfologicamente plural, os textos de meados do século XVI em diante mostram comportamento quase categórico de concordância verbal. Todavia, a maioria dos textos mais antigos mostram algum tipo de variação [...]. (p.61)

Além da ocasional “falta de concordância”, Scherre e Naro também defendem que nessas eras remotas do português há registros de ocorrências de variação no que diz respeito aos traços [+humano] e [-humano] do sujeito. Ao analisarem essa interação no controle da concordância em dados dos textos, os pesquisadores alegam que “o traço [humano] é

¹³Os textos do português arcaico utilizados pelos autores para compor o *corpus* da pesquisa são constituídos pelas seguintes obras: *A Demanda do Santo Graal* (século XIII); *Diálogos de São Gregório* (século XIV); *Boosco Deleytoso* (séculos XIV e XV); *Crónica del Rei dom Joam de boa memoria por Fernão Lopes*; *Vida e Feitos de Júlio César* (século XV); *Ho Preste Ioam das Índias* (séculos XIV e XVI); *Crónica Geral de Espanha de 1344* (Ms. do século XV). (p.47)

extremamente poderoso na determinação de marcas de número no verbo” (p. 67), com mais uso de marcas de plural para sujeitos com traço [+humano].

Poderoso porque, além de esse traço ser significativo no sentido de reter o controle da concordância quando o núcleo é [+humano], também o é no sentido de deslocar o controle da concordância para o núcleo do sintagma preposicionado (SPrep) [+humano] plural:

Tendo em vista que referentes humanos são tipicamente mais centrais no discurso humano, desempenhando um importante papel no fluxo da informação, nossos resultados estão de acordo com a hipótese da saliência, ampliada para o nível semântico-discursivo. (1998:67)

Dessa forma, “o fato de maior interesse a respeito da variação da concordância verbal na história do português é que, da mesma forma que no português moderno, o traço [humano] a restringe de forma bastante acentuada” (*ibidem*, p. 62-63).

A análise de Scherre e Naro revelou também que, nos casos de sujeito composto, evidenciam-se muitas e relevantes variáveis envolvidas no condicionamento da concordância, “além de um comportamento bastante semelhante aos resultados para o português moderno (ora para a fala, ora para a escrita)” (p.66):

- a) presença e posição do sujeito em relação ao verbo
- b) paralelismo discursivo (marcas precedentes em verbos que ocorrem em série)
- c) natureza do complemento verbal
- d) presença e posição de marcas plurais nos núcleos do sujeito composto
- e) natureza da coordenação (*e, ou, nem*)
- f) presença de nomes próprios nos núcleos do sujeito composto
- g) parassinonímia dos elementos coordenados
- h) saliência fônica da oposição singular/plural nos verbos analisados
- i) eventuais marcas de plural do complemento, quando o sujeito composto é complexo

Scherre e Naro concluem sua análise afirmando que, “diante das generalizações apresentadas (...), abrem-se novas perspectivas para o entendimento mais amplo da variação que envolve a concordância de número na língua portuguesa” (1998, p. 69).

Além dessas considerações sobre o fenômeno da variação na CV, achamos importante destacar aqui outro elemento que pode possibilitar a variação: os tipos de verbos. De acordo com Naro e Scherre (2007), em conclusão a outra pesquisa com textos do português arcaico:

[...] verbos com complementos oracionais e verbos intransitivos raramente apresentam falta de marcas explícitas de plural em ambientes apropriados. Há também um efeito significativo que favorece verbos marcados com objetos plurais, desde que o sujeito seja plural. (p. 64)

Outra autora que contribuiu consideravelmente para os estudos diacrônicos sobre a variação na concordância verbal, no período arcaico português, foi Rosa Virgínia Mattos e Silva. Em *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico* (2010), a autora faz uma análise descritiva detalhada da sintaxe do português arcaico, apresentando particularidades da grafia e da sintaxe. Além disso, focou seus estudos na perspectiva qualitativa do fenômeno da concordância variável e procurou apontar a estrutura responsável pelas variações naquele período, justificando, assim, o subtítulo da obra: “elementos para uma gramática do português arcaico”.

De forma geral, a autora nos apresenta seu conceito de CV conforme sua observação no *corpus*¹⁴ analisado:

O comportamento sintático mais generalizado no *corpus* é o de que estando no singular o sintagma nominal sujeito estará no singular o verbo, núcleo do sintagma verbal; se for plural o sujeito, estará no plural o verbo. Há casos, contudo, em que tal simetria não se verifica. Não é essa, portanto, uma regra categórica. (2010:492)

Em outra publicação, *Caminhos de mudanças sintático-semânticas no português arcaico* (1991), Mattos e Silva também trata de variação em textos¹⁵ do português arcaico. Os pontos abordados por ela nesse trabalho são:

1. variação de *ser* e *estar* e o avanço deste em estruturas atributivas;
2. variação de *haver* e *ter* e o avanço deste em estruturas possessivas;
3. variação singular/plural e a perda da marca de concordância no “particípio passado” em estruturas com *haver/ter* analisáveis como “tempo composto”;
4. variação singular/plural na forma e sua relação de concordância com o sujeito do verbo. (p.61)

Na parte da análise dos dados, onde a autora discute a variação na CV nos textos trecentistas, é apresentada a influência dos fatores “distância entre sujeito e verbo, posposição do sujeito, tipo de sujeito e fator semântico, como uma interpretação singular ou plural para o sujeito” (p.70), como condicionantes da variação.

¹⁴ O *corpus* em questão foi a versão trecentista dos *Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório* (documento do século XIV).

¹⁵ O *corpus* deste artigo constitui-se dos seguintes textos: *A mais antiga versão portuguesa dos ‘Quatro Livros dos Diálogos de São Gregório’*, segunda metade do século XIV; *A lenda do rei Rodrigo*, documento da primeira metade do século XV; *A crônica de d. Pedro de Fernão Lopes*, também da primeira metade do século XV; *A linguagem da Imitação de Cristo*, segunda metade do século XV; *Diálogo da Viciosa Vergonha de João de Barros*, da primeira metade do século XVI.

4.2. AS REGRAS DE CV NAS GRAMÁTICAS HISTÓRICAS

As gramáticas históricas, segundo Bechara (2003:56), a “gramática histórica, (considerada em sentido restrito) é o estudo diacrônico de um só sistema idealmente homogêneo”. Especificamente, podemos dizer que a gramática histórica, doravante GH, se ocupa em descrever o processo de transformação dos fonemas, a forma, constituição e o significado dos vocábulos e os tipos de construção sintática que foram adotados em cada língua, dentre eles, a concordância verbal e nominal.

Para a contextualização acerca do que dizem os gramáticos históricos a respeito das normas de CV do português, disporemos aqui das obras de Pereira (1923), Said Ali (1971) e Huber (2006).

É importante ressaltarmos, porém, que não é nosso objetivo transcrever cada uma das regras descritas pelos gramáticos, antes faremos uma síntese delas para que fique registrado que realizamos um estudo dos casos de concordância usando essas obras e também para investigarmos todas as possibilidades de CV já utilizada e registrada na língua portuguesa. Se preciso for, na ocasião da análise das ocorrências, voltaremos a essas regras mais detalhadamente.

4.2.1. *Grammatica Histórica*

Em sua *Grammatica Histórica*, Pereira (1923) destina seis páginas da seção dedicada à sintaxe para tratar da concordância. Nessas páginas não há separação entre concordância nominal e verbal. O autor começa tratando do conceito de concordância: “o processo syntatico de concordância consiste na acomodação flexional do adjetivo, pronome e verbo com gênero, numero e pessoa grammatical do substantivo ou pronome, com que se coordenam.” (p.329).

Em seguida, escreve sucintamente sobre os casos de silepses, depois divide a seção em três subtópicos:

- I sujeito no singular com predicado no plural
- II sujeito no plural com predicado no singular
- III discordância genérica no predicado nominal com o sujeito

Só no final da seção é que se refere a alguns casos bem específicos de CV, como o do verbo *parecer*, *ver* e *ouvir*, seguidos de outros verbos no infinitivo. E, para finalizar, traz exemplos de “*outros tipos de concordância*”, tópico em que trata das “anomalias” tanto em casos de concordância verbal quanto nominal.

4.2.2. Gramática Histórica da Língua Portuguesa

Já a *Gramática histórica da língua portuguesa*, Said Ali (1971), apresenta, num primeiro momento, regras de “concordância em geral”, que “consiste em dar a certas palavras flexionáveis as formas de gênero, número ou pessoa correspondentes à palavra a que no discurso se referem.” (p. 279).

Segundo ele, o verbo irá:

- para o plural, se os sujeitos forem de número diferente;
 - para a 1ª do plural, se entre os sujeitos se incluir a 1ª pessoa;
 - para a 2ª do plural, se entre os sujeitos estiver incluída a 2ª pessoas e não figurar a 1ª.
- A seguir, o autor nos apresenta os casos particulares de concordância:

Quadro 2:

Casos particulares

Alternância singular/plural.	Conjunção copulativa – <i>e</i> , <i>com</i> -.
Verbo <i>ser</i> .	Concordância com o termo <i>gente</i> .
Sujeito <i>nem um, nem outro</i> .	Concordância com as locuções <i>é muito, é pouco, é mais de, é menos de...</i>
Sujeito constituído por pronome indefinido.	O verbo <i>ser</i> .
Sujeito constituído por <i>algum dos, nenhum dos</i> .	O pronome <i>que</i> .
Pronomes <i>eu, nós; tu, vós</i> , entre os sujeitos.	O pronome <i>quem</i> .
Ação negativa do sujeito.	O verbo na oração relativa.
Sujeito animado e inanimado.	Sentido coletivo /partitivo.
Variações...	O verbo <i>ser</i> e os numerais
Sujeitos ligados pela conjunção <i>e</i> .	A partícula <i>ou</i> .
Sujeito mais próximo do verbo.	Sujeito múltiplo associado pela copulativa <i>e</i> .
	O uso de <i>tudo</i> .

Fonte: *Gramática histórica da língua portuguesa*, Said Ali (1971).

Porém, antes de tratar desses casos particulares de concordância, Said Ali discorre, brevemente, sobre a não categorização das regras de CV, como a concordância através de sínese:

De ordinário, quando se diz que certo termo deve concordar com outro, tem-se em vista a forma gramatical deste termo de referência. *Dúzia, povo*, embora exprimam pluralidade e multidão de seres, consideram-se, por causa da forma, como nomes no singular. Há contudo condições em que se despreza o critério da forma e, atendendo apenas à idéia representada pela palavra, se faz a concordância com aquilo que se tem em mente. À frase assim constituída e que, analisada segundo os meios de expressão, parece incongruente, dão os gramáticos os nomes de *constructio ad sensum* ou, helenizando a parte explicativa, *constructio kata synesin*, ou abreviado, simplesmente *synesis* (em português *sínese*). Consiste portanto a sínese em fazer a concordância de uma palavra não diretamente com outra palavra, mas com a idéia que esta sugere. (*ibidem*, 281)

4.2.3. Gramática do Português Antigo

A *Gramática do português antigo*, de Joseph Huber (2006), é a primeira obra a documentar a variação na concordância durante o período arcaico. Logo no prefácio, o autor esclarece que: “[...] a Parte IV ficou relativamente mais breve. Em todo o caso, as Partes II e IV, juntas constituem um primeiro compêndio geral da sintaxe do português antigo.”

Nas páginas destinadas aos estudos de concordância (verbal e nominal), Huber é taxativo: “é evidente que sujeito e predicado concordam em gênero e número: *A sua face era amarela. O padre e a madre avia com Ella grande prazer*. Só o contrário nos chama a atenção.” (p.280). E, embora Huber evidencie a regra cabal, aponta exemplos em que não há a aplicação da regra prevista.

O autor divide esta seção em duas partes:

- A sujeito + predicado
- B particípio passado + complemento em acusativo. Este, subdividindo-se em:
 1. O complemento vem depois do particípio passado.
 2. O complemento vem antes do particípio passado.

Depois de apontar os exemplos contrários às regras categorizadas, como mencionamos acima, Huber tenta explicar esse fenômeno, como quando, por exemplo, trata da posposição do sujeito: “E per esta guisa morreo o lobo e a rraposa (fab. 32)” (p. 281). Observamos aí uma tentativa primitiva de reflexão sobre a concordância por meio dos pontos de vista da gramática normativa tradicional e da variação linguística.

Por essa obra ser referência para os estudos histórico-gramaticais da nossa língua e, principalmente por seu autor ter sido pioneiro na documentação e nos estudos da variação na concordância portuguesa durante o período arcaico, consideramos essa obra uma peça muito importante para nossa pesquisa. Nas palavras “prévias” de Lindley Cintra, na apresentação da 2ª edição, a gramática histórica de Huber é,

[...] até hoje, o único manual que procura descrever em conjunto a gramática da língua em que estão escritos os textos da primeira época da língua do ocidente peninsular, entendendo-se por primeira época o período que se estende desde o aparecimento dos primeiros documentos não-literários e literários nela parcialmente ou totalmente redigidos até fins do séc. XV.¹⁶

4.3. OUTRAS FONTES HISTÓRICAS

Além destes gramáticos supracitados, que trataram da história da sintaxe portuguesa, consultamos também, para maiores esclarecimentos a respeito da CV no português, as obras de Augusto Epiphanyo da Silva Dias (1959), *Syntaxe Histórica Portuguesa*; Cláudio Brandão (1963), *Sintaxe Clássica da Língua Portuguesa* e de Mattoso Câmara Jr (1985), *História e estrutura da língua portuguesa*.

4.3.1. *Syntaxe Histórica Portuguesa*

Na primeira parte de *Syntaxe histórica portuguesa*, composta por dois capítulos e intitulada *Da ligação das palavras na oração*, Dias (1959) trata da *composição da oração* (capítulo I) e da *concordância do predicado com o sujeito* (capítulo II). Logo, o capítulo que nos interessa nessa seção é o segundo, que se subdivide em:

- A- Concordância do verbo;
- B- Concordância do adjetivo ou particípio do predicado;
- C- Particularidades da concordância do predicado.

¹⁶ Embora nosso objeto de estudo pertença à primeira metade do século XVI, ele consta como elemento de grande relevância para o conhecimento dos primórdios da história linguística portuguesa.

Ao se referir à concordância do verbo, o autor conceitua que “quando o sujeito é simples, o verbo do predicado vai para o número e pessoa a que pertence o sujeito.” (p.22). A seguir, exemplifica casos de:

- sujeito composto / 1ª pessoa.
- sujeito composto / 2ª pessoa.
- sujeito composto / 3ª pessoa.

Depois da apresentação dos casos de concordância dos sujeitos compostos, Dias expõe as *particularidades da concordância do verbo* (p.24):

- verbo no singular, depois de vários nomes de coisas;
- verbo antecedido por vários sujeitos;
- reciprocidade;
- predicativo plural.

No subitem C deste capítulo, o gramático traz considerações sobre a posição e o número dos sujeitos na composição. Trata também dos partitivos e da concordância do verbo *ser*, entre outras particularidades.

4.3.2. *Sintaxe Clássica da Língua Portuguesa*

Dos quarenta e dois capítulos que compõem a *Sintaxe Clássica da Língua Portuguesa* (1963), Cláudio Brandão dedica o décimo nono para tratar de concordância, que, segundo ele “é a conformidade flexional de uma palavra com outra ou com outras com que se acha relacionada.” (p.149). A respeito da concordância verbal, o autor expõe 19 regras (muitas delas semelhantes entre si), que trata, basicamente, do número e posição do sujeito; da intercalação do sujeito com conectivos e dos partitivos.

No que se refere à relação de concordância entre o verbo e o sujeito coletivo, destacamos a décima terceira regra, por considerarmos que ela será útil para nossa análise, já que se refere ao um uso, segundo Brandão, recorrente em textos dos séculos XVI e XVII e, sobretudo, porque o gramático o ilustra com exemplos tirados de textos de João de Barros (*Décadas e Crônica do Imperador Clarimundo*), entre outros cânones da época. Observemos a regra (p.170-171):

13ª regra: com certos coletivos (...) os escritores antigos - quinhentistas e *seiscentistas* – usavam de-ordinário a concordância siléptica, pondo no plural o verbo de que aqueles coletivos são sujeitos, ou quando queriam salientar a ideia do número dos indivíduos, ou quando o verbo se distancia deles. “... esta GENTE de armas TRAZIAM graves com pendões pequenos em cima...” (F.Lopes, D. João I, vol. 1º,

148-149). “o Cavaleiro das lágrimas sonhava que GENTE estrangeira lhe APRESENTAVAM dois cavalos mui grandes e fermosos e DIZIAM...” (Barros, Clarim, 2ª, 4)[...]”O grande estrondo a moura GENTE espanta,/ Como se VISSEM hórrida batalha” (Camões, Lus, II, 25).[...]”O GENTIO do interior daquelas terras FAZEM desta moeda tesouro” (BARROS, Dec. III, 3, 9). Hoje tal sintaxe é desusada. Observação: Às vezes alterna-se com êstes coletivos o singular com o plural: “O confuso POVO levado da cobiça do despôjo que dos vencidos ESPERAVA brutalmente BARATAVAM as vidas a trôco da leve esperança” (Ferreira de Vasconcelos, Mem, 9). “... esta GENTE pagã que ESTAVAM em nosso poder TORNAVA outra vez às mãos dos infieis” (Barros, Dec. I, III, 3, 88).

Para finalizar o capítulo, Brandão discorre sobre casos de concordância, tanto verbal quanto nominal, a que ele chama de anomalias. Esses casos são 11 e configuram-se em exceções às regras prescritas.

4.3.3. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*

Mattoso Câmara Jr (1985) dividiu sua obra em 11 capítulos, o último deles, intitulado *A frase portuguesa*, subdivide-se em duas partes – *Os padrões frasais* e *Os mecanismos sintáticos*. É nessa última parte que encontramos o item de nosso interesse, com o subtítulo *A concordância*.

Câmara Jr. discorre sobre as normas de CV através de comparações entre o português e o latim. Para o autor, “a concordância já era em latim um mecanismo sintático primacial para associar uns com os outros os elementos da frase. (p. 247)”, e em português, “a concordância verbal é o mecanismo sintático fundamental para a indicação de um substantivo sujeito. (p. 248).”.

Nesse texto discursivo, vai levantando questões sobre:

- a invariabilidade numeral de verbos na 3ª pessoa;
- verbos que significam fenômenos atmosféricos;
- usos dos verbos haver/ter usos dos verbos intransitivos e transitivos.

Depois, em outro tópico, trata do assunto da colocação verbal: anteposição e posposição do sujeito; próclise e ênclise. Segundo ele,

Latim e português divergem em referência à posição do verbo. Enquanto em latim a preferência era no sentido do verbo como constituinte final, fechando a oração, em português o verbo se situa naturalmente entre o seu sujeito e os nomes que são completos verbais. (p. 253).

Sobre esse último ponto, anteposição e posposição do sujeito, iremos discorrer mais aprofundadamente ainda neste capítulo. Ademais, diante das considerações de Câmara Jr a

respeito da CV, fica justificada nossa escolha para que ele figure na composição do nosso quadro de conceitos teóricos.

4.3.4. Em síntese

Conforme vimos, podemos reconhecer pontos de equivalência entre as obras históricas consultadas. A norma sintática padrão é, sem dúvida, a concordância entre sujeito e verbo, no entanto, há exceções a essa regra e todas as obras se referem a elas. Outro ponto de equivalência entre elas são os exemplos usados para ilustrar as regras - todos tirados de textos de escritores que se tornaram cânones, como Camões, Pe. Antônio Vieira, Alexandre Herculano e o próprio João de Barros. Essas referências aos cânones portugueses, além de abonar as normas prescritas pelos gramáticos, sinalizam que a escrita clássica é quem deve moderar o uso da língua. No preâmbulo de sua *Sintaxe Clássica Portuguesa*, Brandão (1963) escreveu a esse respeito:

Socorremo-nos para tal de copiosos exemplos, coligidos durante longos anos, na lição dos nossos mais abalizados escritores, antigos e modernos, e bem assim dos ensinamentos professados pelos gramáticos e filólogos lusitanos e brasileiros de maior renome e autoridade. [...]. Tentamos fazer uma (gramática) como codificação das normas e preceitos de bem dizer observados pelos manejadores mais destros e insignes do vernáculo, e sancionados pela chancela dos sabedores e mestres mais acatados e esclarecidos. (Preâmbulo da obra)

Há também as particularidades a respeito da norma, como a posição do sujeito, os conectivos usados, tipos e formas verbais etc. E nesse ponto residem algumas diferenças entre uma e outra gramática. Dias, Brandão e Said Ali detalham mais essas questões, enquanto Huber discorre sobre o tema de forma mais geral, nem por isso menos aprofundada.

Outro ponto de destaque e acordo entre todas as obras supracitadas é a concordância com nomes coletivos ou concordância partitiva, que, segundo os autores, faz-se a concordância tanto no singular quanto do plural. Conforme com Brandão (idem, p.169): “um coletivo geral ou partitivo, acompanhado de complemento do plural, claro ou subentendido, pode ter o seu verbo no singular ou no plural”.

Também a esse respeito e referindo-se à sua pesquisa com a gramática do português arcaico, Mattos e Silva salienta que:

Ocorrem no *corpus* alguns nomes portadores dos traços [+singular, - singularidade], tradicionalmente denominados coletivos. Com tais nomes em posição de sujeito a concordância verbo-nominal não se apresenta como uma regra categórica. Por vezes o verbo, núcleo do SV, está no singular, concordando com o significante singular, em outros casos o verbo está no plural, concordando com o significado plural do nome. (2010:490)

A questão do sujeito com traço “mais animado” (pessoas, animais) e “menos animado” (plantas, objetos), ou [+humano] e [-humano], também não pode ficar fora dessa relação de similaridade entre as obras apresentadas, pois esse traço “desempenha um papel importante na concordância verbal” (SCHERRE & NARO, 1998:48). De forma breve, podemos sintetizar as normas expostas pelos estudiosos da seguinte forma: a probabilidade de marcas de concordância no verbo é maior quando o traço do sujeito for [+humano], e menor quando o traço for [-humano].

Sendo assim, podemos resumir todas essas regras aqui apresentadas em apenas quatro de maior relevância para nossa pesquisa:

1. O verbo deve concordar em número e pessoa com seu sujeito, seja ele explícito ou subentendido;
2. A concordância se dá pela proximidade entre o verbo e seu sujeito;
3. A concordância é optativa em casos de coletivo ou partitivo;
4. A concordância por hierarquia de animacidade: baseado na oposição entre substantivos mais animados e menos animados ou inanimados.

4.4. AS REGRAS DE CV NAS GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS: NORMA E DESCRIÇÃO

Para nos nortear na descrição e análise dos dados da nossa pesquisa, estamos utilizando, além dos conceitos das GH descritas acima, quatro gramáticas contemporâneas, três normativas e uma descritiva. Ressaltamos que temos consciência de que os ideais gramaticais e normativos quinhentistas diferem do tempo presente e de que, como pesquisadores deste século, precisamos ter um cuidado minucioso ao nos lançar sobre dados históricos tão antigos. Por isso, o objetivo deste tópico é fazer um registro sintético das leituras que nutriram nosso conhecimento a respeito das normas de CV.

4.4.1. A gramática normativa

Para nosso conhecimento e instrução, usamos as seguintes gramáticas normativas: *Nova Gramática do Português*, de Cunha & Cintra (1985); *Gramática Normativa*, de Rocha Lima (1992) e a *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara (2006).

4.4.1.1. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*

Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra (1985:485), na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, tratam da concordância verbal como:

1. A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito.
2. A CONCORDÂNCIA evita a repetição do sujeito, que pode ser indicado pela flexão verbal a ele ajustada.

Após apresentar o conceito de CV, os autores passam a apresentar as regras. Em um primeiro momento, as categóricas e “gerais” (p.486):

- O verbo concorda em número e pessoa com seu sujeito, venha ele claro ou subentendido;
- O verbo que tem mais de um sujeito (sujeito composto) vai para o plural e, quanto à pessoa, irá:
 - a- para a 1ª pessoa do plural, se entre os sujeitos figurar um da 1ª pessoa
 - b- para a 2ª pessoa do plural, se, não existindo sujeito da 1ª pessoa, houver um da 2ª pessoa.
 - c- para a 3ª pessoa do plural, se os sujeitos forem da 3ª pessoa.

Em seguida, os “casos particulares”, com um só sujeito:

- Sujeito de expressão partitiva;
- Sujeito que denota quantidade aproximada;
- Quando o sujeito é um pronome relativo *que*;
- Quando o sujeito é um pronome relativo *quem*;
- Quando o sujeito é um pronome interrogativo, demonstrativo ou indefinido plural, seguido de *de* (ou *dentre*) nós (ou *vós*);

- O sujeito é um plural aparente;
- O sujeito é indeterminado;
- Concordância do verbo ser.

E com mais de um sujeito:

- Concordância com o sujeito mais próximo;
- Infinitivos sujeitos;
- Sujeitos resumidos por um pronome indefinido;
- Sujeitos representantes da mesma pessoa ou coisa;
- Sujeitos ligados por *ou* e por *nem*;
- A locução um e outro;
- Sujeitos ligados por *com*;
- Sujeitos ligados por conjunção comparativa.

Em linhas gerais, esses são os casos particulares, ou as situações nas quais são permitidas variação das regras categorizadas pelos autores. É evidente que os casos acima apresentados, salvo alguns como facultativos, com pequenas distinções, são praticamente os mesmos apresentados pelos outros gramáticos consultados.

4.4.1.2. Gramática Normativa

Em sua *Gramática Normativa*, Rocha Lima (1992) inicia o capítulo destinado à concordância verbal da seguinte forma:

Reduzem-se a duas as regras gerais de concordância verbal:

- Havendo um só núcleo (sujeito simples), com ele concorda o verbo em pessoa e número;
- Havendo mais de um núcleo (sujeito composto), o verbo vai para o plural e para a pessoa que tiver primazia, na seguinte escala:
 - a. A 1ª pessoa prefere todas as outras.
 - b. Não figurando a 1ª pessoa, a precedência cabe à 2ª.
 - c. Na ausência de uma e outra, o verbo assume a forma da 3ª pessoa.

Depois o autor segue quase todas as regras descritas por Cunha & Cintra, com algumas diferenças, por exemplo, na gramática de Rocha Lima há um tópico para a concordância de verbo acompanhado da partícula *se* e seguido de substantivo no plural. Além desses casos, o autor trata também de concordância em enunciados com os verbos *dar*, *bater* e *soar* (as horas); com a locução *é que*; faz considerações sobre concordância ideológica, emprego do infinitivo e casos de dupla construção.

4.4.1.3. Moderna Gramática Portuguesa

Apesar de Evanildo Bechara (2003:19-20) destacar que seu objetivo com a *Moderna Gramática Portuguesa* seja “oferecer elementos de efetiva operacionalização para uma proposta de reformulação da teoria gramatical”, aliando “a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa”, notamos que, no que tange às regras de CV, o gramático não difere muito dos outros autores consultados. Mesmo apresentando várias observações referentes aos usos linguísticos, a CV, segundo ele:

[...] se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o *predicativo*) e o verbo da oração. [...]

A concordância pode ser estabelecida de *palavra* para *palavra* ou de *palavra* para *sentido*. A concordância de *palavra* para *palavra* será total ou *parcial* (também chamada *atrativa*), conforme se leve em conta a totalidade ou o mais próximo das palavras determinadas numa série de coordenação. (pág.543)

Feitas essas considerações iniciais a respeito da concordância, Bechara passa, então, a apresentar as regras de CV. Num primeiro momento, as categóricas:

- A. Concordância de palavra para palavra;
- B. Concordância de palavra para sentido;

E depois as facultativas:

- C. Outros casos de concordância verbal.
 1. Sujeito constituído por pronomes pessoais;
 2. Sujeito ligado por série aditiva enfática
 3. Sujeito ligado por *com*;
 4. Sujeito ligado por *nem... nem*;
 5. Sujeito ligado por *ou*;
 6. Sujeito representado por expressão como *a maioria dos homens*;
 7. Sujeito representado por *cada um de* + plural;
 8. Concordância do verbo *ser*;
 9. A concordância com *mais de um*;
 10. A concordância com *que de*;
 11. A concordância com *quais de vós*;
 12. A concordância com os pronomes relativos;
 13. A concordância com os verbos impessoais;
 14. A concordância com *dar* (e sinônimos) aplicados a horas;
 15. A concordância com o verbo na passiva pronominal;
 16. A concordância na locução verbal;
 17. A concordância com a expressão *não (nunca)... senão*;
 18. A concordância com títulos plural;
 19. A concordância no aposto;
 20. A concordância com *Haja vista*;
 21. A concordância do verbo com sujeito oracional;
 22. Concordância nas expressões de porcentagem.

Como já dissemos, embora o autor tente seguir sua proposta inicial de escrever uma gramática, ainda que normativa, de forma não tão prescritiva, - e de certa forma ele consiga tratar o fenômeno de forma mais aberta-, acaba assumindo uma postura muito parecida com a dos outros gramáticos aqui apresentados. Em suma, Bechara deixa claro que, tanto nas regras categóricas quanto nas facultativas (guardadas as devidas exceções), o normal é que a relação sintática entre qualquer verbo e o sujeito da oração concorde em número (p. 558).

4.4.1.4. Em síntese

Em observação ao que ocorreu entre as gramáticas históricas aqui apresentadas, também pudemos reconhecer pontos de equivalência entre as obras contemporâneas. Em suma, todas apresentam a categorização da norma de CV: o sujeito e seu verbo correspondente devem estar em harmonia. Quanto às regras facultativas, ou casos particulares, ou exceção às regras impostas, ou variações das regras, todos também apresentaram semelhanças e, em geral, detalharam e ilustraram a contento o fenômeno.

Além de esses casos especiais serem pontos comuns a todos os gramáticos supracitados, por fazerem parte, obviamente, da língua portuguesa, pudemos perceber que eles os justificam associando-os a questões de prosódia, estética e de estilo. No mais, as normas apresentadas analisadas pelos autores, nos mostram que a visão preceitativa inaugurada por João de Barros continua vigente nos nossos dias.

4.4.2. A gramática descritiva

Já que nos propusemos a fazer uma análise descritiva do texto de Barros, não poderíamos abrir mão de nos lançar ao estudo da descrição gramatical sobre a CV, para que, sob essa ótica, possamos ter uma maior compreensão do fenômeno linguístico em discussão. Para tanto, nos basearemos na *Gramática descritiva do português*, de Mário Perini (2003).

Embora a obra toda apresente conteúdos importantes para que possamos proceder à realização da descrição de dados gramaticais, é na segunda parte do livro que nos detemos. Intitulada de *Sintaxe*, essa parte divide-se em seis capítulos que tratam dos tipos e estruturas das orações simples, dos sintagmas, da oração complexa (coordenação e subordinação),

transitividade, regência e concordância, sistemas de correspondência e estruturas sintáticas do português.

O capítulo dedicado aos estudos da concordância - *Transitividade, regência e concordância*, - é composto por cinco tópicos:

1. O fenômeno da regência;
2. Transitividade verbal;
3. Transitividade nominal;
4. Revisitando os predicados complexos;
5. Concordância.

Esses tópicos se subdividem em descrições detalhadas e análises sobre os fenômenos linguísticos aos quais se referem.

Para Perini, a concordância é “uma espécie de exigência de harmonização de flexões entre os diversos constituintes de uma construção.” (p.180). E sobre a CV: “tradicionalmente, entende-se a concordância verbal como um sistema de condições de harmonização entre o sujeito e o núcleo do predicado das orações.” (p.186).

Mas o linguista também, a exemplo das gramáticas normativas e históricas aqui apresentadas, faz referências às variações de uso das formas de relação entre o sujeito e o predicado das orações e da “não harmonização” dessa relação. Não sem antes deixar claro o seu posicionamento descritivo diante do fenômeno: “[...] tive o cuidado de qualificar de ‘tradicional’ a concepção da concordância verbal como sistema de harmonização entre o sujeito e o NdP” (p.187).

Não vamos nos alongar nas concepções e reflexões que Perini faz a respeito da CV, posto que esse não seja nosso objetivo aqui. O que há de relevante nessa leitura é entendermos como é o olhar da gramática descritiva sobre esse fenômeno sintático e como nós, enquanto pesquisadores, podemos proceder à descrição do nosso *corpus*.

4.5. POSIÇÃO E DISTÂNCIA DO SUJEITO EM RELAÇÃO AO VERBO

Sabemos que, na língua portuguesa, o constituinte predominante é do tipo Sujeito-Verbo-Objeto, “diferentemente do latim clássico, em que as funções sintáticas eram indicadas através das desinências de caso, dando assim total liberdade aos constituintes” (TARALLO,

1990:149); mas sabemos também que há admissibilidade de variação e que essa variação pode causar alterações nas regras categóricas de concordância. Mattos e Silva (1991:72), em análise realizada em textos dos séculos XIV, XV e XVI, demonstra que, já nesse período, há indícios de que “a posição e a distância do sujeito em relação ao verbo, além de fatores semânticos, são favorecedores à variação na concordância verbo-nominal”.

Ademais, depois que fizemos o levantamento de todas as ocorrências de CV e mesmo antes do início da análise dos dados, nos causaram certa estranheza, quanto à concordância, casos onde o sujeito estava distante do verbo. Por conta dessa observação, julgamos que seria necessário um maior aprofundamento nos estudos a esse respeito. Dessa forma, a nossa metodologia de trabalho, como já exposta na introdução desta pesquisa, levará em conta, no momento da análise dos dados das ocorrências de concordância aparentemente duvidosa, o fator posição e distância do sujeito em relação ao verbo, que poderá ocorrer observando-se quatro variáveis:

- sujeito imediatamente anteposto ao verbo;
- sujeito anteposto e distante do verbo;
- sujeito imediatamente posposto ao verbo;
- sujeito posposto e distante do verbo.

Para Câmara Junior,

Não obstante, a anteposição do verbo tem valor estilístico muito nítido, que consiste na melhor focalização da ação verbal como tema da comunicação. Por isso, a língua coloquial, e mais especialmente a língua literária, preferem não raro essa chamada ‘inversão do sujeito’, quando não há um objeto direto para opor, pela colocação, ao sujeito ou quando, mesmo com objeto direto, o mecanismo da concordância pode entrar em ação. (1985:252)

Huber (2006:283) que, como já citamos, foi pioneiro nos estudos sintáticos do português arcaico, observou que nesse período a ordem natural da frase era como hoje: SVC – sujeito, verbo e complemento, que ele chamou de SPC – sujeito+predicado+complemento: “O lobo abriu a boca (Fab. 8)”. Mas observou também que havia outras constituições possíveis:

- SCV: Quando Eufrosina esto ouvio, prougue-lhe muito (Euf. 359).
- VSC: E enton chamou o abade hũũ monge (Euf. 361).
- VCS: E cercou a cidade Nabucodonosor.
- CVS: Quando o vio o moço, rogou que veesse (Euf.359).

Além dele, os outros estudiosos que trataram da história da língua portuguesa, aqui apresentados, também se referiram ao fato de a posição do sujeito poder, por vezes, alterar a

norma de concordância em vigência no período arcaico, como Câmara Jr, cujas considerações expomos acima, Dias (1959), Brandão (1963) e Said Ali (1964).

Epiphanyo Dias (1959), não trata dos casos de posição do sujeito num tópico específico, isoladamente. O autor vai discorrendo sobre essas ocorrências enquanto descreve as regras categóricas e os casos particulares de concordância, dentre elas:

1. Havendo mais de um sujeito, se um d'elles é da 1ª pess., o verbo vae para a 1ª pess. Do plural, quando é posposto aos sujeitos; pode concordar com o primeiro, quando vae antes d'elles [...].(p.22)
2. Se um dos sujeitos é da 2ª pess. E não ha nenhum da 1ª, o verbo vae para a 2ª pess. Do plural, quando é posposto aos sujeitos; pode concordar com o primeiro, quando vae antes d'elles [...]. (p.23)

De início, Brandão (1963) assevera que “a colocação pertence mais ao amplo domínio da estilística do que mesmo ao da sintaxe” (p. 666). No entanto, reconsidera que, como à sintaxe cabe o estudo das relações lógicas das palavras, a colocação dos vocábulos na frase não pode ficar de fora de seus domínios.

O autor elenca cinco possibilidades de posposição do sujeito em relação ao verbo, quais sejam:

- a- Nas orações intercaladas;
- b- Nas frases participiais, gerundiais e, em geral, nas infinitivas;
- c- Nas interrogações, quando a expressão interrogativa não é o sujeito;
- d- Quase sempre com a passiva pronominal;
- e- Quando, por ênfase, se iniciam as orações por isto, isso, aquilo, o mesmo, tudo, e pelos demonstrativos êste, êsse, aquêle, o mesmo, acampanhados de substantivo em função complementar.

No entanto, depois de listar essas regras, Brandão observa:

As regras acima dadas não têm caráter absoluto. Podem derogá-las a necessidade de clareza, de harmonia, de relêvo, assim como, na poesia, as injunções da métrica e da rima. Não somente a linguagem popular, mas também a clássica não raro as contradizem. Excetuadas as orações intercaladas, todos os outros casos de inversão do sujeito assinalam mais uma tendência geral da língua do que mesmo uma lei inflexível e constante de colocação. Assim, no português antigo e ainda mesmo no modernos, em certas construções, as participiais, as gerundiais e as infinitivas podem ter o sujeito anteposto. (p.677)

Said Ali (1964:296), a respeito da distância entre sujeito e verbo, esclarece que: “Havendo porém entre o sujeito e o verbo interposição de dizeres longos ou sendo o contexto tal que recai a atenção principalmente sobre a noção de pluralidade, o verbo diz-se no plural.”

E sobre a posposição do sujeito: “a timidez quanto ao emprêgo do verbo no singular desaparece entre os escritores de todos os tempos, desde que os sujeitos pospostos ao verbo se

refiram a cousas ou sejam nomes abstratos.” (*ibidem*, p.304). E também, “emprega-se o verbo no plural quando a cada um dos sujeitos pospostos se segue um complemento verbal diferente para cada caso e se faz uma pausa depois do verbo comum (a qual às vezes vem indicada pela pontuação).” (*idem*).

A seguir, continua suas observações a respeito das exceções, contradições e outras possíveis construções com elementos que possibilitam a inversão do sujeito na oração. E finaliza: “nos melhores escritores vernáculos, colhem-se exemplos copiosíssimos de posposição dos sujeitos longos ou múltiplos, com qualquer espécie de verbo. Não é por certo praxe constante, o que tornaria o estilo monótono.” (p. 679).

A partir de sua visão descritiva lançada sobre esse fenômeno, Perini (2003) considera que descrever as ocorrências da posição do sujeito na oração é um terreno ainda incerto. A respeito da posposição do sujeito o autor admite ser este um “fenômeno bastante comum em português e que sofre restrições pouco compreendidas” (p.233) e que os fatores que o “governam são ainda misteriosos” (p.221). Num tom confessional, explica que:

Parece-me claro, todavia, que a posposição define uma relação de correspondência; e certamente há casos em que a posposição é impossível: “Comeu uma pizza Sônia.”. Uma das restrições sintáticas à posposição de sujeito é que esta não pode ocorrer na presença de um objeto direto. (exemplo acima). (*ibidem*, p. 221)

Diante desses estudos teóricos aqui expostos, nos certificamos de que há muito que se observar e analisar no tocante à posição do sujeito num sintagma, podendo esse posicionamento influenciar consideravelmente no comportamento do seu verbo correspondente.

Com base no aparato teórico discutido aqui neste capítulo, passemos ao próximo, onde serão descritas e analisadas as ocorrências de concordância verbal encontradas no texto da *Grammatica* de Barros.

5. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

*E por que em totalas grammáticas nam póde aver regras tam geráes, que nam aja
hy alguãs eceições*
[João de Barros]

Na parte de sua gramática que cabe à concordância, Barros discorre, sobretudo, a respeito “da concordância do nome substantivo com o adjetivo”, de acordo com a relação entre os nomes e o caso a que está regido. Quando se refere à concordância verbal (caso nominativo), normatiza sobre a concordância entre verbo e seu sujeito: “tem mais o nome uma concordância, quando está no caso nominativo: que **há de convir com o verbo em número e pessoa**, como quando digo, eu amo.” (1540:31) (grifos nossos).

Como vimos, a obra de Barros aqui exposta demonstra claramente sua visão gramatical *preceitiva* e, conforme essa linha de pensamento apresenta, de forma categórica, sua regra de concordância verbo, sem dar margem a variações de uso. A partir dessa prescrição e com base nos conceitos da tradição gramatical acerca das regras de uso da CV dispostos no capítulo anterior, procederemos à descrição e análise qualitativa dos dados levantados.

5.1. DADOS QUANTITATIVOS: UMA AMOSTRAGEM

Foram encontradas nesse *corpus* 2.158 ocorrências¹⁷ de CV. Como propomos inicialmente, observamos, nas ocorrências encontradas, os seguintes aspectos:

- a) Ocorrências de CV em acordo com a regra prescrita por João de Barros;
- b) Ocorrências de CV em desacordo com a regra prescrita por João de Barros.

No entanto, quando começamos levantar os dados, percebemos que teríamos de rever esse quadro inicial, ampliando-o, reduzindo-o ou modificando-o. Isso porque estávamos encontrando ocorrências cuja identificação da CV poderia ser influenciada por questões de ordem ortográficas, referentes à distinção entre singular e plural, inexistentes nos verbos *ter*,

¹⁷ Os excertos textuais onde constam essas ocorrências encontram-se em anexo.

deter, reter, convir, vir, poer e compoer, flexionados em terceira pessoa do singular, doravante P3 e terceira pessoa do plural, que passaremos a denominar de P6.

Optamos, então, por isolar, quantitativamente, ocorrências compostas por esses verbos apresentados, em posição P3 e P6, embora tenhamos ciência de que as ocorrências pertencentes a essas categorias apresentam marcas contextuais que sugerem a CV. As situações descartadas foram as seguintes:

- Ocorrências de CV com os verbos *ter, deter, reter*, em P3 e P6;
- Ocorrências de CV com os verbos *convir e vir*, em P3 e P6;
- Ocorrências de CV com os verbos *poer e compoer* em P3 e P6.

Assim, foram descartadas 179¹⁸ ocorrências de um total de 2158 levantadas, como mostra a tabela:

TABELA 1
Relação: ocorrências totais x ocorrências descartadas

Número total de ocorrências levantadas	2157
Ocorrências de CV com os verbos <i>ter, deter, reter</i> , em P3 e P6	-148
Ocorrências de CV com os verbos <i>convir e vir</i> , em P3 e P6	-10
Ocorrências de CV com os verbos <i>poer e compoer</i> em P3 e P6	-20
Total de números válidos para a análise	1979

Fonte: Dados da pesquisa realizada.

Excetuando-se as ocorrências acima demonstradas, passamos à amostragem das estruturas válidas, que somaram, como vimos, 1979. Essas, então, foram distribuídas de acordo com nossa proposta inicial, como mostra a tabela seguinte:

¹⁸ Nos seções 4.3.3 e 4.3.4, detalharemos os motivos pelos quais desconsideramos essas categorias da contagem geral de ocorrências.

TABELA 2
Ocorrências válidas

Ocorrências de CV em conformidade com a regra prescrita por João de Barros	1973
Ocorrências de CV em desacordo com a regra prescrita por João de Barros	06

Fonte: Dados da pesquisa realizada.

Agora que já conhecemos os números da pesquisa, que são importantes para nos orientar quanto à frequência e variação (ou não-variação) nos usos de CV por João de Barros, passemos à análise qualitativa dos dados levantados.

5.2. DADOS QUALITATIVOS: O QUE DIZEM AS OCORRÊNCIAS?

Julgamos que a pesquisa de ordem qualitativa nos permite discorrer sobre o tema proposto de forma a ampliar e aprofundar os conhecimentos já quantificados ou ainda, nos permite conhecer melhor o tema, para só então quantificá-lo. De qualquer forma, nossa opção pela qualificação dos dados surgiu naturalmente, fomos encaminhados a discorrer sobre os dados, levados pela fluência, confluência e surpresas do texto de Barros.

Essas surpresas, ocasionadas pela estranheza do contato com uma escrita arcaica, aguçaram nossas percepções sobre a natureza geral do objeto em questão, abrindo espaço para a interpretação que faremos agora. Como propomos, exploraremos o texto da obra e, a partir de então, arrazoaremos sobre as formas de construções sintáticas concernentes ao uso da CV pelo autor.

5.2.1. Ocorrências de CV em conformidade com a regra prescrita por João de Barros

Baseando-nos na regra de concordância verbo prescrita por Barros e já citada no início deste capítulo, observemos esses excertos:

1. *Os nóbres bufcáram* [L.108]

2. *a que os Latinos **chamam**. Prenome* [L.112-113]

3. *E **dizem** a mayór páрте dos istoriadores.* [L.41-42]

4. *Direy a maneira que **as gentes tiveram** entre sy por se ñã confundirem seus nomes* [L.106-107]

5. *dos filósofos Sócrates ou Platám, ou Arifstóteles, ñão sey quál, **diz** que a verdáde açerca dos hómens tem dous rostros, com hum os alegre, e com outro os entristeçe.”* [L.1105-1107]

O excerto acima é um bom exemplo no que se refere às regras subjacentes ao texto de Barros, pois há aí um sujeito composto, cujo verbo encontra-se no singular. No entanto essa construção é válida pelo uso da conjunção *ou* entre os sujeitos. A esse respeito, Said Ali (1964) explica que:

A partícula *ou* posta entre diferentes substantivos, todos no singular, pode denotar alternativa, perplexidade, incerteza ou dúvida. Se a situação for tal, que o verbo não comporte ou pareça não comportar como sujeito senão um dos substantivos nomeados, a concordância se fará no singular. (p.298)

Os exemplos aqui ilustrados mostram claramente que todas as ocorrências apresentadas condizem com a regra prescrita. Além disso, os números demonstrados nas tabelas ratificam essa assertiva.

Apresentaremos agora, outras ocorrências pertencentes à mesma categoria que as anteriores, mas nosso objetivo é demonstrar como Barros estruturava suas frases, do ponto de vista da posição do sujeito em relação ao verbo. Salientamos que esse fenômeno foi observado em cada uma das 2158 ocorrências levantadas, sobretudo nas ocorrências onde, a princípio percebemos um desacordo com a regra prescrita na *Grammatica*.

Os exemplos abaixo foram usados para ilustrar essa categoria de análise, já que nos referimos a ela em nossa metodologia.

➤ Sujeito imediatamente anteposto ao verbo:

6. ***o temor de deos** fáz bõa conçiencia* [L.1420-1421]

7. ***tu e eu e os amigos da pátria** louvamos a nõssa linguágem* [L.1424-1425]

➤ Sujeito anteposto e distante do verbo:

8. ***Nós e os latinos** dádo que pera numerár, **tomemos** algũas leteras do A,b,c,* [L.1349]

8. *Quintiliano por que os latinos nam tem este em figura tratou do primeiro dizendo que com elle podiamos soprir o ofiçio de k, e q* [L.1462-1463]

➤ Sujeito imediatamente posposto ao verbo:

9. *como as adivinhações que jógam os mininos* [L.1291]

10. *Depois pelo tempo fe acreçentáram estas seys.* [L.43-44]

➤ Sujeito posposto e distante do verbo:

11. *Na cõma parece que descansa a vóz* [L.1563-1564]

Depois dessas exemplificações, com as quais intencionamos reforçar os números imponentes das ocorrências de CV condizentes com a regra categorizada na *Grammatica* e tomarmos ciência de como constrói suas estruturas sintáticas, passemos à descrição dos casos cuja regra de concordância difere da que propõe ou onde não foi possível estabelecermos o sentido de concordância.

5.2.2. Ocorrências de CV em desacordo com a regra prescrita por João de Barros

Nossa hipótese inicial era a de que havia discordância entre sujeito e verbo e também regras implícitas no texto da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, que contrariavam ou não eram contempladas pela prescrição do autor. Nesta seção, poderemos verificar que, em certa medida, nossas suspeitas se confirmaram; ainda que em num número bem reduzido.

Antes, porém, de demonstrarmos as ocorrências levantadas, esclarecemos que as ilustraremos com imagens da obra, para que não haja dúvidas quanto à nossa transcrição e a análise proposta. Vejamos os excertos:

12. *E assy outras muitas nações tomáram hũ termo que denotásse honrra: a que os Latinos chamam. Pré-nome, que quer dizer ante do nome, o qual termo elles denotavam ás vezes per hũa só letera grãde, pósta anter dous pontos, desta maneira. P, por, Publius.e se punham outra diante desta, entendiam per ella o*

próprio nome, e per a terceira denotáva a linhagem ou a familia dõde uinha¹⁹, e per a quarta denotáuam o ofiço ou alcunha que lhe era pósta a caso [L.111-117]

1

sem. E asy outras muitas nações tomáram hũ termo que denotásse honrra :a que os Latinos chamam. Pre-nome, que quer dizer ante do nome, o qual termo elles denotauam ás uezes per hũa só letera grãde, pósta an tre dous pontos, desta maneira . P , por , Publius. e se punham outra diante desta , entendiam per ella o próprio nome, e per a terceira denotáua a linhagem ou familia dõde uinha, e per a quarta denotáuam o ofiço ou alcunha que lhe era pósta a caso : como podemos uer nestas quártas denotações. Pub. Scip. Corne.

Notamos que nesse enunciado o verbo *denotar* aparece flexionado em quatro momentos:

- 1) *Denotásse*: sujeito → *que*
- 2) *Denotavam*: sujeito → *elles* (os latinos)
- 3) *Denotáva*: sujeito → *os latinos*
- 4) *Denotávam*: sujeito → *os latinos*.

No entanto, temos a quarta ocorrência do verbo, cuja desinência indica sua flexão em P6. Sendo assim, descartamos a possibilidade do seu sujeito ser “a quarta”. Como o ambiente sintático de ambas as flexões (*denotáva* e *denotavam*) é parecido, podemos afirmar que, nesse caso, nesse caso, JB não segue a regra que ele prescreveu: verbo concordar com seu nominativo!!! há aí uma notável variação na concordância. Se o sujeito de *denotáva* for “os latinos”, evidenciado no início do enunciado, também há discordância da regra geral de CV, visto que o verbo estando em P3 não concorda com o sujeito plural.

13. *Os Latinos tãbem fãzem suas composições: mas nam pássa de tres pártes.* [L.228-229]

2

¹⁹ A oração que julgamos não estar de acordo com a regra de CV é a que está grifada. No entanto, optamos por transcrever toda a estrutura para melhor procedermos à análise.

com que fazem a sua lingua muy elegante. Os Latinos
tãbem fazem suas composições: mas nam pássa de tres
pártes. Nós fazemos a nóssa cõposicãm de dũas: e cõ
pondo hũ nome cõ outro dizemos, rede fõle, de rede e
fõle, arquibãncõ, de árca e bãncõ. Compõdo uerbo e

A ausência de concordância entre verbo e sujeito é evidente na estrutura acima. A leitura que fizemos foi a seguinte: “os latinos também fazem suas composições, mas **elas não passam** de três partes.”, ou “os latinos também fazem suas composições, **as quais não passam** de três partes”. Diferente de muitas outras construções analisadas no *corpus*, essa estrutura é simples, com ordem sintática “natural” composta por SVC – sujeito, verbo e complemento. Não há outro elemento que esteja no singular e que possa ser o sujeito desse verbo.

14. *Ca tem diferentes officios, hũ, servem por sy em semelhãtes dições, como pus emxemplo, e outro seruem por estoutras*” [L.426-427]

3.
syllaba, as, Porque estas terminações, ã, ê, ã, õ, ù, a
que podemos dezer reflexas ã si: tem diferenca destas
am, em, im, om, um, Ca tem diferentes officios, hũ, ser-
uem por sy em semelhãtes dições, como pus emxemplo,
e outro seruem por estoutras, am, em, im, om, um,

A ausência de concordância nesses sintagmas também é notória. Mas aqui ocorre uma construção no mínimo curiosa do ponto de vista sintático e também estilístico: artigo e pronome indefinidos (*hũ, outro*) no singular e verbo (*servem*) no plural.

Como nosso *corpus* é um documento (em fac-símile) do século XVI, pode apresentar rasuras e manchas provocadas pelo material usado na época e pelo tempo, poderíamos supor que algumas ocorrências apresentariam ilegibilidade, mas não é o caso neste excerto em particular. Como demonstrado na imagem acima, os caracteres são claros e não suscitam dúvidas quanto à leitura e descrição. É, portanto, um caso que demonstra que o autor não fez uso da regra que ele próprio prescreveu.

15. *Estes verbos pessoães, ou pássa a sua auçãm em outra cousa, ou nam.* [L.1042-1043]

4.

Estes uerboſ pessoáes, ou páſſa a ſua auçám em outra couſa, ou nam. Os que páſſam chamãlhe os latinos trãſituios. Que quer dizer paſadores: como, eu amo a ciencia, a auçám do qual uerbo, amo, páſſa na ciêcia. Eſtes trãſituios tẽ diuerſo regimẽto, por q̃ hũus regẽ genitiuo,

Em primeira análise, associamos o verbo flexionado “páſſa” ao sintagma “sua auçám”, como sendo seu sujeito. No entanto, depois de um olhar mais atento, entendemos que o sujeito do verbo em questão é o SN “*estes verbos pessoáes*”. Mesmo porque, na frase seguinte (“*Os que páſſam chamã-lhe os latinos trãſituios*”), há flexão do verbo em posição P6: [páſſa: sujeito → *estes verbos pessoáes*]. [Páſſam: sujeito → *os que páſſam*]. Sendo assim, consideramos que essa construção sintática não está em conformidade com a regra de concordância estabelecida na *Grammatica*.

16. *Nem alegarey o que diſſe della Gellio, Viturino, Seruio, ou Priſciáno* [L.1309-1310]

5.

rey a cada letera do A, b, c. hum liuro, como fez Meſſála: nem tantos exames ſe temos mais ou menos leteras, e quães ſã ocioſas, e quães nos faleçẽ, como fez Quintiliano. Nem alegarey o que diſſe della Gellio, Viturino, Seruio, ou Priſciáno: ca ſeria mais moſtrarme que a proueitár. Quem curiosidádes qui ſer, neſtes achará tantas que pôde gaſtár hum pár de uidas. Aſſy que

No excerto acima, o pronome “della”, formado a partir da contração (de+ela), refere-se, anaforicamente, à “*ortografia da nossa linguagem*”, expresso, no início do parágrafo a que o fragmento acima pertence. O verbo flexionado “*disse*”, refere-se aos sujeitos pospostos “*Gellio, Viturino, Servio, ou Prisciáno*”, logo, pela regra categórica, deveria estar em P6. No entanto, o que se percebe aqui é que o autor fez a concordância por aproximação como o nome mais próximo, ou seja, há aqui um caso de regra de concordância executada pro Barros mas não explícita em sua gramática.

Nesse caso, o fato de os sujeitos estarem pospostos ao verbo, pode também ter interferido na aplicação da regra de concordância prescrita por Barros. De acordo com Dias (1959:24), tratando, sobretudo da concordância em textos quinhentistas, “quando os sujeitos estão depois do verbo, emprega-se perfeitamente o singular, caso o primeiro sujeito seja do singular”. E para Mattos e Silva (1991:72), em citação já comentada no capítulo anterior, “a

posição e a distância do sujeito em relação ao verbo, além de fatores semânticos, são favorecedores à variação na concordância verbo-nominal”.

17. *Nós por fogir nouidádes conformemo-nôs com o ufo* [L.1464-1465]

6.

Tem duas figuras, a primeira de cima: e esta seguinte, ç. Quintiliano por que os latinos nam tem este em figura tratou do primeiro dizendo que com elle podiamos soprir o ofiçio de, k, e q. Nós por fogir nouidádes conformemo-nôs com o ufo: e no mais me remetto a elle onde fala das letras. Quanto ao ufo que temos delles em a nóssa orthografia, este primeiro. C. aiuntase sómente a estas tres uogáes, ca, co, cu, E o se-

É possível que, por uma questão de eufonia, o autor optou por manter o verbo no infinitivo não flexionado, principalmente porque este verbo está posposto e próximo ao sujeito e essa posição facilita o entendimento do leitor. Segundo Huber (2006:210), “quando não pode haver dúvidas a respeito do sujeito, emprega-se muitas vezes o infinitivo normal em vez do flexionado.”. Ademais, pode ter havido um caso de elipse nessa construção, fenômeno que justificaria a falta de um elemento entre o verbo e seu sujeito. Essas ponderações nos indicam João de Barros usa de uma regra que não está explícita. Independentemente disso, a discordância entre o verbo em destaque e seu sujeito: *fogir*: sujeito → *nouidádes*, é clara.

Foram essas as ocorrências nas quais encontramos discordância em relação à regra prescrita por João de Barros. Nosso objetivo foi descrevê-las e analisá-las e, nesse percurso, tentar encontrar respostas para esses desacordos entre uso e norma dentro do texto. Além de tentarmos fazer vir à tona possíveis regras não prescritas pelo gramático, mas utilizadas pelo gramático na produção de sua obra.

5.2.3. Ocorrências de CV com os verbos *ter*, *deter*, *reter*, em P3 e P6

Como no início deste capítulo, ao fazermos o levantamento dos dados para esta pesquisa, observamos que os verbos *ter*, *deter*, *reter*, em P6, seriam pontos delicados do nosso trabalho, pelo fato de estarmos lidando com um texto de uma sincronia passada, a qual não

temos domínio por sermos falantes de um português contemporâneo. Esses pontos envolvem questões referentes à distinção entre singular e plural, inexistentes nas formas verbais acima expostas.

Mattos e Silva (2010) nos chama a atenção para essa constatação, embora se refira a documentos manuscritos. A autora defende que, nessas situações, em que a distinção entre a forma singular e a forma plural é mínima, ou seja, a distinção se dá apenas pelo uso do diacrítico (til) na forma plural, não se deve atribuir a não aplicação da regra de concordância a um lapso de escrita.

Não podemos nos furtar à informação de que a primeira reforma ortográfica da língua portuguesa data de 1911, antes disso o que havia eram obras no formato de manuais de ortografia. Dessa forma, ocorrência do tipo: 18“*Duas figuras tem o nome, á hũa chamam simples e á outra compósta*” [L.220-221] em concorrência com 19“*Os Latinos tem cinco declinações*” [L.344-345], acabam por comprometer uma análise de dados, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. As duas construções sintáticas apresentam a mesma grafia do verbo *ter*, porém em flexões diferentes: P3 e P6, respectivamente.

Essas ponderações a respeito da ausência de uso do acento diferencial entre singular e plural do verbo *ter*, *deter*, *reter*, nos levaram a isolar, quantitativamente, as ocorrências desses verbos em P3 e P6. Vejamos algumas dessas construções:

20 *assy todalas linguágẽes tem dous reis* [L.11-12]

21 *por que á hy huũs ã tẽ sómente singular e nã plural* [L.258-259]

22 *Qvátro gêneros tem o pronome* [L.462]

23 *Como os averbios sam muitos, assy tem diuẽsas significações* [L.957-958]

24 *à semelhança dos musicos, os quáes tanto se detẽ no ponto desta primeira figura* [L.71-72]

25 *por que ambas as leteras retem o seu sóm* [L.1321-1322]

5.2.4. Ocorrências de CV com os verbos *vir e convir em P3 e P6*

A exemplo dos verbos *ter, deter, reter*, as avaliações a respeito da ausência de uso do acento diferencial entre singular e plural dos verbos *vir e convir*, em posições P3 e P6, também foram observadas. Os excertos são os seguintes:

26 *Nam feguõdo **conueña orde** da Grãmatica especulatiua [L.25-26]*

27 *a quelle que **uen** de alguõparttiçipio [L.215-216]*

28 *Todo nome que **conuem** a hómem e a molher [L.244-245]*

29 *Os bárbaros/ que **vem** a nóbo feruiço [L.909]*

30 *AS dições q̃ **cõvẽ** em numero gênero e cáso sam os nomes sustantiuos [L.1015]*

5.2.5. Ocorrências de CV com os verbos *poer e compoer em P3 e P6*

Classificado como *verbo irregular*, o verbo *por* (e seu derivado *compor*), assim como os verbos acima demonstrados (*ter, deter, reter...*), em uso no período arcaico do português (*poer, compoer*), também apresentavam singularidades em suas grafias. Conforme Said Ali (1964), existe registro da mudança em sua grafia já em finais do século XV:

Procede contudo êste vocábulo do português antigo po-er < põ-er (latim ponere).é portanto um verbo contracto da 2ª conjugação e explicável pela deslocação do acento tônico para o radical. Deu-se êste fenômeno, ao que parece, por fins do século XV. (p.154)

Mattos e Silva (1993:60) vai além na sua descrição morfológica, pois faz observações referentes à vogal temática (VT) do verbo:

Também é possível a presença/ausência de VT com radical travado por nasal ou líquida etimológica: *pon/põe* [...]. Nunes e Williams (1960:283 e 1961§193.A) consideram *pon* mais arcaica que *põe*. Nos DSG, século XVI, as duas formas ainda convivem:

- A ta entençon pon nome a ta obra
- Jesu Cristo... põe algũũ ouro

Tanto Said Ali (1964) quanto Mattos e Silva (1993) fazem referência ao uso do verbo *poer* em documentos de fins do século XV e início do XVI; o documento, do qual faz parte nosso *corpus*, foi publicado justamente nesse período de transição. Nessa publicação encontramos os verbos em questão grafados da mesma forma tanto para enunciados que

apresentam sujeito no singular quanto no plural. Como nesses exemplos: 31 “*e é a elles (os Gregos) tam comũ e fácil, que às vezes **compõem** hũa diçam de quátro sinificádos*” [L.227-228]; em contraponto a: 32 “*assy do a juntamento do artigo aos cásos do nome, se **compõem** a oraçám*” [L.313-314]. Primeiro constituinte com sujeito plural e o segundo com sujeito singular.

Fato é que, mesmo não reconhecendo nessas ocorrências evidências de falta de CV, essa constatação se dá de forma contextual, logo não a consideramos apropriada para a expormos em tabela e validá-la como totalmente conforme à regra preconizada por Barros.

Dada as considerações sobre o fenômeno apresentado, passemos à amostragem dos constituintes:

33 *E esta figura que é como aresta a que chamamos til [...] **se põem** sobre esta letera q, ou sobre letera vogal*” [L.153-154]

34 *Em esta maneira de **cõpoer** huã páрте cõ outra* [L.226]²⁰

35 *Pronome, é hũa páрте da óraçam que **se põem** em lugar do próprio nome* [438]

36 *ca se **compõem** esta letera,a* [L.974-975]

37 *em meyo de algũa sentença **se entrepõem*** [L.1275-1276]

É importante confirmarmos aqui as palavras de Mattos e Silva (1993) a respeito dessas marcas morfológicas e etimológicas peculiares em documentos do português arcaico:

Ao observar-se a documentação do período arcaico, outras variações na morfologia verbal, [...] poderão ser encontradas: nunca serão aleatórias. Decorrerão da história fonética do item, ou de possíveis variações dialetais ou de variações meramente gráficas. (p.61)

Sendo assim, entendemos que todas as particularidades de um *corpus* advindo ou composto por um documento histórico, devem ser consideradas. Desde o cuidado com a edição até a classificação e delimitação das ocorrências a serem analisadas.

²⁰ Neste caso, o verbo em questão está no infinitivo pessoal, no entanto, mesmo não se flexionando, refere-se também à P6 “*os Gregos*”. Dessa feita, optamos por deixá-lo nesta categoria.

5.2.6. O pronome *se*: reflexão, apassivação e indeterminação no português quinhentista

Durante a análise dos dados aqui demonstrados, ou, para sermos mais exatos, durante o levantamento desses dados, percebemos que algumas ocorrências de CV, cuja estrutura era composta pela partícula *se*, sobretudo na modalidade pronominal (ou sintética) da voz passiva, nos causaram estranheza. Esse estranhamento talvez se deva ao fato de observamos tal fenômeno sintático do português arcaico, por meio do olhar de pesquisadores deste século, imersos em informações normativas contemporâneas.

Não estamos dizendo que há, na construção dessas ocorrências, discordância da regra prescrita por Barros, no entanto podemos ter aí regras implícitas, embora Barros tenha preconizado em sua gramática o uso dos “verbos impessoais da voz passiva” com o uso da partícula *se* como pronome:

Os uerbos impessoaes da vóz passiva, açerca dos latinos sempre denótam auçam com generalidáde de obrar: e própriamente vem de todos los verbos neutros absolutos. Nós nam temos estes verbos, mas quando falámos per este módo, **tomámos o verbo em a terceira pessoa do numero singular, e este pronome da terceira pessoa, se**, e reciprocando, dizemos, No páço se pragueia fórtemente. (1540:19) (grifo nosso)

A partir dessas assertivas, questionamos: Barros normatizou sobre a voz passiva sintética ou sobre a indeterminação do sujeito? Uma vez mais nos lançamos aos registros teóricos dos estudos linguísticos históricos, para tentarmos elucidar a seguinte questão. Conforme Mattos e Silva (1993:88):

O *se* impessoal, com verbos intransitivos e transitivos, afirma-se ter começado a difundir-se nos começos do século XVI. No *corpus* trecentista que analisamos os dados confirmam essa assertiva. O *se*, em estruturas de SUJ indeterminado, é em todas as suas ocorrências interpretável como passiva sintética: sempre com verbo transitivo e com concordância do verbo com o objeto lógico, também chamado de sujeito semântico.

Para Said Ali (1964), as gramáticas tradicionais, ao tentarem engessar os fenômenos linguísticos, como a voz passiva, desconsideram os usos antigos da língua. Segundo ele:

A circunstância de em *Vendem-se casas* se dizer, como realmente se diz em linguagem culta, o verbo no plural, fazendo-o concordar com o substantivo que se segue, é um dos ilogismos gramaticais, em que se continua a manter a forma demandada pelo sentido originário sem atender a que êste sentido se acha alterado. (p.270)

À luz dessas considerações, analisemos os exemplos de CV onde foram observados os seguintes aspectos: com partícula apassivadora, com partícula expletiva, com pronome reflexivo, com verbo pronominal e como índice de indeterminação do sujeito.

➤ Com partícula apassivadora:

38 *Nome, por que á primeira chamam, A, a segunda, Be, a terceira, Ce, figura, porque se escreuem desta maneira. A, b,c. [L.37-38]*

39 *por que a moeda, e outras cousas que se **contam** e numeram [L.157]*

40 *Todo nome próprio se **rege** sem artigo [L.388]*

➤ Partícula expletiva:

41 *e por que se **milhór entendam** poremos o seguinte exemplo.[L.148-150]*

42 *Destes nomes, Gregos, e Latinos nã tratã em suas Grammáticas por ôs nam terem, e casy todos se **terminã** em, am, e az [L.185-187]*

➤ Pronome reflexivo:

43 *affy do ajuntamento das leteras huãs com as outras per ordem natural, se **entende** cada hum em sua linguagem” [L.35-36]*

44 *Serue se tãbem a nóffa linguagem dalguãs leteras [L.45-46]*

45 *Nome (segũdo a difinição dos grammaticos): é aquelle q̃ **se declina** per cáfos” [L.92-93]*

➤ Com verbo pronominal:

46 *a mais pequena destas partes é a letera, dõde **se totalas dicões cõpõem**” [L.24-25]*

➤ Índice de intederminação do sujeito:

47 *Letera (segundo os grammaticos) e a mais pequena páрте de qualquer diçam que **se pôde** escrever [L.30-31]*

48 *Por que tãto tẽpo se **gãsta** na primeira [L.71]*

49 *E por que o tẽpo em que se as tróuas **faziã** [L.81-82]*

50 E dádo que no princípio onde se tráta da letera [L.1301]

51 E como pera o iogo do enxedrez *se requerẽ* dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra [L.8-9]

7
*das cousas. E como pera o iogo do enxedrez se requerẽ
 dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que ca-
 da hũ delles tenha suas peças póstas em cáfas pr ópri-
 as e ordenádas, com leyes do que cada hũa deue fazer
 (segundo o officio que lhe foy dádo:) assy todalas lin-
 guágẽes tem dous reis, diferentes em gẽnero, e concor-
 des ẽ officio: a hũ chamã. Nome, e ao outro, Verbo.*

A análise que fazemos é que João de Barros indetermina o sujeito. No entanto, a indeterminação aqui se faz com um verbo transitivo (na sincronia atual do português, o verbo *requerer* pode ser transitivo direto, bitransitivo e intransitivo), em P6, mais a partícula *se*. É preciso levar em consideração, porém, que a transitividade verbal do português arcaico pode não ser a mesma dos dias de hoje.

Como observamos, mesmo sob a visão da gramática tradicional a função do *se* como índice de indeterminação do sujeito, baseando-se em aspectos morfossintáticos (verbos intransitivo, transitivo indireto, de ligação e transitivo direto) e semânticos, se mostra diversa e complexa. Em se tratando da indeterminação no português quinhentista, essa dificuldade tende a aumentar, porque não existe, ainda, um dicionário de verbos e regimes dessa época.

Essas estruturas sintáticas com ocorrências de indeterminação do sujeito e voz passiva sintética exigem uma análise linguística mais consistente e aprofundada e não cabe ser feita nesta pesquisa, que tem como objetivo uma análise mais ampla no que concerne à CV.

Diante da exposição dessas ocorrências e das considerações tecidas a respeito delas, finalizamos o capítulo com a sensação de que ainda há muito a ser dito, de que há muitas possibilidades de análise a serem realizadas e de que, à luz da descrição linguística, muito ainda pode ser levantado e contextualizado. No entanto, temos um limite a respeitar e sabemos que essa pesquisa pode ir além do que aqui iniciamos. Fazendo uso das palavras de Mattos e Silva (1993:61), “as pistas aqui deixadas, cremos, se não esgotam o problema, dão chaves para resolver problemas novos, mas análogos aos aqui apresentados.”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*As armas e padrões portugueses póstos em Africa, e em Asia, e em tantas mil ilhas
fôra da repartiçãm das tres pártes da térra, materiães sam, e pode-ãs o tempo
gastár: però nã gastará doutrina, costumês, linguágem, que os portugueses nestas
térras leixárem*
[João de Barros, *Diálogo*]

O objetivo central desta pesquisa foi analisar as regras que subjazem as estruturas de CV no texto da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros. As leituras iniciais da gramática já nos indicavam que poderíamos encontrar construções sintáticas interessantes em sua obra, como, por exemplo, a recorrente posposição do sujeito. Aliás, a posição do sujeito em relação ao seu verbo foi o fenômeno que nos chamou a atenção para a questão da concordância verbal na obra. Depois, com o avançar das leituras e discussões, fomos nos deparando com outras especificidades além das sintáticas: morfológicas, semânticas, discursivas e estéticas.

A nossa hipótese inicial, de que poderíamos encontrar algumas estruturas nas quais a concordância entre sujeito e verbo parecia não acontecer como o prescrito, e de que pareciam existir mais regras de concordância na escrita do texto do que a descrita pelo autor, foi pensada com base em leituras preliminares da *Grammatica*. Após análise detalhada, verificamos que das 1979 ocorrências validadas para análise, somente seis, efetivamente, não mostraram conformidade com a regra de concordância prescrita por João de Barros.

Com isso, consideramos que o objetivo inicial tenha sido parcialmente atingido. Parcialmente, porque, com base em nossas leituras incipientes, julgávamos que os casos de ocorrência nos quais houvesse inconformidade com a regra da *Grammatica*, apareceriam em maior número. Ainda que o número de ocorrências contrárias à regra prescrita por Barros tenha sido menor que o suposto, os dados nos possibilitaram perceber indícios de regras de CV já em vigência na época, mas ainda não preconizadas pelo autor. Talvez porque, como ele mesmo justificou, sua gramática foi destinada ao ensino dos “mininos” da corte: “*por que nóssa atecãm é fazer algũ proveito aos mininos que per esta árte aprenderem, levando ôs de leue, e de pouco a mais.*” (1540:40).

Uma dessas regras subjacentes a qual nos referimos, tratando-se de sujeito composto, é a da concordância por aproximação, que se dá quando, estando o sujeito, posposto, o verbo é empregado no singular, caso o primeiro sujeito esteja também no singular.

De qualquer forma, só a partir da *Grammatica* de Barros a idealização da norma começa a ser definida em Portugal e, só por esse motivo, já teriam valido a pena a leitura e a descrição dessa obra. Seu grau de importância pode ser avaliado, entre outras coisas, pelo período de sua publicação, um período de transição entre o português arcaico e o moderno, como vimos no segundo capítulo deste trabalho.

Essa fase transitória ficou evidente nas idiossincrasias do *corpus*, sobretudo, no que se refere à ortografia. Exemplo disso foram as ocorrências descartadas por nós na contagem das estruturas válidas para análise, como as compostas pelo verbo *poer* em P3 e P6, que, de acordo com Mattos e Silva (1993), *pon* e *põe*, são usadas concomitantemente no período que compreende os últimos anos do século XV e a primeira metade do XVI. E esse é só um exemplo dessa grafia duplicada. Em nosso *corpus* encontramos vários exemplos dessa informalidade ortográfica: *tem/ tem*, *póem/ põem*, *nóβo/ nósso*, *grammatica/ grãmatica*.

Não podemos deixar de mencionar também o trabalho de edição do *corpus*. Nosso objetivo, quando optamos por transcrever a *Grammatica*, foi facilitar a localização e recorte das ocorrências. No entanto essa atividade nos proporcionou uma imersão no texto de Barros que não conseguiríamos somente com a leitura. Depois desse trabalho minucioso, que nos exigiu muito tempo e critério, as dificuldades que tínhamos de entender certas construções sintáticas, foram se dissipando. A identidade da escrita do autor, observada na forma como ele constrói seus enunciados, como distribui os exemplos, como usa os recursos coesivos, tudo isso se tornou mais evidente a partir da transcrição.

Com relação aos capítulos de suporte teórico e histórico, constituído pela apresentação, descrição e contextualização histórica da *Grammática* de Barros, foi elaborada uma revisão bibliográfica consistente, sobretudo no que tange aos conceitos de concordância verbal. Essa bibliografia contemplou também pontos basilares para a sustentação e contextualização do tema central, como as obras que trataram da história e da memória da língua portuguesa, da história e evolução das gramáticas ocidentais, do Renascimento e do Humanismo.

Esses temas, que parecem não ter contribuído para o exercício sintático de análise da CV, se mostraram norteadores no que tange à construção de sentido e de percepção do homem, da cultura, do pensamento e, conseqüentemente, da língua portuguesa do século XVI. Esses objetivos foram alcançados no decorrer do segundo e terceiro capítulos.

Outro ponto observado no decorrer desta pesquisa, foi o reconhecimento à importância histórica de João de Barros, um humanista empenhado na defesa e no engrandecimento de sua língua vernácula. Além de historiador e cronista respeitado, dedicou-se também a apresentar e ensinar “os mandamentos da Santa mãe Igreja (...) e os preceitos da nossa Grammatica” (1540:1), sendo considerado assim, “o primeiro pedagogo interessado no ensino de língua portuguesa” (CASAGRANDE, 2005:132).

Diante de tudo o que aqui expomos, espelhados no que foi descrito durante toda a nossa pesquisa, podemos concluir que a primeira gramática *preceitiva* da nossa língua refletiu a contento a personalidade linguística portuguesa do século XVI. Barros não descreveu a língua portuguesa em uso, da forma como fez Fernão de Oliveira, haja vista sua intenção era criar uma obra pedagógica, instrutiva e normativa, mas deixou impresso, entre uma frase e outra, entre em exemplo e outro, marcas que nos levam a compreender e conhecer melhor o final da fase arcaica do nosso idioma. Dizemos isso com base nos exemplos com os quais ele ilustrou sua obra, compostos por ditados populares e por cenas que retratavam o cotidiano português.

Eduardo Carlos Pereira (1923:330), numa citação anotada no capítulo quatro deste trabalho, diz que “no portuguez archaico a concordância grammatical era, como no latim, simples; não tinha as subtis exigências da lingua actual, o mecanismo complicado da grammatica hodierna”. O que podemos depreender dessa assertiva, com base em nossa observação sobre o fenômeno da CV aqui analisado, é que, essas “subtis exigências” ainda que não evidenciadas, já existiam, no entanto não haviam sido prescritas, só intuídas. Nas palavras de João de Barros: “E nã temos nisto mais regra ã o cõsintimento da orelha” (p.30v), ou seja, a estilística e o bom senso indicavam o caminho a ser seguido por aqueles que pretendiam atingir a “boa escrita”.

Pela observação dos aspectos analisados, acreditamos que este trabalho possa abrir novas perspectivas para um entendimento mais amplo sobre a concordância verbal na língua portuguesa, com o aprofundamento de questões que percebemos no momento do levantamento e análise dos dados, mas que não nos foi possível alargar a discussão nesse sentido. Como

exemplo, podemos citar o uso da passiva pronominal, as possibilidades de indeterminação do sujeito, a sintaxe e semântica do verbo haver/ter.

Além disso, poderá ampliar os questionamentos sobre as normas gramaticais e sobre língua portuguesa quinhentista, um período importante para nossa história linguística. Assim sendo, esperamos que este trabalho tenha contribuído para a Linguística Histórica, no que diz respeito ao conhecimento das regras de concordância verbal no século XVI.

REFERÊNCIAS

- ARACIL, L. V. *Do latim às línguas nacionais: introdução à história social das línguas européias*. – Galiza, 2004.
- BACCEGA, M. A. *Concordância verbal*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2002, 64 p.
- BARATIN, M. *Da biblioteca à gramática: o paradigma da acumulação*. In: *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Org.: BARATIN, M.; JACOB, C. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2000, 228-233 p.
- BARROS, J. (1540). *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971, 482 p.
- BARROS, J. *Grammatica da língua portuguesa*. Reprodução facsimilada. 1ª. ed. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540. (<http://purl.pt/12148>)
- BARROS, J. *Cartinha com os mandamentos da Santa Madre Igreja: 1539 ou gramática da língua portuguesa*. Gabriel Antunes Araújo [org.]. – São Paulo: Humanitas: Paulistana, 2008, 176 p.
- BASSETTO, B. F. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*, v. 1. – 2ª Ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, 380 p.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. ampl. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, 672 p.
- BRANDÃO, C. *Sintaxe Clássica da Língua Portuguesa*. BH, 1963.
- BUESCU, M. L. C. *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. - Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1984, 355 p.
- _____. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Portugal: Biblioteca Breve, 1978, 105 p.
- _____. *Duarte Nunes de Leão: Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1983, 335 p.
- BURCKHARDT, J. C. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CALAFATE, P. *Portugal como problema: Séculos V-XVI - A afirmação de um destino colectivo*. Vol. I. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2006, 348 p.
- CAGLIARI, L. C. *Simpósio Fernão de Oliveira: 500 anos*. Universidade Estadual de Campinas, 24 a 26 de setembro de 2007. <http://www.unicamp.br/iel/fernaodeoliveira/index2.htm>. Accepted: 02-05-2017.

- CÂMARA JR, M. A concordância. In: *História e estrutura da língua portuguesa*, 4ª ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CANFORA, L. *As bibliotecas antigas e a história dos textos*. In: *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Org.: BARATIN, M.; JACOB, C. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2000, p. 235-245.
- CARDOSO, S. *A gramática latina no século XVI*. Revista da Faculdade de Letras. Porto, XII, 1995, p. 159-172.
- CASAGRANDE, N. S. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do Século XVI: um percurso historiográfico*. São Paulo: EDUC, 2005, 225 p.
- COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. – Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976, 357 p.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 724 p.
- DELUMEAU, J. *A civilização do Renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- DIAS, A. E. S. *Syntaxe histórica portuguesa*. – 4ª ed. - Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1959, 374 p.
- FACHIN, P. R. M. Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas. *Filologia Linguística Portuguesa*, nº 10-11, p. 237-262, 2008/2009.
- FERNANDES, F. *Dicionário de verbos e regimes*. 39ª ed. – São Paulo: Globo, 1993, 606 p.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- GÓIS, C. *Sintaxe de concordância*. 12ª edição. – Editora Paulo de Azevedo; Livraria Francisco Alves: Rio de Janeiro, 1958, 240 p.
- HUBER, J. *Gramática do português antigo*. – 2ª ed.- Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, 417 p.
- HUE, S. M. (edição, introdução e notas). *Diálogos em defesa e louvor da língua portuguesa*. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007, 150 p.
- ILARI, R. *Linguística Românica*. Editora Ática: São Paulo, 2008, 285 p.
- LEITE, M. Q. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. – São Paulo: Paulistana; Humanitas, 2007, 334 p.
- LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. - 31. ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, 554 p.
- MATTOS E SILVA, R. V. *Caminhos de mudanças sintático-semânticas no português arcaico*. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, 20, 1991, p. 59-74.
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/>. Acesso em 22/04/2017.

- _____. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. – Salvador: EDUFBA, 2010, 870 p.
- _____. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006, 203 p.
- _____. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993, 138 p.
- MENDES, S. T. do P. *Combinações lexicais restritas e manuscritos setecentistas de dupla concepção discursiva: escrita oral*. BH: FALE/UFMG (tese de doutoramento), 2008, 705 p.
- MOISÉS, M. *Mimese*. In. *Dicionário dos Termos Literários*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. (org.). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, 205 p.
- _____. *Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português*. Fórum Lingüístico, Fpolis, n. 1 (45-71), jul.-dez. 1998.
- NEVES, M.H.M. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, 282 p.
- _____. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. - 2ªed. São Paulo: Editora UNESP, 2005, 278 p.
- PEREIRA, C. E. *Grammatica histórica*. – São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923, 597 p.
- PEREIRA, M. A. *Quintiliano Gramático: o papel do mestre da Gramática na Institutio oratória*. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 192 p.
- PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Editora Ática, 2003, 380 p.
- POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola* – São Paulo: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996.
- RAMINELLI, R. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008, 312 p.
- ROCHA, L C. A. *Estruturas morfológicas do português*. 2ª ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008, 236 p.
- RUSSELL, D. A. “De Imitatione” In WEST, D & WOODMAN, T. (eds.). *Criative Imitation and Latin Literature*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- SAID ALI, M. *Gramática elementar da língua portuguesa*, 8ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- _____. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.
- SILVA, J. C. *Dicionário da língua portuguesa medieval*. 2ª ed. – Loderina: Eduel, 2009, 310 p.

SILVA, J. P. *Português do século XVI e século XVII*. Organon: Porto Alegre, nº 44/45, janeiro-dezembro, 2008, p.61-73.

SILVA NETO, S. *História da língua portuguesa*. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Presença, 1988.

SOUZA, P. D. S. *Concordância verbal em português: o que nos revela o período arcaico?* Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2005.

TARALLO, F. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Ática, 1990, 206 p.

VAZQUEZ, I. *Dialogo entre o latim e o portugues no seculo xvi*. ISSN: 2014-8526. e-ISSN: 2014-8534.2013, p. 57-71. DOI: 10.1344/105.000002046. Received: 1-3-2013. Accepted: 30-4-2013.

VIVAI, C. B. S. *Uma leitura do De vulgari eloquentia de Dante Alighieri*. Dissertação de mestrado. USP. São Paulo, 2009, 94 p.

ANEXOS

BARROS, J. *Grammatica da língua portuguesa*. Reprodução facsimilada. 1ª. ed. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540. (<http://purl.pt/12148>).

ANEXO A

OCORRÊNCIAS DE CV EM CONFORMIDADE COM A REGRA PRESCRITA	
1.	E segundo a definição/ que lhe os Grãmaticos derã : [L.3]
2.	ẽ hũ mó-/ do certo e iusto de falár, e escre-/uer [L.3]
3.	Nós podemos lhe chamar artefício de paláuras, [L.4]
4.	aŷy na fala como na escrita, uenhamos em conhecimento [L.5-6]
5.	Por que bem aŷy entram as le-/terás pela uista, [L.7]
6.	inf-/ trumento comque o nóŷto intencimẽto recebe as mais/ das coufas. [L.7-8]
7.	e que ca-/da hũ delles tenha [L.9]
8.	ŷuas peças postas em cáŷas prõpri-/as [L.9-10]
9.	cada hũa deue fazer [L.10]
10.	(segundo o officio que lhe foy dado :) [L.11]
11.	a hũ chamã . Nome, e ao outro, Verbo. [L.12-13]
12.	Participio, Ar/tigo, Coniunçã, Interieçã, ŷam peças e capitães prin-/çipaes [L.15]
13.	com que comũmete ŷeruem aestes dous poderõ/ŷos reyes, Nome, e Verbo. [L.16-17]
14.	Artigo, que ẽ prõprio dos Grãegos e He-/breus, [L.17-18]
15.	Os quães pártem a ŷua Grammatica em quár-/to partes [L.20-21]
16.	ẽ Ortografia , que trata de letera, [L.21]
17.	em Proso/dia , que trata de ŷyllaba, [L.21-22]
18.	em Ethimologia , que trata da/diçã [L.22]
19.	e em Syntaxis , a que reŷpõde a cõŷtruçã, [L.22-23]
20.	á imita-/taçã dos quães, (por termos as ŷuas partes,) [L.23]
21.	diuidimos/ a nóba Grãmatica [L.23-24]
22.	a mais pequena deŷtas par/tes ẽ aletera, [L.24]
23.	aletera, dõde ŷe totalas dicões cõpõem [L.24-25]
24.	ueiamos pri/meiro della, e deŷy das outras tres. [L.25]
25.	mas como requeŷe/ a preçẽitiua : [L.26]
26.	ufandodos termos da Grãmatica latina cuios <i>filhos</i> nós fomos , [L.26-27]
27.	por nam degenerar della [L.27]
28.	E tã-/bem, por que as ciẽcias requeŷẽ [L.27-28].
29.	nenhũa deŷ-/tas coufas ŷe pôde entender nem acabar. [L.28-29]
30.	Letera ẽ a mais pequena/ párte de qualquer diçã [L.30-31]
31.	que ŷe pôde escreuer: [L.31]
32.	aque os la/tinos chamáram nóta, [L.31-32]
33.	per cuiã/ ualia e poder formamos as paláuras [L.32-33]
34.	E a esta forma-/çã chamã elles primeiros elementos da linguagem [L.33]
35.	ŷe entende cada/ hum em ŷua linguagem, [L.34-36]
36.	pola ualia que pos no ŷeu, A, b, c. [L.36]
37.	Donde as leteras ueçram ter [L.36]
38.	Nome, por que á primeira/ chamam , A [L.37]

39. porque fe eſcreuem desta maneira. A, b,c. [L.38]
40. por que quando achamos /esta letera A, [L.39]
41. e per/femelhante módo podemos iulgar das outras, [L.40]
42. que em/ numero ſam uinte e tres , [L.40-41]
43. como as do latinos de quem/âs nós reçebemos . [L.41]
44. E dizem amayór páрте dos istori-/adores, [L.41-42]
45. que Nicostrata mádre de Euãdro rey dos Latinos foy inuentor destas dezaſepte.[L.42]
46. Depois pelo tempo ſe acre-/çentáram estas ſeys. [L.43-44]
47. e k, que ſerue //ſómēte em alguãs dições Gregas [L.44-45]
48. Serueſe tâbem a nóſſa linguagem dalgũas leteras [L.45-46]
49. as quáes nós te óra temos ã uoz [L.46-47]
50. e ſam estas á ç, ó [L.47]
51. de que trataremos /no capitolo da Ortografia. [L.47-48]
52. E aſſy temos algũas le-/terasdobádas a maneira dos Hebreos[L.48]
53. Eas nóſſas ſam estas [L.49-50]
54. Temos mais eſtas tres prolações [L.50]
55. as quáes ſam próprias da nóſa lingua [L.50-51]
56. e uſamos dellas/ [L.51]
57. em ſoprimento de tres leteras de que nam temos figura. [L.51-52]
58. E aſſy temos esta letra.ç, [L.52]
59. que pareçe ſer inuentada pe-\\ra pronũciaçám Hebraica ou Mourifca [L.52-53]
60. E esta figu-/ra que ç como areſta a que chamamos til [L.53]
61. e ſeruenos por eſtas tres leteras.m,ue, [L.54]
62. Aſ-/ſy q̃ podemos dizer , [L.55]
63. termos uintatres leteras em poder [L.55]
64. trataremos ao diã-/te no titolo da Ortografia [L.57]
65. Syllaba , ç hũa das quátro pártes da nóſſa Gram-/mática[L.58]
66. que correſponde á Projodia [L.58-59]
67. aqual Syllaba ç aiütamēto de hũa uo-//gal, [L.59-61]
68. que iüta-/mente fazē hũa ſó uóz. [L.61]
69. q̃ iütamēte fazē este nome liuros [L.62-63]
70. hũa ſó letera uogál ſerue de ſyllaba [L.63]
71. própriamētea/ eſta tal nã chamaremos ſyllaba [L.64]
72. Os latinos fazē ás uezes hũa/ſó ſyllaba com cinco conſoantes [L.65]
73. A nóſſa ſyllaba nam páſſa de tres [L.66]
74. co-/mo uimos nesta diçã atras, [L.66-67]
75. as quáes ou ſeruem / no prĩcipio,como. Prĩcipe[L.67]
76. O nu-/mero de leteras,ia ô uimos pelos exemplos atras. [L.69]
77. por q̃ hũas ſam curtas e outras lõgas [L.69-70]
78. e as duas ſã / breues [L.70-71]
79. Por que tâto tēpo ſe gáſta na primeira [L.71]
80. E os Latinos e Grę-/gos, ſentē melhor o tēpo das ſyllabas [L.73-74]
81. por cauſa do uę-/ſo do q̃ ô nós ſintimos nas trouas [L.74]
82. O terçeeiro açidente da Syllaba, ç canto álto ou baixo [L.74-75]
83. como os muſicos aleuantam [L.75]
84. e abaixã //a uoz cantando [L.75-77]

85. affy nos temos amefma órden,[L.77]
86. ã na primeira Syllaba aleuâtamos , [L.77-78]
87. e na fegunda abaixamos . [L.78]
88. E dádo que em algũma ma-/neira nos poderamos estender [L.78-79]
89. leixamos de ô fazer, [L.80]
90. por que pera fe bem exemplificar as fuas regras ouuera / de fer em tróuas [L.80-81]
91. e os hómẽes nam perdiã fua autoridáde por íffo,[L.82]
92. ficará esta matéria [L.83]
93. pera quando o ufo ô requerer . [L.83]
94. Nesta terceira páрте da nóba Grã-/mática que ę da diçam [L.84]
95. a que os la-/tinos chamam , Ethimologia[L.84-85]
96. fe qui-/ feßemos bufcar o fundamento e raiz [L.85-86]
97. donde ueçram os/ nóffos uocábulos [L.86]
98. E pois Ifidoro nas fuas Ethimologias, â nã pode achar/ a muitas coufas [L.87]
99. menos â daremos aos nóffos uocábulos [L.87-88]
100. Báfta faber [L.88]
101. que temos latinos, arauigos, [L.88]
102. e outros de/ diuęrfas nações que conquiftamos [L.88-89]
103. e com quem tiuemos / comerçio [L.89]
104. leixádas totalas coriofidádes e questões fem fru-//to: [L.90-91]
105. digamos do Nome e das fuas efpęcias, [L.91]
106. fem tratar-/mos da Etimologia dos uocábulos.[L.91-92]
107. Nome (fegũdo adi/finição dos grammaticos): ę aquelle/ [L.92-93]
108. ã fe declina per cáfos [L.92-93]
109. finificádo fempre algũa/ coufa ã tęha corpo [L.93-94]
110. Que tęha corpo:co/mo,hómẽ,páo, pędra [L.94]
111. dos quáes açidętes ueiamos particularmęte. [L.96-97]
112. Todolos nomes am de ter hũa de duas calidádes [L.97-98]
113. ę hũa diferenęa pe-/la qual conheçemos .hũ do outro [L.98-99]
114. Nome próprio, ę aquelle [L.99]
115. que fe nam póde atribuir a/mais que a hũa fõ coufa [L.99-100]
116. però fe diffęrmos çidade, [L.101]
117. que ę / gęral nome a todas, [L.101-102]
118. em tam ferá comũ. [L.102]
119. Affy que com razam diremos [L.103]
120. nome próprio fer aquelle [L.103]
121. per que entędemos huũ fõ cou/fa, [L.103-104]
122. e comũ,pelo qual entędemos muitas da quelle gęnero.[L.104-105]
123. pois hy á muitos hómẽes [L.105]
124. di-//rey a maneira [L.106-107]
125. que as gentes teuęram entre fy [L.107]
126. porfe nã/ confundirem feus nomes [L.107]
127. Os nóbres bufcáram [L.108]
128. hũ ter-/mo que foffe final de nobreza, [L.108]
129. que os apartáffe dos ple-/beos [L.108-109]
130. Os Francefces tomáram /Monfeor, [L.110-111]

131.	outras muitas nações tomáram hũ termo/ [L.111-112]
132.	que denotábe honrra [L.112]
133.	a que os Latinos chamam . Preç-/nome, [L.112-113]
134.	o qual termo elles/ denotauam ás vezes per hũa jó letera grãde, [L.113-114]
135.	pósta an/ ter dous pontos [L.114]
136.	e se punham outra diante desta, [L.114-115]
137.	entendiam per ella/o próprio nome [L.115]
138.	e per a quáta denotáuam o ofi/çio [L.116]
139.	ou alcunha que lhe çra pósta açafo [L.116-117]
140.	como pode-/mos uer nestas quáto denotações [L.117-118]
141.	Pelas quáes entendemos [L.118]
142.	quan-/do digo , Dom, [L.119]
143.	entendo o Prenome [L.119]
144.	aque nós chamamos apelido [L.120]
145.	per que/ entendemos alcunha [L.121]
146.	que por razam de cõquistar Africa foy // posto a Scipiam.[L.122-123]
147.	per que/ apartamos o fustantiuo do aietiuo. [L.124]
148.	Nome fustan-/tiuo chamamos [L.124-125]
149.	á quelle que perfy póde estar: [L.125]
150.	e nam re-/ççbe esta palávra,coufa. [L.125]
151.	e pó-/de receber em fy esta palávra,coufa [L.126-127]
152.	<i>fermofo</i> , e bráuo, jam aietiuos [L.128]
153.	por que nam podemos / dizer <i>fermofo</i> e bráuo [L.128-129]
154.	sem lhe dármos nome fustanti-/uo [L.129]
155.	a que feemcoftem [L.129]
156.	E diremos ,coufa/bráua[L.129-130]
157.	e nam cauálo coufa,touro coufa,por ferem fust-/tantiuos [L.130]
158.	que nam reççbem em fy outros.[L.130-131]
159.	Pode fer tâbem calidáde em o nome, [L.131-132]
160.	aquillo per que/o relatiuo se apárta do antecedente [L.132]
161.	E chamamos /relatiuo [L.132]
162.	aquella pártē que faz lembrança [L.133]
163.	de algum no-/me que fiça atrás [L.133]
164.	e este tal se chama antecedente [L.133-134]
165.	os hómēes que amam a verdáde,/[L.134]
166.	fólgam de [L.134]
167.	â tratrár em seus negócçios.[L.134-135]
168.	Os hómēes estam /aquy por antecedente deste [L.135]
169.	o qual ç relatiuo dos/hómēes [L.135-136]
170.	por fazer delles lembrança e relaçam [L.135-136]
171.	a uerdáde tambem ç antecedete deste relatiuo, [L.136-137]
172.	â,/ que faz della relaçam [L.137]
173.	por que em dizer de â tratar, [L.137-138]
174.	di/go de tratar adita uerdáde. [L.138]
175.	E chamamos antecedente/ por caufa do relatiuo [L.138-139]
176.	como se chama pay por caufa do filho, [L.139-140]

177.	Peró a uemos de confírar [L.140]
178.	que a hũus/relatiuos chamamos de fustança [L.140-141]
179.	por fázerem lem-/brança de nome fustantiuo[L.141]
180.	e a outros relatiuos de aci-/dête por relatárẽ nome aietiuo. [L.141-142]
181.	Os de fustança fam ,/que, o qual, [L.142]
182.	como quãdo digo : [L.143]
183.	eu ly oliuro [L.143]
184.	que me tu mã/dáste , [L.143]
185.	ô qual entêdy muy bem. [L.143]
186.	Aqy neste exemplo,/uemos estes duos relatiuos, que, e o qual, [L.143-144]
187.	ambos faze-/rem mençám do liuro, [L.144-145]
188.	que ę antecedente fustantiuo. [L.145]
189.	Os relatiuos de açidente fam , [L.145]
190.	os quães fázem rela-/çamde nome aietiuo.[L.146-147]
191.	E destes, ahũus chamam relati-/uos de calidáde, [L.147]
192.	Os de calidáde, fam ,/tal,qual [L.148]
193.	Os de quantidáde continua fam , tammanho,/quammanho,[L.148-149]
194.	e por que fe milhór entendam [L.149]
195.	poremos o/seguinte exemplo [L.150]
196.	Eu te mando oliuro tal, [L.150]
197.	qual mô tu/mandáste [L.150]
198.	Que dou a entender neste relatiuo, qual,/ [L.150-151]
199.	que aly tórno enuiar oliuro limpo e fam, [L.151]
200.	da ma-/neira que me foy enuiado : [L.151-152]
201.	por que correfpondeo ,/ qual,ao,tal, [L.152]
202.	que ę relatiuo do liuro: [L.152]
203.	e nam refponde // ao fer e fustança delle. [L.152-154]
204.	Ca fe fizera relaçam da fuf-/tançia, [L.154]
205.	pojera lhe este Que, ou, o Qual, relatiuos da/fustança [L.154-155]
206.	como uimos . [L.155]
207.	E quando dißeres ,[L. 155]
208.	Eu te man-/do tanto dinheiro [L.155-156]
209.	quanto me tu mandaste , [L.156]
210.	ferá este/quanto,relatiuo de quantidade apartada: [L.156-157]
211.	por que a/ moeda, e outras coufas que fe contam e numę-/ram, [L.157]
212.	pódeffe apartar e aiuntar. [L.157-158]
213.	E fe dißera , [L.158]
214.	Eute/ mãdo oliuro [L.158]
215.	tãmanho,quãmanho mo mãdáfte : [L.158-159]
216.	este/quãmanho ę relatiuo de quantidade continua [L.159]
217.	que trata da grandeza, e nã do numero da coufa. [158-160]
218.	Ea diãte pore/mos as declinações destes relativos [L.160]
219.	a que os Grammaticos chamam e]pecia [L.161-162]
220.	aqual ę hũa diui]am [L..162]
221.	per que apar-/tamos o nome diriuádo do primitiuo ou primeiro gę-/rádo. [L.162-163]
222.	Primitiuo nome chamamos , [L.163]

223.	aquelle que foy /primeiro,[L.163]
224.	sem auer hy outro [L.164]
225.	donde nacebe [L.164]
226.	ou se deriua /se [L.164]
227.	Nome diriuádo/se chama ,Cidadã [L.165]
228.	os quaes se deri/uam dos três acima. [L.165-166]
229.	E destes nomes diriuádostemos/oito diferenças. [L.166]
230.	PAtronymico nome e aquelle que significa filho [L.168]
231.	donde ô nós/ formámos [L.170]
232.	e deriuámos [L.171]
233.	nós chamamos sobre nome [L.173]
234.	os/ quaés se podem conhecer pelo exemplo de/tes. [L.173]
235.	Chamamos nome Poßeßiuo, [L.174]
236.	aquelle q̄ se nomea do/ poßedor da cou]a:[L.174-175]
237.	E destes nomes e/ nó]]a linguagem proue . [L.175-176]
238.	E porem temos outros se me-/lhantes a estes [L.176]
239.	a que ós Grãmáticos chamã , Gentili-/cos, [L.177]
240.	por se erem da gēte da prouincia ou lugar [L.177]
241.	de que se nomeã [L.177-178]
242.	dos quaés nomes temos gram cópia [L.178]
243.	Nome Diminutiuo, e aquelle [L.180]
244.	donde se deriuou [L.181]
245.	E outros muitos que se/ fórmam [L.182]
246.	e acabam diferentes terminações [L.182-183]
247.	Esta maneira de nomes Aumentatiuos, e contrai-// ra â de cima: [L.184-185]
248.	por que hũa diminuye a cou]a, [L.185]
249.	e outra a-/creçenta [L.185]
250.	Destes nomes, Gregos,e Latinos nã tratã / em suas Grammáticas [L.185-186]
251.	por ôs nam terem , [L.186]
252.	e easy todos/se terminã em, am, e az,[L.186-187]
253.	e outros que sempre se am ditos e de/pre-/zo e abatimento [L.187-188]
254.	da pe]oa ou cou]a a que os atribuimos . [L.188-189]
255.	Comparatiuo nome, e aquelle que significa [L.189-190]
256.	E per o po/]itiuo, entendemos o outro nome [L.190-191]
257.	donde elle nãce . [L.191]
258.	E an-/tre nós e os Latinos á esta diferença [L.191]
259.	elles fãzem com/paratiuos de todos seus nomes aietiuos,[.191-192]
260.	que pódem re/çeber mayór ou menór]nificaçam [L.192-193]
261.	e nós nã temos mais/ cõparatiuos que estes. [L.193]
262.	Peró todos os outros compara-/tiuos que elles fórmam , [L.194-195]
263.	suprimos nós com este auer-/bio,Mais [L.195]
264.	que acreçenta a cou]a aque ô aiuntamos [L.195-196]
265.	Eitor foy e]forçádo caualeiro. [L.196-197]
266.	Este/nome e]forçádo, e aietiuo [L.197]
267.	que se aiuntou ao nome su]tã/tiuo Eitor [L.197]
268.	o qual aietiuo lhe dá algũa mais calidáde/ [L.197-198]

269.	da que tinha [L.198]
270.	ca per elle entendemos o esforço de Eitor. [L.198-199]
271.	E a este nome aietiuo, chamam os Latinos (como ia/di[[f]e)po[si]tiuio [L.199]
272.	Quando uem ao segundo graó Comparatiuo, [L.200]
273.	di//zemos , [L.200-201]
274.	Eitor foy milhór caualeiro que Achilles [L.201]
275.	ou di/remos , [L.201]
276.	foy mais esforçoado que Achilles [L.201-202]
277.	nesta órdẽ de cõparqaça ẽ hũa me[is]ma cou[is]a. [L.202]
278.	Epera falármos pelo módo superlatiuo, [L.203]
279.	que ẽ o/ mais álto graó de priminẽcia e uentaiem [L.203-204]
280.	que se póde/dár a algũa cou[is]a [L.204]
281.	aiūtamos esta páрте,muy,oumuito/ao comparatiuo, [L.204-205]
282.	e dizemos , [L.205]
283.	Eitor foy muito milhór ca/ualeiro que Achilles. [L.205]
284.	E a[is]sy fica Eitor louuádo de ca-/ualeiro em graó superlatiuo. [L.205-206]
285.	Verdáde ẽ , [L.206]
286.	que algũus no/mes que reçebemos do latim, [L.207]
287.	Vay a[is]nificaçã superlati-/ua ia formáda [L.207]
288.	e/outros que o u[is]o nos fez próprios. [L.208]
289.	Chamamos nomes Verbáes [L.209]
290.	todolos que se deriuã / de algũ uerbo [L.209]
291.	Podemos tambem dizer [210]
292.	ferem / nomes uerbáes todolos in[is]nituios do pre[is]fente tempo [L.210-211]
293.	poendolhe feu artigo [L.211]
294.	com que fica nome. [L.211-212]
295.	E per este mó-/do, foprinos muitos nomes, [L.212]
296.	que deffaleçem ẽ nó[is]sja lin/guágem [L.212-213]
297.	e a latina tem [L.213]
298.	o qual módo tambem os latinos/ ufárã [L.213]
299.	como quando di[is]e Per[is]io [L.213-214]
300.	Depois que oulhey /o nó[is]bo triste uiuer, [L.214]
301.	como se di[is]era ,a nó[is]sja triste uida. [L.214]
302.	Partiçipial nome se chama , [L.215]
303.	e outros que o u[is]o nos in[is]fina , [L.217]
304.	estes bástem pera exem-/plo delles. [L.217]
305.	Os nomes Au[is]erbiás se deriuam dos au[is]erbios, [L.218]
306.	e sómente po-/nho estes por exemplo [L.219]
307.	á hũa chamam simples e/á outra comp[is]sta. [L.221]
308.	Nome simples ẽ aquelle [L.221]
309.	as pártes/do quál estremádas hũa da outra nam finificam cou[is]a/ algũa:[L.221-222]
310.	nam entendemos per/ellas cou[is]a algũa. [L.223-224]
311.	sempre per hũa dellas/ entendemos cou[is]a algũa, [L.224-225]
312.	Guárda pórtá, que ẽ cõ/posto deste uerbo,guardár [L.225-226]
313.	Em ef-/ta maneira de cõpoer huã páрте cõ outra [L.226]
314.	e ẽ a elles tam comũ e fáçil, [L.227]

315.	com que fázem a fua lingua muy elegante [L.228]
316.	Os Latinos/ tâbem fázem fua compozições: [L.228-229]
317.	Nós fáremos a nóffa cõpoziçam de dũas: [L.229-230]
318.	e cõ/pondo hũ nome cõ outro dizemos , rede <i>fóle</i> , de rede e / <i>fóle</i> [L.230-231]
319.	Compõdo uerbo e// nome dizemos :torçicólo,de torcer e cólo [L.231-232]
320.	Compoẽdo/ hum uerbo cõ outro dizemos : morde <i>fuge</i> , de morder e/fugir. [L.232-233]
321.	Compoẽdo uerbo cõ auerbio dizemos :puxauã/te,de puxár e auante,[L.233-234]
322.	Compoendo nome cõ prepoziçã,/dizemos:tráfpe,de trás e pẽ. [L.234-23]
323.	E per esta maneira faze/mos nóffas cõpozições [L.235-236]
324.	Estas bástem por exemplo. [L.236]
325.	Genero em o nome,ẽ hũa distinçã [L. 236-237]
326.	per que conheçe-/mos o mácho da <i>femea</i> e o neutro <i>dambos</i> . [L.237]
327.	Os latinos/ conheçem o gẽnero dos feus nomes, [L.237-238]
328.	dos quáes fazem estes fe-/te gẽneros, [L.239]
329.	Os gregos dádo que/ tenham estas di/ferenças de gẽnero, [L.240-241]
330.	conheçênô per ar-/tigos [L.241]
331.	Nós nã/fõmente conheçemos o nóffo gẽnero per fignificaçam/como os latinos, [L.241-242]
332.	as/regras do qual jam as feguintes.[L.243]
333.	Todo nome que per fexo ẽ conheçido , [L.243-244]
334.	per elle ferá /mácho ou <i>femea</i> [L.244]
335.	fe-/rá comũ a dous [L.244]
336.	Estes aietiuos,/fórte, tri/te,alegre,e outros femelhantes ferám comũs/atres, [L.245-246]
337.	por que dizemos ,o hómem <i>fórte</i> , [L.246-247]
338.	Todo nome dalgũa letera do nóffo A,b,c, ferá /neutro [L.248]
339.	e os nomes uerbáes que fe fázẽ do infinitiuo [L.248-249]
340.	e/ste no-/me,ál,que ẽ relatiuo . [L.249-250]
341.	Todo nome q̃ fe nã cõheçe per fignificaçã [L.250]
342.	e nã em-/tra ẽ algũa destas regras [L.250-251]
343.	per e/ste artigo, o, ferá <i>maf-/culino</i> , [L.251]
344.	e per e/ste,á, ferá <i>feminino</i> [L.251]
345.	o ceo ẽ há-/bitaçã dos anios [L.251-252]
346.	Nvmero ẽ o nome, ẽ aquella di/finça [L.253]
347.	per que aparta/mos hum de muitos [L.253]
348.	chamã os grã-/máticos. Singulár [L.254]
349.	e <i>fálando</i> / pelo primeiro diremos , [L.254-255]
350.	E fe differ , [L.255]
351.	fálo pelo numero plurár, [L.256]
352.	por que jam muitos. [L.256]
353.	DE/sta regra açima ẽ q̃ di/ffe os nomes terẽ dous nu/meros. [L.257]
354.	fe tirá os nomes irregulares [L.258]
355.	por q̃ á hy hũus [L.258]
356.	dos quáes poemos e/stras regras. [L.258]
357.	Tiran fe desta regra al-/gũus nomes próprios [L.260-261]
358.	que fe declinam pelo plurár [L.261]

359.	Verdade e q̄ bē póſſo dizer:eu andey [L.263]
360.	e nũca uy tâ bõa/fruta [264]
361.	nã tomamos as terras per o elemento da ter-/ra, [L.264-265]
362.	Dize-/mos tambem per esta maneira [L.266]
363.	as ágoas dante Dou/ro e Minho ſam muy delgádas, [L.266-267]
364.	e os áres de lá ſam muy jádios [L.267]
365.	e e terra tam pouoáda [L.267]
366.	que dizem auer/ nẽlla[L.267]
367.	E neste exemplo toma/mos as ágoas e áres como pártes o todo [L.268-269]
368.	Os uentos principáes com todolos rumos e par-/tidas em que os marinheiros os pártẽ : [L.269-270]
369.	quando ſalámos/ per cada hum delles, [L.270]
370.	E quem algũ nome destes leuár ao plurar [L.276-277]
371.	que a orelha// póſſa ſofrer [L.277-278]
372.	dádo/ que em rígor de bõa línguágem ſam mais próprios do/ſingulár que do plurár. [L.278-279]
373.	ſam estes e ou-/tros ſemelhãtes [L.280]
374.	E das que/ uſamos pera ſeruiço da peſoa e cáſa, [L.281-282]
375.	E aſſy todolos numeros/ que contamos ſobre hu [L.283-284]
376.	Outros muitos nomes temos irreguláres [L.284-285]
377.	os quáes leixo [L.285]
378.	estes báſtem pera exemplo. [L.285]
379.	CAſos, ſam os termos per onde [L.286]
380.	os nomes pronο-/mês e partiçipios pódem andár, [L.286-287]
381.	os quáes termos dádo que nã mudẽ a ſuſtãcia do nome: [L.287]
382.	gouernã a órdem da/oraçám mediante o uerbo. [L.287-288]
383.	Chamã os latinos [L.288]
384.	ao/ primeiro cáſo,Nominatiuo, ,por ſer o primeiro que no/mea a couſa [L.288-289]
385.	e nelle eſtã a couſa [L.289]
386.	que e ou [L.289]
387.	a peſoa que// fãz per ſemelhãte exẽplo [L.289-290]
388.	acobiçaẽ raiz de todolos má-les. [L.290]
389.	ſer raiz fica em o cáſo ntõ. [L.290-291]
390.	quem fãz [L.291]
391.	a liberalidãde fãz os príncipes amãdos [L.291]
392.	E por esta li-/beralidãde ſer autor desta óbra, [L.291-292]
393.	eſtã em cáſo nomi-/natiuo [L.291]
394.	Ao ſegundo cáſo chamam ,Genitiuo [L.293]
395.	e dizem al/gũus latinos [L.293]
396.	por gerár os ou/tros cáſos. [L.294]
397.	E outros lhe chamam cáſo poſſeſſiuiuo [L.294]
398.	por nelle eſtár o ſenhor da couſa [L.295]
399.	como/ſepreguntã ſem . [L.295]
400.	De quem e esta árte de grammãtica? [L.295-296]
401.	póde ſe reſponder,do príncipe nóſſo ſenhor [L.296]
402.	Em o terçeiro cáſo a que chamam , [L.296-297] Datiuo,

403.	poe-/mos a peboa [L.297]
404.	em cuiu proueito ou dano é dáda ou feita a cousa,[L.297-298]
405.	fázes a ty bõa/óbra : [L.298]
406.	e ao meſtre dás contentamento. [L.298-299]
407.	Em o quáto cáſo,a ã chamã Actõ [L.299]
408.	os hómẽess bõos amã a uirtude. [L.300]
409.	Esta uirtude ã que óbrã os hómẽes, [L.300]
410.	fica em accuſatiuo. [L.300-301]
411.	Em o quinto cáſo per nome, Vocatiuo, está a peſ/foa [L.301]
412.	que chamamos : [L.301]
413.	o quáſ ſe rege destas interieições [L.301-302]
414.	e outras que ſe uerám em ſeu lugar. [L.302]
415.	E/ por eſte módo dizemos , [L.302-303]
416.	ó piadoſo deos, lẽbrate de my. [L.303]
417.	Do ſexto cáſo a que chamam , Ablatiuo, [L.303-304]
418.	ſe uſa [L.304]
419.	eu tiro muita doutrina dos liuros [L.304-305]
420.	E ſe differ , [L.305]
421.	eu// tiro muita doutrina dos liuros com meu trabálho [L.305-306]
422.	fi-/ca eſte nome, trabálho, em outro cáſo ſeitimo, [L.306-307]
423.	a que/os Latinos chamam effectiuo [L.307]
424.	Eſte cáſo ſe rege de-/sta propoſiçam, [L.307-308]
425.	e nelle está o inſtrumento [L.308]
426.	com que obrámos algũa couſa [L.308]
427.	Artigo ẽ hũa das pártes da oraçám [L.309]
428.	como/ia difſemos nam tem os latinos: [L.309-310]
429.	e uem eſte nome, arti-/go [L.310]
430.	aque nós pro-/priamente chamamos artelho [L.311-312]
431.	E bemcomo da liança e/ ligadura dos neruos ſe foſtem o corpo [L.312]
432.	dos hómẽes ẽ obrár/ uirtude, e das áues auoár. [L.314]
433.	diremos .hómẽes ẽ obrár/ uirtude, [L.315]
434.	que nam póde ſer mais confu-/ſa linguágem. [L.316]
435.	Per onde claramente uemos , [L.316]
436.	que pera o/ intendimento ficár ſatiſfeito [L.316-317]
437.	ẽ neceſário artigo maſcu/lino ao nome maſculino[L.317]
438.	por que nam diremos , [L.318]
439.	das hómẽes ẽ obrár uirtude[L.318]
440.	E pois iá ſabemos [L.319]
441.	que couſa ẽ arti-/go [L.319]
442.	ueiamos as ſuas declinações, [L.319]
443.	que ſam duas: [L.319-320]
444.	os quáes tam-// bem ſeruem de relatiuos [L.320-322]
445.	Como ã o nome e uerbo está a força de toda a lin-/guágẽ [L.339-340]
446.	como ia dif/ſemos [L.340]
447.	aſſy em declínár hũ, e cõiugár o outro, está o/mais juſtâçial e difficultoſo de toda a grãmática [L.340-341]

448.	Esta/dificuldáde mais ç entre os Latinos e Gregos [L.341-342]
449.	por/que toda a sua e nó[[a] variaçã ç de ſingular a plurár [L.343]
450.	que na quinta fórmã [L.344]
451.	outras a que/ chamã contrátas, [L.344-345]
452.	A nó[[a] linguá/gem declina [[ſe em outras duas [L.346]
453.	a hũa podemos chamár, /uogál [L.346-347]
454.	por ſer dos nomes que acabã nas uogáes [L.347]
455.	e a ou-/tra conſoante,por acabárem [L.347-348]
456.	os nomes que per ella de-// clinamos nestas çinco conſoantes [L.348-349]
457.	Nam fá/lo em nomes estrangeiros [L.349]
458.	que ſeterminam em outras le-/teras [L.350]
459.	por que quando ua-/riamos o nome de hũ cáſo ao outro em o ſeu artigo, [L.351-352]
460.	ẽ tã/ô declinamos , [L.352]
461.	como ſe póde uer neſtas duas declinações [L.352]
462.	Muitas uezes em o primeiro cáſo,nã poemos arti/go [L.358]
463.	por ã a órdẽ da cõſtruiçã ô declára [L.385-386]
464.	quãdo a peſoa/ ç autor da couſa [L.386]
465.	do quál módo tãbẽ uſã os Hebreos. [L.387]
466.	Temos mais estas reęras pera os artigos [L.387]
467.	Todo nome próprio ſe reęe ſem artigo [L.387-388]
468.	e o cáſo genitiuo mui/tas uezes ſe reęe desta prepoſiçam [L.388]
469.	Ioam de Bárros foy o primeiro que pos a/ nó[[a] linguágem em arte [L.389]
470.	e a memoria de António/ ſeu filho que â leuou ao principe nó[[o] ſenhor, [L.389-390]
471.	nam ſerá/ eſqueçida. [L.390-391]
472.	Aquy está o nome de Ioam de Bárros [L.391]
473.	e o de António reęido da prepoſiçam, de.[L.391-392]
474.	A Formaçam dos nomes no plurár da primeira de-/clinaçam, ç couſa muy facil [L.392-393]
475.	como óra uimos em o nome/ Rainha ã declinamos [L.394]
476.	ſe póde/ fazer ẽ os outros nomes [L.394-395]
477.	Tiran ſe desta reęra, [L.395-396]
478.	os nomes que acábam ẽ. ay [L.396]
479.	os quães leuádos ao plurár [L.396]
480.	dizemos /páyes,contráyes [L.397]
481.	Os nomes da ſegunda declinaçam ſam mais difficul-/tósos de formár [L.397-398]
482.	por que leixam le-/teras [L.398-399]
483.	e tomam leteras per eſta maneira [L.399]
484.	Os que ſe acá-bam ẽ al, el,ol,ul, [L.399]
485.	forman ſe perdendo a letera,l, [L.399-400]
486.	e tomã//do esta ſyllaba,es, [L.401]
487.	e dizemos cardeál,cardeáes,papel./papęes [L.401-402]
488.	Em esta regra nam/ entram os nomes de hũa ſó ſyllaba [L.402-403]
489.	como, fál , meļ, ſól ,/ ful ,por que ſam irregulares[L.403]
490.	Mal, e/ cal de moinho,pareçe que os ouemos de caſtęla [L.404]
491.	por/que os formamos acreçentandolhes,es, [L.404-405]
492.	e dizemos má-/les:cáles [L.405]

493.	Os nomes que se acabam em il,em lugar do,l,/ [L.405-406]
494.	que lhe tiramos [L.406]
495.	se acreçenta , is: [L.406]
496.	e dizemos çeitil,çei-tiis, fonil, foniis. [L.406]
497.	Os mais dos nomes que se deuam acabár ã,am,/ [L.406-407]
498.	se escrevem a este modo. Razão,razões. [L.407]
499.	E se o ufo/ nam foffe ã contrario [L.407-408]
500.	nam me pareceria mal desterármos de nós/esta prolaçam e orthografia galega. [L.408-409]
501.	quando quifçrem guardár a uerdadeira orthogra-/fia destas dições, [L.409-410]
502.	se deue dizer , Razam,e no plurar, razões. [L.410-411]
503.	que e hũa das leteras que/elles chamam dos beiços [L.411-412]
504.	aquál lhos fáz fechár quan-/do acábam nella, [L.412-413]
505.	de maneira que se uay fazendo a-/quella uariaçam ocando/se a uóz.[L.413]
506.	E este ç hũ módo/ de âfautár como se fautam os instrumentos da mu-/jica.[L.413-414]
507.	E entam os que pouco fentem [L.414-415]
508.	quçrem remediár o/seu def/faleçimento eçcreuendo agalegádamente: [L.415]
509.	poêdo/sempre,o,final ã totalas dições que acábam ã, am. [L.416]
510.	E se arçgra delles foffe uerdadeira, [L.417]
511.	em todolos uerbos/ que na terçeirapeboa do numero plurár acábã nesta/syllaba,am, [L.417-418]
512.	ô deuam ujár [L.418]
513.	Isto nam guardam elles [L.419]
514.	pois ue-/mos que na formaçam do plurár dizem cães pães: [L.419-420]
515.	que nã pódẽ /dizer pães caões. [L.420-421]
516.	Ajji que a uerdadeira formaçam/ destes nomes terminádos em,am, quando uiçr ao plu-/rár [L.421-422]
517.	diremos ,formações [L.422]
518.	conuertendo o am final em,õ,/ escripto a este módo,[L.422]
519.	e acreçentadolhe ,es [L.423]
520.	E quãdo escre/uemos estes nomes,maçã,a,aldeã,a,[L.423]
521.	e ôs leuármos ao/plurár, [L.423-424]
522.	diremos maçãas aldeãas [L.424]
523.	que podemos dezer re/flexas ã ji [L.425]
524.	como pus emxemplo [L.427]
525.	Os nomes que se acábam nestas terminações,/am,em,im,om,um, [L.427-428]
526.	se formam acreçentandolhe, /es,is,os,us [L.428-429]
527.	eo,m,final poemos em cima da uogál pre-/çedente [L.429]
528.	e fica reflçxa [L.429-430]
529.	e dizemos bem [L.430]
530.	E por que em totalas grammáticas nam póde a-/uer reçgras tam gerães, [431-432]
531.	que nam aia hy algũas eceições: [L.432]
532.	quando se achárem algũas destas reçgras das forma-/ções, [L.433]
533.	a nouidáde da óbra o póde desculpar, [L.434]
534.	e no titolo/da Orthografia diremos [L.434]

535.	algũa coufã ã a eļlas tóca . [L.434-435]
536.	Os nomes que se acábam em,r,s,z, [L.435]
537.	se formam /acreçentandolhe esta diçam,es, [L.435-436]
538.	Pronome, e hũa páрте da óraçam [L.437]
539.	e por iĵ-/ĵo diĵemos [L.437-438]
540.	que era cõiũta a elle per matri/mónio [L.438]
541.	e da quy tomou o nome [L.438-439]
542.	Eu efcreuo esta Grãmática pera ty [L.439]
543.	Eĵta páрте,eu, se chama ,Pronome [L.439]
544.	aquál báĵta pera feentender o que/ diĵe [L.440]
545.	sem acreçetár o meu próprio nome Iom de Bár/ros em cuio lugar ĵerue . Esta [L.441-442]
546.	tambem e Pronome da/Grãmática: Ty, [L.441]
547.	está em lugar de António.[L.441-442]
548.	como se/ diĵeĵe [L.442]
549.	Eu Iom de Bárros efcreuo esta Grammáti-/ca pera ty António [L.442-443]
550.	dizendo Ioam de Bárros efcreuo Grã-/mática pera António, [L.443-444]
551.	fica esta linguágem imperĵei-/ta. [L.444]
552.	Aĵy que podemos dizer [L.444]
553.	ĵer inuentada esta páрте/da óraçám [L.444-445]
554.	Como e o nome uimos [L.447]
555.	que tinha duas eĵpecias [L.448]
556.	aĵy temos pronomes primitiuos/e deriuádos. [L.448-449]
557.	Os primitiuos ou primeiros ĵam eĵtes ĵeis [L.449]
558.	Os deriuádos ĵam cinco [L.449-450]
559.	Chaman se deriuádos [L.450]
560.	por ã se deri/uã dos primeiros em o cáfo gđo[L.450-451]
561.	onde diz de my, se deri/ua ,meu [L.451]
562.	Eu,nós,tu,uós,eĵte,eĵtes, ĵam demõstratiuos [L.452]
563.	por ã/cáŷy demõŷtrã a couĵa,per ŷemelhante exẽplo [L.452-453]
564.	Eĵte liu/ro e do principe nóĵfo ŷenhor. [L.453]
565.	Elle, eĵŷe cõ ĵeus pluráles/ chamã relatiuos [L.453-454]
566.	por fãzerẽ relaça elẽbrança [L.454]
567.	da cou-/ĵa dita [L.454]
568.	poŷto ã o ŷeu pĩcipal ofiçio ĵeia demõŷtratiuo [L.454-455]
569.	Figura ŷimplex, e,eu,tu,eĵte,eĵe [L.456]
570.	Compõsta cha-/mamos ,eu meĵmo,tu meĵmo,aquelle, aqueĵe.etc. [L.456-457]
571.	Esta/cõpoŷiçam destas duas páartes,eu meĵmo,nã faz mais [L.457-458]
572.	que acreçentár hũa eĵficaçia e uehẽmençia ao pronome [L.458]
573.	a que os gregos chamã ,Emphaĵim [L.458-459]
574.	que eu ef-/creuy esta árte [L.459-460]
575.	E per esta meĵma ĵigura, dizemos ,/nós outros [L.460]
576.	Este,que e maĵ-/culino [L.462-463]
577.	isto,que e neutro [L.463]
578.	As peĵoas ĵam tres [L.463-464]
579.	eu, primeira, que fãla de ŷy meĵmo [L.464]

580.	tu, a segunda, à qual fála a primeira [L.464]
581.	elle, a ter-çeira, da qual a primeira fála [L.464-465]
582.	como se diffêbe [L.465]
583.	Eu tra-/bálho pera a proueitár os moços [L.465]
584.	e tu fólgas com isto [L.465-466]
585.	e os pecos zombarám [L.466]
586.	Singulár, como quando digo [L.467]
587.	Eu confeſſo a Chri-/ſto, [L.467]
588.	e nós que ô confeſſámos [L.467-468]
589.	guardamos /mál ſua doutrina por nóſſas culpas [L.468]
590.	Os cáſos destas declinações, uariã ſua ſenificação [L.491]
591.	pelas/ prepoſições, de, e à, as quães ſeruem em lugar de artigo. [L.491-492]
592.	DA primeira declinaçám dos pronomes, ſe deriua / eſta abaixo [L.493-494]
593.	a que os latinos chamam poſſeſiua [L.494]
594.	ca per/ ella ſe declinã os pronomes poſſeſiuos [L.494-495]
595.	os quães ſam aie/tiuos [L.495]
596.	e fórmam ſe dos ſeus genitiuos [L.495]
597.	como uimos atrás [L.496]
598.	E a primeira terminaçám, ç pera os maſculinos e neu-/tros [L.496]
599.	E por que na páрте que tráta de conſtruiçã [L.542]
600.	au- mos de dizer [L.542]
601.	da maneira que ſeruem eſtes pronomes [L.542-543]
602.	e/ como podemos uſár delles [L.543]
603.	acabaremos eſta páрте dos/ pronomes [L.543-544]
604.	com as duas declinações dos nomes relatiuos/ que ſe ſeguem [L.544]
605.	Como o Rey per razã de alteza de ſeu/ oſiçio, ſe póde chamár cá ſy diuino [L.566]
606.	posto que to-/dos ſeiam da máſſa dos quátro elemen-/tos [L.567-568]
607.	que ſeião cõpóſtos de letere e ſyllaba, [L.568-569]
608.	per razã da eçelêcia e alto oſiçio que tẽ/ gouernã [L.569-570]
609.	e rege todas as linguágẽes da terra [L.570]
610.	que nam ſe uio republica [L.570-571]
611.	aſy go-/uernáda per hu [L.571]
612.	como eſtes ſendo dous gouernã a ſua [L.571]
613.	Tẽ quy tratamos do nome e prõnome [L.571-572]
614.	e uimos todos os acidentes de ſua nature-/za [L.572-573]
615.	<i>fica</i> agóra tratármos do poder deſte nóſſo rey, uer/bo. [L.573]
616.	Nam ſegundo conuem á ſua maiestáde [L.573-574]
617.	mas como/ô querem os grammáticos [L.574]
618.	aquem nam ç dádo tratár /mais que de ſua humanidáde. [L.574-575]
619.	Verbo (ſegundo diſfinçám de todos os grãmáticos)/ ç hũa uóz ou palaura [L.576-577]
620.	que demóſtra obrár algũa cou-/ſa [L.577]
621.	o quáſ nam ſe declina como o nome e prõnome per caſos [L.577-578]
622.	mas coniuga ſe per módos e tempo [L.578]
623.	como uere-/mos per ſuas coniugações. [L.578-579]
624.	Os latinos partem os ſeus/ uerbos, em ſuſtantiuos e aietiuos. [L.579]
625.	Dos primeiros te-/mos eſte jó uerbo, ſou [L.580]

626.	ao quâl chamámos sustantiuo [L.580]
627.	por que demóstra o ser peçfoal da coufa [L.580-581]
628.	como quãdo/ digo , [L.581]
629.	Eu fou criatura racional [L.581]
630.	Verbo aietiuo pode-/mos chamar todos os outros [L.581-582]
631.	Repârtem mais os latinos os seus uerbos, em peçfoas e impeçfoas. [L.582-583]
632.	Verbo peçfoal ç aquelle que tem nu-/meros e peboas. [L.583-584]
633.	E todos elles trázem conçigo estes/ oito açidentes [L.584]
634.	Genero ã o uerbo, ç hũa natureza espeçial [L.585-586]
635.	peçla quâl conheçemos [L.586]
636.	ferem hũs/ autiuos, outros paçiuos, e outros neutros [L.587]
637.	nos quães/generos repârtem os latinos os seus [L.587-588]
638.	e em outros dous,/aque chãmã comũs e depoentes [L.588]
639.	Nos destes cinco/ generos temos sómente dous [L.588-589]
640.	Verbo autiuo, ç aquelle q̃ se póde cõuerter ao módo paçfio [L.589-591]
641.	e pelo quâl denotamos fazer algũa obra [L.591]
642.	q̃ páçfe ã outra coufa [L.591]
643.	aqual poemos em o cáço accusatiuo [L.591-592]
644.	Eu amo a uerdáde [L.592]
645.	Esta par-/te, Eu que ç prõnome [L.592-593]
646.	denóta a minha peçfoa [L.593]
647.	e o uer-/bo amo, q̃ ç autiuo [L.593]
648.	denóta esta obra de amár a uerdá-/de [L.593-594]
649.	a quâl está ã o cáço accusatiuo [L.594]
650.	segundo mostra este/artigo, a, [L.594-595]
651.	q̃ ç do numero çingular [L.595]
652.	E por que nã temos uerbos da uóz paçfia [L.595-596]
653.	sopri-/mos este de feito per rodeo [L.596]
654.	como os latinos fazẽ [L.596]
655.	nos/tẽpos que lhes faleçe a uóz paçfia [L.597]
656.	cõ este uerbo sou e/hũ participio do tẽpo paçfado, dizẽdo . [L.597-598]
657.	Eu sou amádo /dos hõmeẽs [L.598]
658.	e deos ç glorificádo de my [L.598]
659.	Este módo/ paçfio nã ç mais, que, que hum conuerter o auto do uerbo [L.598-599]
660.	ás ueçbas do que fáz o módo autiuo [L.599-600]
661.	porque tanto ç em/ çinificádo [L.600]
662.	eu amo a uerdáde [L.600]
663.	como, a uerdáde ç amá-/da de my. [L.600-601]
664.	Sõmente ao primeiro módo chamáram au-/tuo [L.601]
665.	por que hum fáz em obrar [L.602]
666.	e o outro padeçe em reçeber [L.602]
667.	Verbo neutro (ẽ nõçça linguágẽ) ferá aquelle [L.602-603]
668.	que/ se nã póde cõuerter ao módo paçio [L.603]
669.	e cuja auçam nã/ páçfa em outra coufa, [L.603-604]
670.	e outros q̃ podemos cõhecer per este exẽplo [L.604-605]
671.	Os hõmeẽs que uã a Paris [L.605]

672.	e estã no estudo pouco tẽ/po [L.605-606]
673.	e fólgã de leuar bõa uida, [L.606]
674.	nã ficã cõ muita doutrina[L.606]
675.	Chamam os latinos uerbo Impe[soál] [L.607]
676.	todo aquelle q̃/ fe coniuga pelas terçeras pe[ss]oas do numero [L.607-608]
677.	Estes uer-bos impe[so]aes, jam em duas maneiras [L.609]
678.	a hũus chamam / da uóz autiua [L.609-610]
679.	Os da uóz auti/ua acerca de nós jam , [L.610]
680.	e outros femelhantes que quærem antes defy o cáfo/datiuo por fopo-fo [L.611-612]
681.	Os uerbos impe[so]aes da uóz pa[ss]iua,acerca dos la/tinos sempre denótam auçam [L.613-614]
682.	Nós nam temos e[st]es uerbos [L.615]
683.	mas quando falámos /per este módo [L.615-616]
684.	tomámos o uerbo ã a terceira pe[ss]oa do/nũerro singlar [L.616]
685.	e re/ciprocãdo, dizemos [L.617]
686.	No páço fe pragueia fórtemẽte [L.617-618]
687.	Temos mais este uerbo,ey [L.618]
688.	que e de gẽnero di-uer[so] [L.618]
689.	o quãl,óra fe aiũta cõ nome [L.619]
690.	Quando fe a iunta [L.619]
691.	fopri-/mos muitos uerbos da lingua latina [L.619-620]
692.	E quando/fe[re]ue desta maneira [L.623]
693.	podemos lhechamar uerbo neu-tro [L.623]
694.	E quando fe aiunta a uerbo [L.623-624]
695.	sempre e do módo in/finito [L.624]
696.	e denóta algũ auto por fazer [L.624]
697.	e per elle fopri-/mos o participio futuro na uóz autiua [L.624-625]
698.	de que careçemos , [L.625]
699.	Eu ey deler os liuros [L.625-626]
700.	de que/ spæro alcançãr doutrina [L.626]
701.	como uimos [L.627]
702.	que tinha /onome [L.627]
703.	Primitiua e ámo, [L.627]
704.	E de[st]e uerbos diriuãdos, temos / quátro diferenças [L.628]
705.	Aumentatiuos jam aquelles [L.629]
706.	que finificam aumen/to [L.630]
707.	e continuo acreçentamento da quillo que os seus pri-/mitiuos finificam [L.630-631]
708.	Diminutiuos feram aquelles [L.632]
709.	que significam algũa/mãis diminuiçã que os seus primitiuos [L.632-633]
710.	Denominatiuos jam aquelles [L.634]
711.	que fe deriuam de no/me: [L.634]
712.	Os auerbiães jam aquelles [L.636]
713.	Simple ferá o que nam forcompósto [L.638]
714.	Ex-/emplo,conheço,e simples, [L.639-640]
715.	que fe/compos desta diçã,des,e conheço [L.640]
716.	Eper esta manei-/ra fe fãzem muitas outras compo[si]ções. [L.640-641]

717.	Temos em nóſſa linguágem çinco tempos [L.641-642]
718.	Preſente chamamos aquelle [L.643]
719.	em o qual fazemos /algũa óbra preſente [L.643-644]
720.	Exemplo, Eu amo , [L.644]
721.	per onde/ demóſtro [L.644]
722.	que neste tempo preſente fáço esta óbra/ de amár [L.644-645]
723.	Paſſádo por acabár ç aquelle [L.645]
724.	per que mó-/stro em outro tẽpo <i>fazer</i> algũa couſa [L.645-646]
725.	como quan-/do digo . [L.646]
726.	Eu amáua [L.646]
727.	Paſſádo acabádo:como quando differ [L.646-647]
728.	Eu amey . [L.647]
729.	Eu amára [L.647]
730.	Eu tinha/amádo [L.648]
731.	pero qual tempo demoſtramos ter dádo <i>fim á/óbra</i> . [L.648-649]
732.	Tempo uindoiro ç aquelle [L.649]
733.	em o qual ſe á de fa-/zer algũa óbra: [L.649]
734.	como ſe differ . [L.649-650]
735.	Eu amarey . [L.650]
736.	Modo em o uerbo,nam ç mais que hũa denotaçám [L.651-652]
737.	Sam os módos a çerca de nós/çinco [L.652]
738.	por tâto ſeguiremos a ſua/órdem e termos [L.653]
739.	Ao primeiro chamã indicatiuo [L.653]
740.	por que per elle demoſtramos [L.654]
741.	a/óbra que fazemos [L.654]
742.	como quando digo [L.654-655]
743.	Eu leo . [L.655]
744.	Ao/ ſegundo chamam imperatiuo [L.655]
745.	ca per elle mandámos [L.655-656]
746.	exemplo, António le [L.656]
747.	como quando/ dizemos [L.657]
748.	proueſſe a deos [L.657]
749.	que leſes [L.657]
750.	Ao quáto cha-/mã ſuiũtiuo, [L.657]
751.	por ã per elle aiũta/mos hũa diçã cõ outra [L.658]
752.	pera dár perfeito intẽdimẽto no/animo do ouuinte [L.658-659]
753.	Eu leria bem [L.659]
754.	ſe ô continuáſe [L.659]
755.	Eſta páрте, ſe ó continuáſe, fez intei-/ra esta óraçám [L.659-660]
756.	e hũa ſem outra nam ſa-/tisfáz o intendmento . [L.660-661]
757.	Ao derradeiro e quinto módo/ chamam infinitiuo [L.661]
758.	por ã/além de careçer de numeros e peſſoas[L.662]
759.	nã determina [L.662]
760.	nẽ/per ſy acába couſa algũa [L.662-663]
761.	como ſe uerá neste exẽplo [L.663]
762.	Conçedermos iſto , [L.663]

763.	que pedis : [L.663]
764.	semas nam diff̄er [L.663]
765.	fica esta /óragám imperfeita [L.664]
766.	que lhe faleçe ? [L.664]
767.	Eaiuntando hũa páрте com outra, diremos : [L.664-665]
768.	Nam/ póſſo , [L.665]
769.	conçederuos ifto que pedis [L.665]
770.	SE o uerbo nam tiueſe esta diſtinçã de peboas [L.667]
771.	feria/a nóſſa linguágẽ cõfuſa [L.667]
772.	podemos logo dizer [L.668]
773.	q̄ esta/diſtinçám ę como [L.668]
774.	a primeira, eu leo [L.669]
775.	a ſegunda, tu ouues , [L.669]
776.	a terçe-/ra, aquelle ama . [L.669]
777.	co-/mo óra uimos neſtes exẽplos: [L.670]
778.	quãdo falãmos p/eſte nuero de muítos, [L.671-672]
779.	nós lemos , [L.671]
780.	uós ouuis , [L.671]
781.	aquelles amã . [L.671]
782.	O Derradeiro acidente do uerbo nesta nóſſa órdẽ,/ę a cõiugaçã [L.672]
783.	aquãl ſe póde chamar ,diſcurſo [L.672-673]
784.	ou iornã-/da que o uerbo fãz per todolas peſſoas,numero,tẽpos [L.673]
785.	aſſy como uimos [L.674]
786.	que o nome diſcurria per to-/dolos cáſos e numeros [L.674]
787.	Peró uáy o uerbo mudando as/terminações e as letras <i>finães</i> [L.674-675]
788.	co-/mo pelos módos quando ò coniugamos [L.675-676]
789.	o que nam fãz/o nome açerca de nós [L.676]
790.	por que ſómente a ſua uariaçãm/ę de ſingulár a plurár [L.676-677]
791.	como uimos [L.677]
792.	as quães conheçemos no mó/do infinitiuo [L.678]
793.	onde elles conheçem as ſuas [L.678]
794.	A primeira nóſſa ę dos uerbos [L.678-679]
795.	q̄ no ãfinitiuo acã/bã ẽ, ar [L.679]
796.	A ſegunda, ę dos uerbos [L.680]
797.	que acãbam em,er, [L.680]
798.	Os que acãbam em ir [L.681]
799.	ſam da terçeira:como,ou-/uir,ir,dormir. [L.681-682]
800.	Os latinos cõiugam os ſeus uerbos per cinco diſ-/curſos.[L.683]
801.	Nós con/igamos os nóſſos uerbos per eſtes diſcurſos [L.686]
802.	por nam termos uóz paſſiua [L.688]
803.	tirando o participio que ę formádo na paſſiua [L.688-689]
804.	e dizemos .Amo, amas,amey,amár,amãdo,amãdo [L.689]
805.	ſoprinos ,ou pelo infinitiuo á imitaçã/ dos gregos [L.690]
806.	aque podemos chamar/rodeo [L.691]
807.	como ueremos no fim das coniugações [L.691]
808.	Tempo paſãdo mais que acabãdo ſoprinos per rodeo dizendo.[L.776]

809.	Dalgũus suprimentos que temos dos tem-/pos [L.853]
810.	Temos ainda em as nóbas coniugações algũus tem/pos [L.853-854]
811.	que dizemos per rodeo [L.854]
812.	como pera fignificár algũus [L.855]
813.	de que nós careçemos [L.855]
814.	os quães poderám bêsen-/tir os seus grammáticos [L.855-856]
815.	Chamamos tempo per rodeo [L.857]
816.	quando/ fimplesmente nam podemos ufár dalgũ [L.857-858]
817.	entã pera ô fi-/nificár [L.858]
818.	tomamos este uerbo,tenho [L.858]
819.	naquelle tẽpo que ç/ mais confórme ao uerbo [L.858-859]
820.	que queremos cõiugár [L.859]
821.	e cõ o/ feu participio paßádo dizemos [L.859-860]
822.	tiuęra amádo [L.860]
823.	como fe/ pódeuer no tẽpo paßádo [L.860]
824.	mais que acabádo no módo/pera defeiár [L.860-861]
825.	o quá suprimos per este rodeo [L.861]
826.	por nam/ termos fimples [L.861]
827.	com que ô finificár [L.861-862]
828.	por nã termos tẽpo paßádo e uindoi-/ro [L.862]
829.	finiçámos per rodeo [L.863]
830.	Temos mais algũus tẽpos fimples [L.864]
831.	os po-/demos dizer tâbẽ per rodeo:[L.865-866]
832.	pera demostrár ,o quá fimples [L.866]
833.	di-/zemos amára [L.867]
834.	Ainda ã pareçe no fentido [L.867-868]
835.	ã estes tẽpos fimples cõ o partiçipio dã á obra algũa mais perfeiçã ã tẽpo [L.868]
836.	O módo pera defeiár no tempo paßádo nam acabádo [L.868-869]
837.	dizemos tambem per rodeo [L.869]
838.	ó tiuęra amádo [L.869-870]
839.	O tempo paßádo nam acabádo do módo pera aiun-/tár [L.871]
840.	tambem ô suprimos per rodeo [L.872]
841.	Suprimos tâbem o tempo uindoiro [L.873]
842.	quãdo dizemos [L.874]
843.	adiferença de Amára,lera,ouira que/ jam do tempo paßádo [L.874-875]
844.	do módo pera de-/feiár [L.875]
845.	que sómente o acento fáz a uariaçám dos tempos/e módos [L.875-876]
846.	Algũus outros módos temos de uariar e fu-/pir os tempos de nóçças coniugações [L.876-877]
847.	os quães por acõ/teçerem [L.877]
848.	poucas uezes leixo [L.877-878]
849.	e tambem por dár matéria/aos coriósos [L.878]
850.	que niçço quiçerem entender [L.878]
851.	Estes me pa-/reçem [L.877-878]
852.	a fáz pera está nóçça introduçám [L.879]
853.	jam mais comũus [L.879-880]

854.	uimos ,que todo [L.881]
855.	o/trabalho estáua de ſingular a plurár[L.881]
856.	Aqui nesta/ <i>formaçã</i> dos uerbos nã ſómẽte está ã os numeros [L.881-882]
857.	por que acreçẽtamos [L.882-883]
858.	dimi-/nuimos [L.883]
859.	e traſtrocamos letras [L.883]
860.	ſegũdo o que cada hũa/destas couſas quẽr [L.883-884]
861.	E dádo que nas rẽgras da forma-/çã nos podeſſemos eſtender [L.884]
862.	como fãzẽ os grãmáticos/gregos e latinos [L.884-885]
863.	(por fer o mais difficultoſo de toda a/grãmática) [L.885]
864.	leixaremos toda curioſidãde [L.886]
865.	dõde ſe pôdẽ tomar rẽgras [L.886]
866.	pera o mais que ca/da hũ quiſẽr acreçẽtãr a eſtes nõſſos prinçipios.[L.886-887]
867.	OS uẽrbos da primeira coniugaçã, fãzem no pre-/tẽrito perfeito [L.888-889]
868.	Todo uẽrbo da ſegunda coniugaçã, fãz no pre-tẽrito em,y,e no participio em,ido [L.890-891]
869.	Tiranſe deſta rẽgra,apráz,trãgo,iãço,cubro [L.891]
870.	que fa/zem no pretẽterito eme [L.891-892]
871.	e dizemos ,aprouue,rouue,/iouue,coube [L.892]
872.	E aprãz,iãço, careçẽm de participio em/bõalinguãgẽ [L.92-893]
873.	por ã os rústicos o fórmã muitas uezes. [L.893-894]
874.	Todo uẽrbo da terceira coniugaçã,tambẽ fãz /no preterito em,y [L.894]
875.	Tiranſe deſta/regra algũus [L.895]
876.	que fãzem no participio em, erto, [L.895-896]
877.	ca dizemos abẽrto/cubẽrto,deſcubẽrto,e encubẽrto. [L.896-897]
878.	Outros uẽrbos te-/mos [L.897]
879.	os quães totãlmẽte nã ſẽgue eſtes rẽgras [L.897]
880.	aque po-/demos chãmar irregulãres: [L.897-898]
881.	Eſtes ſómẽte ſeiam por exẽplo [L.898-899]
882.	ca hũus fãzẽ no preterito ã,im,e us [L.899]
883.	Isto bãste pera conhecimẽto dos preteritos e participios ã gẽrãl [L.900-901]
884.	uenhamos às ſuas <i>for-/mações</i> e dos outros tempos e módos. [L.901-902]
885.	Aſſy como o infinitiuo ẽ hũ módo [L.902]
886.	que noz fãz conheçer [L.902-904]
887.	de que cõiugaçã ẽ qualquẽr uẽrbo [L.904]
888.	podemos tomãr regra pe/ra a <i>formaçã</i> dos outros [L.905]
889.	E tambem lhe deuemos eſta/preeminẽcia[L.905-906]
890.	por que os mininos quando começã formãr nõſ-/ſas palãuras [L.906-907]
891.	primeiro conhecem a elle [L.907]
892.	epor elle os inſinam ſuas mãdres [L.908]
893.	delle começã , [L.909]
894.	e por elle ſuprimos /algũus de feitos da nõſſa linguãge [L.909-910]
895.	em ã a latina ẽ mais/copiõfa [L.910]
896.	Aſy que iuſta couſa ſerãtomãrmos aelle por/primeira poſiçã do uẽrbo [L.910-911]
897.	pera delle formãrmos os/outros módos [L.911-912]
898.	E a ſegunda poſiçã, põde fer o pri-/meiro preſente do numero ſingular [L.912-913]

899.	je della quifermos formár algũas peſſoas [L.913]
900.	Os uerbos da primeira coniugaçám q̃ fázẽ no infi-/nitio em,ár [L.913-914]
901.	fórmam o primeiro presente do módo de-/moſtrador [L.914-915]
902.	perdendo esta ſyllaba <i>finál,ár</i> , e em ſeu lu-/gár poemos,o [L.915]
903.	e fica de Amár, <i>formádo,amo,de can/tár,canto</i> , de louuár,louuo [L.915-916]
904.	Tiranſe deſta reęra,dár,está [L.916-917]
905.	aque poemos [L.917]
906.	ou, e di-/zemos,dou,eſtou [L.917]
907.	E tambem je tira eſte uęr/bo ey [917-918]
908.	que ę de todo irregulár [L.918]
909.	por q̃ ſendo da primeira cõiuęaçã, acá/ba no ãfinitio ẽ,er [L.918-919]
910.	q̃ pareęe da ſegũda [L.919]
911.	dizemos,Ey [L.921]
912.	Os uerbos da ſegunda coniugaçám fázem no in-/finitio ẽ,er [L.921-922]
913.	e fórmã oprimeiro presente acreęentan-/dolhe tambẽ,o [L.923]
914.	Tiranſe deſta reęra muitos [L.924-925]
915.	que ſeguẽ di/ferẽtes <i>forma/ções,como</i> [L.925]
916.	ca dizemos,põho,/cõponho,anteponho, poſponho [L.925-926]
917.	E dizer,cõ ſeus cõpo/stos [L.926]
918.	ca dizemos,di/go,bendigo,máldigo [L.927-928]
919.	os quães cáſy cada hũ per ſy faz ſua <i>forámaçã</i> [L.929]
920.	Os uerbos da terceira cõiuęaçã, terminã o infi/ni/uo ẽ,ir [L.929-930]
921.	e formám o ſeu preſẽte pela maneira das outras/cõiuęações [L.930-931]
922.	poẽdo ẽ lugar de, <i>ir,esta letera,o</i> , [L.931]
923.	e fica for/mádo,firo,de,firir , [L.931-932]
924.	Tiranſe deſta reęra,ouuir,a/ligir,uir,/ir,cair,concluir,... [L.932-933]
925.	ca dizemos [L.934]
926.	E o uęrboſu-/ſtantiuo ſou, tambem careęe da regra ęeral dos uęr-/bos [L.934-935]
927.	por que fáz no infi/ni/uo em,er [L.935-936]
928.	e quando o tra-zemos ao primeiro preſente [L.936]
929.	dizemos, ſou [L.936]
930.	E por//ſer muy irregulár em ſuas <i>formações</i> nam falaremos/mais delle [L.936-937]
931.	nem menos daremos reęras dos outros tẽpos/e módos [L.937-938]
932.	por que báſta pera [L.238]
933.	os ſaber formár as cõiu-/gações [L.238]
934.	que a olho nos móſtrã as leteras <i>finães</i> [L.939]
935.	em que/os uerbos que põdem ter reęra ęeral [L.939-940]
936.	je terminam [L.940]
937.	Por/que dos irreguláres á hy tanto numero [L.940]
938.	que ſeria mayór o capelo que a cápa [L.940-941]
939.	(como/ diz o prouerbio) [L.941]
940.	e por nã/ cairmos nele [L.941]
941.	ante ſeiamos bręue que prolixo [L.941-942]
942.	A uęrbó ę hũa das nóue pártes da óra/çã [L.942-943]
943.	q̃ ſẽpre anda cõiũya e coſeita cõ o/uęrbo [L.943]
944.	e daquy tomou o nome [L.943]

945.	por ã/ad, quer dizer cerca [L.943-944]
946.	e cópósto cõ,uer/bũ, fica aduerbiu [L.944]
947.	Foy eſta/párte muy neçeſária [L.944-945]
948.	cá per ella je denòta a eficácia/ou remiſſã do uerbo [L.945]
949.	por ã quando digo [L.945-946]
950.	eu amo a uerdá/de [L.946]
951.	demóſtro ã ſimpleſmête [L.946]
952.	fáço eſta óbra de amár, [L.946-947]
953.	eu amo muito uerdáde [L.947]
954.	p eſte auerbio, muito/ denóto a câtidáde do amor [L.947-948]
955.	ã tenho à couſa [L.948]
956.	E je diſer [L.948]
957.	amo pouco a uerdáde [L.948]
958.	cõ eſtepouco je diminuye o mui-/tode cima [L.948-949]
959.	e nã amo a uerdáde [L.949]
960.	deffáço toda a óbra de/amár [L.949]
961.	Acrecenta [L.950]
962.	de-/minuye , [L.950]
963.	e totálmête deſtruye a óbra do uerbo [L.950]
964.	a que je/aiunta [L.950-951]
965.	e elle e [L.951]
966.	o que dá aos uerbos câtidáde [L.951]
967.	E a cada hũ dos// auerbios acõtece eſtes acidêtes [L.952-953]
968.	AS eſpécias do auerbio ſam duas [L.953-954]
969.	como, de bõ je deriua ,bem [L.954-955]
970.	Como os auerbios ſam muitos [L.956-957]
971.	as quâes nam podemos comprêder todas [L.957-958]
972.	ſómente porey algũas [L.958-959]
973.	Per outra maneira foprimos gram diuerſidáde de auer/bios [L.967-968]
974.	e dizemos . Boamente... [L.968]
975.	PRepoſiçã, e hũa pártte das nóue [L.970]
976.	Quãdo e per aiütamento [L.972]
977.	ordenafe /per eſte módo [L.972]
978.	eu uou á eſcola [L.972]
979.	je chama prepoſiçã [L.973]
980.	aquál rege o cáſo accuſa/tiuo [L.973]
981.	e neſte está o nome eſcõla [L.973-974]
982.	E je diſſer , [L.974]
983.	eu apróuo /tua doutrina [L.974]
984.	e dizemos , apróuo [L.975]
985.	Singçela,como quãdo dize-/mos ,cerca [L.976-977]
986.	e cópóſta,acreçẽtandolhe,eſta prepoſiçã,a,// diz açerca [L.977-978]
987.	E muitas uezes,quãdo as aiütamos per cópoſiçã ao uerbo [L.978-979]
988.	mudã a ſini-/ficaçam delle [L.979]
989.	e as que je aiuntã [L.979]
990.	ſam estas,a,cõ,des,re [L.979-980]

991.	como acordár,do quál nã temos o fimples,cõcordár,de/facordár,recordár,Aprazer,cõprazer,de/apra-/zer [L.980-981]
992.	e outros muitos a que se estas prepozições aiuntam [L.981-982]
993.	Estas prepozições hũas regem genitiuo [L.983-984]
994.	As do genitiuo, fam ,de,do [L.984-985]
995.	OS gregos contáram esta páрте da inter-/ieičam cõ o auerbio [L.986-987]
996.	Os latinos diftintamēte falárã della [L.987-988]
997.	(aquem/ nós seguimos) [L.987-988]
998.	nã ę mais q̃ hũa denotaçã [L.988]
999.	do que a álma padeçe . [L.988-989]
1000.	E antre muitas que temos [L.989]
1001.	estas/ fam as mais comũus. [L.989]
1002.	Ay,ou,ex: fam de quem fente dor [L.989-990]
1003.	Há,há,he:de quem ry [L.990]
1004.	Iefu:de quem se espanta [L.990]
1005.	Ay ay,de quem finte prazer [L.990]
1006.	A deos:de quem exclama [L.992]
1007.	A há:de quẽ cõpreende alguẽ em malefiçio. [L.992-993]
1008.	Huy:de quem zomba [L.993]
1009.	Outras muitas interieičões temos [L.993-994]
1010.	que mais se demostrã /nos autos e meneos [L.994]
1011.	de quem os fáz [L.994]
1012.	do que a letera os pó/de exprimir [L.994-995]
1013.	que caşy fam tantas.em eşpeçia [L.995]
1014.	como te-mos de paixões naturáes [L.995]
1015.	Tequy, tratamos das primeiras tres pár-/tes da grãmática [L.996-997]
1016.	fica agóra uermos a quarta [L.997]
1017.	que ę da cõ/ştruiçã [L.997]
1018.	Esta ę hũa cõueniēçia antre pártes [L.997-998]
1019.	póftas ę feus na/turáes lugáres [L.998-999]
1020.	per as quáes uimos ę cõhiçimēto dos nóş/şos cõçeitos [L.999]
1021.	Ebẽ como,ao hómẽ ę natural a fála [L.999-1000]
1022.	aşşy/lhe ę natural a cõuniēçia destas pártes [L.1000]
1023.	e por nam ferem uniuerfáes a todos [L.1002]
1024.	lhe/ podemos chamar açidentáes. [L.1002-1003]
1025.	Nós tomaremos da nóşfa/conştruiçám o mais neceşário [L.1003]
1026.	como temos de cuştume [L.1004]
1027.	Dvas coufas aqueçem á conştruiçam [L.1005]
1028.	Concordância ę hũa cõueniençia [L.1005]
1029.	Da cõcordaçia daremos reęras e exēplos. [L.1009-1010]
1030.	Regimento ę quando hũa diçám [L.1010]
1031.	se construe com/ outra diuerşa a ella [L.1010-1011]
1032.	şómente per hũa eşpeçiał natureza,cõ que obri-/ga [L.1011-1012]
1033.	e fogeita a seguinte [L.1012]
1034.	a fer pósta [L.1012]
1035.	em algum dos dos cáşos que temos [L.1012-1013]

1036.	como je uerá ao diante[L.1013]
1037.	jam os/nomes sustantiuos com os seus aietiuos [L.1014-1015]
1038.	Aqui estam os hómẽes [L.1015]
1039.	por/nome sustântiuo ẽ numero plurár:e jam do gẽnero maf-/culino [L.1015-1016]
1040.	e estám no caço noĩatiuo, [L.1016]
1041.	como je póde uer per/suas regras [L.116-11]
1042.	A todas estas coufas correspõde o no-/me aietiuo, bõos [L.1017]
1043.	cõ ã perfeitamẽte reçebemos aq̃lla no-/tiçia [L.1018]
1044.	E nã diremos ,hómẽ boa [L.018]
1045.	ca deffa/leçe naturál órdẽ da cõstruiçã [L.1018-1019]
1046.	per ã nos auemos de en/tẽder [L.1019]
1047.	e pareçerá mais fála de negros ã de bõ portugues [L.1019-1020]
1048.	os pronomes e partiçipios/que temos [L.1021]
1049.	je aiunatam cõ os nomes sustantiuos [L.1021-1022]
1050.	ainda que/na órdem de preçederem açerca de nós [L.1022]
1051.	E nã te-/mos niçto mais regra ã o cõjintimento da orelha [L.1024]
1052.	ca dizemos [L.1025]
1053.	uerdáde ẽ que na segunda peçoia no módo imperati-/uo [L.1026-1027]
1054.	podemos dizer [L.1027]
1055.	Antonio tu irás ler a liçám [L.1027]
1056.	quando está em/o cáço nominatiuo [L.1028]
1057.	que á de cõuir com o uerbo em nu-/mero e peçoia [L.1028-1029]
1058.	como quando digo [L.1029]
1059.	eu amo . [L.1029]
1060.	Quando o nome ẽ relatiuo [L.1029]
1061.	á de conuir cõ o seu/antecedente [L.1029-1030]
1062.	como eu amo/os moços [L.1030]
1063.	os quães fólgam de aprender , [L.1030-1031]
1064.	Este nome,mo/ços,ẽ do gẽnero mafculino [L.1031]
1065.	A todas estas coufas corresponde o seu/relatiuo ,os quães [L.1032]
1066.	por ferem mafculinos [L.1032-1033]
1067.	E nam responde em cá-/ço [L.1033]
1068.	por que os moços estám em accusatiuo [L.1034]
1069.	onde o uer-/bo fáç operaçám [L.1034]
1070.	e os quães,estám no cáço nominati-/uo [L.1034-1035]
1071.	por ferem autores da quella óbra [L.1035]
1072.	Estas/ jam as reças gẽraes da nóba construiçã, [L.1035-1036]
1073.	agóra ueia-/mos das particuláres e acidentáes [L.1036]
1074.	os uerbos ou jam peçoias,ou im/peçoias [L.1037-1038]
1075.	Peçoias jam os que tẽ nũeros e peçoias [L.1038]
1076.	Onde/ cláramẽte uemos dous numeros, fngulár e plurár [L.1039]
1077.	Os que pájam [L.1041]
1078.	chamãlhe os latinos trã/jitiuos [L.1042]
1079.	eu amo a cien/çia [L.1042]
1080.	a auçám do quál uerbo,amo, páça na ciẽcia [L.1042-1043]
1081.	por ã hũus reçẽ genitiuo [L.1043-1044]

1082.	Os que ręgem genitiuo [L.1044-1045]
1083.	řam estes e outros řemel-/hâtes [L.1045]
1084.	marauilhome da grãdeza de deos, [L.1045-1046]
1085.	lembrome dos/řeus benefiçios [L.1046]
1086.	eřqueęeęe dos meus pecãdos [L.1046]
1087.	por que eu/uřo das uirtudes, [L.1046-1047]
1088.	e careęo dos uiçios [L.1047]
1089.	Todo uerbo que řinifica comprar,obedeęer [L.1047]
1090.	ou/cuio auto dã proueito ou dano a algũa couřa [L.1047-148]
1091.	řiruo a deos, [L.1048]
1092.	obedeęo a elrey, [L.1049]
1093.	aproueito a meus amigos, [L.1049]
1094.	empeęo aos řeus contrairos. [L.1049]
1095.	Os uerbos que ręgem acufatiuo [L.1049-1050]
1096.	própriamęte řam /os trãřitiuos [L.1050]
1097.	Amo a uirtude [L.1050]
1098.	auorreęo o uiçio [L.1050-1051]
1099.	leo os liuros [L.1051]
1100.	aprendo ciência [L.1051]
1101.	ouço grammãtica [L.1051]
1102.	e gã-/ho honra [L.1051]
1103.	Os que ręgem genitiuo ou ablatiuo depois doacufati-/uo [L.1052]
1104.	řam todolos [L.1052]
1105.	que řinificam encher ou uazãr algũa/couřa [L.1052-1053]
1106.	como, eu enchy a cářa de trigo [L.1053]
1107.	e uazey a bolřa de/dinheiro [L.1053-1054]
1108.	Ey pie/dãde de ty [L.1054]
1109.	tęho uergonha da mentira [L.1054-1055]
1110.	Outros depois do accufatiuo quęrę datiuo [L.1055]
1111.	Eu dou grãças a deos [L.1056]
1112.	řãço bę aos próues [L.1056]
1113.	ępreřto dıhei/ro a meus amigos [L.1056]
1114.	e nã dou logro aos onzeneiros [L.1056-1057]
1115.	Os uerbos peboães cuia auçã nã pářřa ę outra cou/řa [L.1057]
1116.	řam os que própriamente [L.1058]
1117.	ře pódem chamar neutros [L.1058]
1118.	e que depois de řy nam quęrem cářo řenam mediãte pre/pořiçã [L.1058-1059]
1119.	Eřtou na igreia [L.1059]
1120.	uou á eřcóla, [L.1059]
1121.	uigio de dia [L.1059]
1122.	durmo denoite, [L.1059-1060]
1123.	acórd o aboas óras, [L.1060]
1124.	nauego no uerãm [L.1060]
1125.	řólgo no inuęrno [L.1060]
1126.	OS uerbos impeřoães, řam os que [L.1061]
1127.	e ře coniugam pelas teręeiras [L.1062]

1128.	como uimos na/difiniçã delles [L.1062]
1129.	que an-/te de fy querẽ dtõ, e depois de fy hũ uerbo do módo infi/nito [L.1063-1064]
1130.	o quáil rege o cáfo do feu uerbo per semelháte exẽ-/plo [L.1064]
1131.	Amy cõue dár doutrina, [L.1064-1065]
1132.	a ty relqua aprẽder cien/cia, [L.1065]
1133.	aos hómeẽs apraz ter diheiro [L.1065]
1134.	ás molheres cõpre one/ftidáde [L.1065-1066]
1135.	e a todos obedeçer aos preçeitos da igreja [L.1066]
1136.	pera depois de fy regerẽ algũus cáfos, [L.1068]
1137.	muitos nomes tẽ preminẽcia de regerẽ outros [L.1068-1069]
1138.	quando fe aiuntam a elles [L.1069]
1139.	dos quáes hũs re/gẽ genitiuo, outros datiuo, outros genitiuo e datiuo [L.1069-1070]
1140.	Todo nome fustantiuo apellatiuo em quáiquer cá-/fo que estiuer [L.1070-1071]
1141.	põde reger genitiuo [L.1071]
1142.	cuio subdito fica [L.1071]
1143.	co-/mo, quando dizemos [L.1071-1072]
1144.	amo a uerdáde dos hómẽes [L.1072-1073]
1145.	dizemos mais, [L.1073]
1146.	Temos tambem algũus nomes aietiuos [L.1074]
1147.	que é ao contraio destes atrás. [L.1075]
1148.	Hũus regẽ genitiuo [L.1075]
1149.	Outros regem datiuo [L.1077]
1150.	Outros regem genitiuo e datiuo [L.1078-1079]
1151.	muitas dições fe regẽ delle [L.1080-1081]
1152.	Muitas uezes fe aiun-/tam dous em algũa cõiunçã [L.1082]
1153.	como, muito bem fe fez ifto [L.1082]
1154.	E como coniuçã fe aiuntam dous e tres [L.1082-1083]
1155.	fe oueram os Romanos contra os/Cartaginenfes [L.1084]
1156.	O segundo acidente ç que [L.1084-1085]
1157.	que defeia [L.1085]
1158.	de fe/aiuntár ao uerbo [L.1085]
1159.	aque dá mais ou menos finificaçám [L.1085-1086]
1160.	como, muy má compriste comigo [L.1086]
1161.	Terceiro acidente/ ç [L.1086]
1162.	algũus tem força de regerem cáfos [L.1086-1087]
1163.	Atrás uimos [L.1088]
1164.	quando falamos das prepozições [L.1088]
1165.	que/hũas eram do cáfo genitiuo [L.1088-1089]
1166.	por que cada hũa rege o cáfo [L.1089]
1167.	de que/ tomou o nome [L.1089-1090]
1168.	As que regem genitiuo [L.1090]
1169.	jam : Debaixo/ do çeo, fóra do reino [L.1090]
1170.	As que regẽ acusatiuo [L.1091]
1171.	jam eftas e outras seme-/lhantes, [L.1091-1092]
1172.	AS que regem ablatiuo [L.1093]
1173.	jam as dos seguintes ex-/emplos [L.1093]

1174.	SE ouuefçemos de trátar [L.1094]
1175.	de quantas eſpeçias hy á de/confunçám [L.1094-1095]
1176.	feria curioſidade enoióſa [L.1095]
1177.	báſta/faber [L.1095]
1178.	que temos duas coniuções mais comũus [L.1095-1096]
1179.	A huã/ chamam copulatiua [L.1096]
1180.	por que/ aiunta as pártes antre ſy [L.1096-1097]
1181.	aquál/mas propriamente ſe deue chamar diſiunçám [L.1097-1098]
1182.	por que diuide pártes [L.1099]
1183.	A copulatiua aiũta as pártes [L.1099]
1184.	Alexãdre e Ceſar e Hanibal e Põpeo e Pirro/ forã grandes capitães [L.1100]
1185.	e nam/ repitirmos tâtas uezes a coniuçám [L.1101]
1186.	com huã jó pó-/sta ante aderradeira pártre [L.1101-1102]
1187.	a iuntamos totalas outras/preçedentes [L.1102]
1188.	antre as quães ella fica entendida [L.1102-1103]
1189.	Alexandre, Ceſar, Hanibal, Põpeo, e Pirro foram /grandes capitães [L.1103]
1190.	A outra que chamamos diſiuntuiua [L.1103-1104]
1191.	ſerue nos exemplos ſemelhantes [L.1104]
1192.	dos filóſofos Sócrates/ou Platám,ou Ariſtóteles,nã fey quál [L.1104-1105]
1193.	diz que [L.1105]
1194.	(como uimos atrás) [L.1107]
1195.	como ſam os eſeitos da álma [L.1107]
1196.	á hy algũas [L.1108]
1197.	que reçgem cáſos, [L.1108]
1198.	huã/uocatiuo,que ſam pera chamar [L.1109]
1199.	de algũa/couſa doendoſe della [L.1109-1110]
1200.	Outras reçgem geni/tiuo [L.1110-1111]
1201.	que ſam aquelles [L.1111]
1202.	que denótã triſteza [L.1111]
1203.	Nam jómẽte temos ã acõſtruiçã das/pártes [L.1113]
1204.	as reç-/gras que atrás uimos [L.1113-1114]
1205.	que aſſy na fá-/la como na eſcritura cometemos [L.1114-1115]
1206.	Figura e huã fórma de dizer [L.1115]
1207.	Eſtas figuras ſe diuidẽ ã dous gêneros [L.1116]
1208.	de que/ depẽdẽ muitas eſpeçias [L.1116]
1209.	Ao primeiro uiço chamamos / Bárbariſmo [L.1116-1117]
1210.	Bárbariſmo, e uiçio [L.1117]
1211.	que ſe comete na eſcritura de/cada huã das pártes [L.1118]
1212.	E ã nenhuã párt-/te da tẽrra ſe comete [L.1118-1119]
1213.	por cauſa das muitas nações q̃ trouxemos [L.1119-1120]
1214.	Por q̃ bem como os gregos e/Roma auia por bárbaros totalas outras nações [L.1120-1121]
1215.	por nam poderẽ formár ſua linguáge [L.1121-1122]
1216.	aſſy/nós podemos dizer [L.1122]
1217.	que as nações de Africa, Guine, Aſia, Braſil, bárbarizam [L.1122-1123]
1218.	quando querẽ imitar a nóſſa. [L.1123]

1219.	trataremos fô/mête daquelles [L.1124]
1220.	per que mais comũmente falámos ẽ ora-/çám foluta [L.1124-1125]
1221.	por que como ia diffe [L.1125]
1222.	quando tratey do açẽ-/to [L.1125]
1223.	as coufas ã cõpçtem aos poetas [L.1125-1126]
1224.	ficarã pera quando [L.1126]
1225.	for restituído a este reino o ufo das tróuas. [L.1126]
1226.	Ao presen/te ueiamos as efpçias do nõjfo bárbarifmo [L.1126-1127]
1227.	os uocábu-/los das quáes ainda que seiam gregos [L.1127-1128]
1228.	tomáremos co-// mo [L.1128-1129]
1229.	tomáram os latinos [L.1129]
1230.	que ç a primeira efpçia [L.1129-1130]
1231.	quer dizer ,acreçẽ/tamẽto [L.1130]
1232.	comçeteje este uiçio [L.1130]
1233.	quando je creçeta algũa le/tera [L.1130]
1234.	como, quã/do dizemos [L.1131]
1235.	porã do prinçipio/dalgũa diçã cortamos [L.1132-1133]
1236.	etiramos algũa letera ou fyllaba [L.1133]
1237.	ã ç o cõtrário do decima [L.1133]
1238.	tiramos ,de, [L.134]
1239.	e dizemos ,terminár [L.1134]
1240.	que ç o fimples [L.1134]
1241.	por que quando/ã cometemos [L.1135]
1242.	que em lugar de,s,que lhe ti/ramos [L.1136]
1243.	que arrebáta a fyllaba final [L.1136-1137]
1244.	os E di-/zemos ,todolos,cõ hũ fô,l [L.1137]
1245.	como fázẽ os que nam [L.1137-1138]
1246.	sentem que esta pártẽ,todolos[L.1138]
1247.	ç compósta/destas duas [L.1138]
1248.	ca je córta do meo/da diçã letera ou fyllaba[L.1139]
1249.	que ç o contrairoda decima [L.1139-1140]
1250.	como quando dizemos [L.1140]
1251.	comçeteje :este/uiçio [L.1141-1142]
1252.	quando em fim dalgũa paláura je acreçenta letera/ou fyllaba [L.1142]
1253.	como je fáz nos rimãçes antigos [L.1142-1143]
1254.	ã por faze/rẽ cõfoante [L.1143]
1255.	diziã , [L.1143]
1256.	os ã me foẽ guardáre,por guardár [L.1143]
1257.	ã ç o cõtrai-// ro de estotra [L.1144-1145]
1258.	ã acreçeta [L.1145]
1259.	como quãdo dizemos .fidálgo [L.1145]
1260.	ca per ella aparta-/mos hũa fyllaba em duas pártes [L.1146-1147]
1261.	como quando dizemos [L.1147]
1262.	que ç cõtrario deftou-/tra [L.1148]
1263.	pois per ella aiuntamos duas leteras uogáes em hũa [L.1148-1149]
1264.	je/ouuç de oulhár ás cauças de effe hóme [L.1149-1150]

1265.	que caſy ę como a/deçima [L.1150]
1266.	o quáł uiçio cometemos [L.1150-1151]
1267.	quando algũa diçã acá/ba em letera uogál [L.1151]
1268.	e je começa outra uogál [L.1151-1152]
1269.	por que entam lançamos hũa das vogáes <i>fóra</i> neſte mó/do [L.1152]
1270.	Tempo ę dandár da quy [L.1152-1153]
1271.	e fázje quando [L.1153]
1272.	algũa/diçã acába ěletera cõfoante [L.1154]
1273.	e começa outra [L.1154]
1274.	q̃ pronüci/ando ambas fázẽ fealdáde [L.1154]
1275.	e pela eutár [L.1154-1155]
1276.	lãçamos hũa/ <i>fóra</i> [L.1155]
1277.	fól luzente, ſotil ladrám [L.1155]
1278.	como quando dizemos ,dixe,por,dijje [L.1156-1157]
1279.	Aquál <i>fi-/gura</i> ę açerca de nós muy uſáda [L.1157]
1280.	que tomamos da pronunçiaçã mourijca [L.1158]
1281.	ain/da que algũus digam [L.1158]
1282.	que deuemos dizer ,dixe [L.1158-1159]
1283.	por que /no peterito latino este uerbo,dico, fáz ,dixi [L.1159]
1284.	Metateſis ę derradeira eſpçia [L.1159-1160]
1285.	das que açerca de nós// je cometem em letera ou ſyllaba [L.1160-1161]
1286.	por que per ella traſtrocamos as leteras [L.1161-1162]
1287.	E como os que fálam uaſcoço [L.1163]
1288.	que trócam hũas le/teras por outras [L.1163]
1289.	SOLaciſmo, ę o ſegũdo gẽnero [L.1163-1164]
1290.	dos uiçios que podemos/cometer [L.1164]
1291.	eſte je comete na conſtruçã e órdem das pár-/tes [L.1164-1165]
1292.	quando dellas uſamos per algũ módo [L.1165]
1293.	de/hũa çidáde de Cęliçia que je chamáua ,Solos [L.1166]
1294.	aquál di-/zem [L.1166-1167]
1295.	que pouoou Solon [L.1167]
1296.	E por que aesta pouoaçã cõ-/correram poucos de diueſas nações [L.1167-1168]
1297.	que corrõperam a/uerdadeira e pura lingua dos gregos [L.1168]
1298.	chamaram elles/ á esta corruçã Solæciſmo [L.1168-1169]
1299.	donde os Romanos to-/máram este uocábulo [L.1169]
1300.	que nós óra uſamos . [L.1169-1170]
1301.	tomaremos ſó-/mente [L.1170]
1302.	e outras fiquem com/ſeu dono [L.1171]
1303.	Prolepſis,quer dizer, antiçipaçã, Cometeje [L.1171- 1172]
1304.	quando/ partimos ě diueſas pártes algũa generalidáde, [L.1172-1173]
1305.	Dos hómẽes,hum ę leterádo [L.1173]
1306.	e todos cuidam [L.1174]
1307.	que açertam [L.1174]
1308.	Zeuma,que ę o contrario desta deçima [L.1174]
1309.	por que per eſta <i>figura</i> damos muitas pár-/tes a hum uerbo [L.1175-1176]
1310.	e o bom fráde na religiã je deleita [L.1177]

1311.	E fen-/do eſpeçia de Zeuma, e contraira aella [L.1178]
1312.	ca correjon-/dê muitos uerbos a hum ſoposto [L.1178]
1313.	Elrey doom Ioam o primeiro, uẽçeo a batálha réal [L.1178]
1314.	e paſou em Africa [L.1178]
1315.	e tomou ceita,aos mouros, [L.1178]
1316.	e tor-/nouſe a eſte reino uitorioſo, [L.1179]
1317.	onde faleçeo [L.1179]
1318.	colhemos com humn uerbo hũa/clauſula [L.1183]
1319.	Tu e António e os bõos hómẽes/com as molhẽres deuótas folgayes de ouuir as uidas dos/ſantos [L.1184-1185]
1320.	Appoſiitio,quer dizer, apoſtura,aquál ſe fáz [L.1185]
1321.	quando/ aiuntamos dous nomes ſuſtantiuos [L.1185-1186]
1322.	que/hum eſpõe [L.1186]
1323.	e decrára o outro [L.1186]
1324.	o Tejo,rio prinçi-/pál de Európia: entra no már [L.1186-1187]
1325.	ca per eſta figu/ra a couſa que á de eſtár em hum cáſo [L.1188-1189]
1326.	poemos em ou-/tro [L.1189]
1327.	do hómẽ de que faláua-/mos [L.1189]
1328.	uẽm agóra [L.1189-1190]
1329.	por que pelapár-// te entendemos o todo [L.1190-1192]
1330.	como, ſeme preguntábem [L.1192]
1331.	quan-/tas uẽlas traz elrey nóbo ſenhor [L.1192-1193]
1332.	e eu reſpondeſſe ,trezentas [L.1193]
1333.	e e uiçio que [L.1194]
1334.	a orelha/ reçebe mal [L.1194]
1335.	e cometeſe quando do <i>fim</i> de hũa paláura e/do prinçipio doutra [L.1194-1195]
1336.	ſe fáz algũa <i>fealdáde</i> [L.1195]
1337.	ou ſignifica /algũa torpeza [L.1195]
1338.	por que/ entam ô cometemos [L.1197]
1339.	quando ſe dizem algũas [L.1197-1198]
1340.	que ſe po-/diam eſcuſár [L.1198]
1341.	Oulhume com os ſeus ólhos [L.1198]
1342.	e fa-/loume com a ſua boca [L.1198-1199]
1343.	por que ninguem póde oulhár [L.1199]
1344.	aquál/ cometemos quando per paláuras dobrádas [L.1200-1201]
1345.	dizemos o que [L.1201]
1346.	ſe pode dizer per poucos [L.1201]
1347.	e entam ſe comete [L.1203]
1348.	quando contamos algũa couſa, [L.1204]
1349.	pera concluir hũa ſentença [L.1204]
1350.	co/mo ſe alguẽ debeſe . [L.1204-1205]
1351.	que óra reina neſtes reinos de Portu-/gál [L.1205-1206]
1352.	que mandou buſcár per todo o ſeu reyno [L.1206-1207]
1353.	mandou fá-// zer muy <i>fórtes</i> arcos [L.1207-1208]
1354.	com que ueo agua da/ <i>fóte</i> da práta [L.1208]
1355.	O quáal redeo de pa-/lauras ſe concluye nesta ſentença [L.1209]

1356.	Elrey dom Ioam/ o terceiro mandou trazer a Euora [L.1209-1210]
1357.	Eu meſmo me ando folgando [L.1212]
1358.	Esta ẽ hũa figura /muy comum anós [L.1213]
1359.	e de que nos muito feruimos [L.1214]
1360.	como quando di-/zemos [L.1215]
1361.	ao muito maniſico ſe-/nhor <i>foam</i> , faleçe [L.1215]
1362.	aqui feia dáda [L.1215-1216]
1363.	aquál co-/metemos [L.1216]
1364.	alguem or-/dena a linguágem [L.1217]
1365.	ſegundo o latim iáz [L.1217]
1366.	como hũa óra-/raçám aquál eu uy [L.1217-1218]
1367.	per hum le-/terádo que ſe prezáua de eloquente [L.1218-1219]
1368.	ediffe [L.1219]
1369.	Dános ſe-/nhor aquella [L.1219]
1370.	aquál o mũdo nam póde dár páz [L.1219]
1371.	Danos ſenhora aquella paz [L. 1220]
1372.	que o mundo nam/ póde dár [L.1220]
1373.	E outro que eſcreuia , dizêdo [L.1220-1221]
1374.	fou /abitante [L.1221]
1375.	pelas// quães uimos a duuidár [L.1221-1222]
1376.	das quães mui-/tas uezes ſe ſeguẽ grandes demandas [L.1223-1224]
1377.	Como ſe cõta de/hum hómem [L.1224]
1378.	que tinha hũa filha bastárda [L.1224-1225]
1379.	quando ueo /a óra da mórte [L.1225]
1380.	<i>fez</i> hum testamento [L.1225]
1381.	e diffe [L.1225]
1382.	Leixo a/ <i>foám</i> por meu herdeiro [L.1225-1226]
1383.	e mando que [L.1226]
1384.	de a minha filha [L.1226]
1385.	tudo aquilo que elle quiſer [L.1226-1227]
1386.	dáualhe o herdeiro çẽ mil reáes [L.1227]
1387.	que era muy pouco [L.1228]
1388.	e ſobre i[ſ]o ueçrã /a iuizo [L.1228]
1389.	quanto ua-/lia a fazenda [L.1229]
1390.	e quando dáua á moça [L.1229]
1391.	reſpondeo que [L.1229]
1392.	ualia hum conto [L.1229-1230]
1393.	e que lhe dáua çem mil reáes[L.1230]
1394.	Dij-/ſe o iuiz [L.1230]
1395.	lógo uós quereis [L.1230]
1396.	Reſponde o herdeiro, Sy [L.1231]
1397.	uós aue-/reis çem mil reáes [L.1232]
1398.	por que ella/ á de auer aquillo [L.1232-1233]
1399.	que uós quereis da fazenda [L.1233]
1400.	e esta foy a ſua uontáde [L.1233-1234]
1401.	mas leixou a uerba am-/fibológica [L.1234]

1402.	por ouhárdes melhor pola <i>fazenda</i> [L.1235]
1403.	te ella fer [L.1235]
1404.	em idade pera cafar . [L.1235]
1405.	E destes exêplos/ á hy muitos [L.1235]
1406.	de que os oráculos dos gentios ufáuã pera/enganár [L.1235-1236]
1407.	a qual cometemos [L.1237]
1408.	quando fe repête hũa coufa [L.1237]
1409.	pois que te chamo [L.1238]
1410.	nam me nêgues teu <i>fauor</i> . [L.1238-1239]
1411.	co-mo quãdo por encher a óraçám [L.1240-1241]
1412.	aiuntamos muitos <i>fú-/fãntiuos e aietiuos</i> [L.1241]
1413.	Esta <i>figu/ra</i> fe comête [L.1243]
1414.	quando muitas dições fe começam em hũa/mejma letera [L.1243-1244]
1415.	como/quando os aiuntamos [L.1245]
1416.	e jam diſtintos, [L.1245-1246]
1417.	aquál <i>figura</i> fe co-/mête quando [L.1247-1248]
1418.	leuamos hũa ſentença <i>ſuſpenſa</i> [L.1248]
1419.	e no <i>fim</i> dellas aremata-mos [L.1249]
1420.	A ty ſenhor que este mundo/de nenhũa coufa criáſte [L.1249-1250]
1421.	e ô conferuas gouernando em/ſeu <i>fer</i> [L.1250]
1422.	peço que [L.1250]
1423.	te lembres /de <i>my</i> [L.1251]
1424.	comê/teſe esta <i>figura</i> quando muitas paláuras [L.1251-1252]
1425.	ſe/aiuntam per coniuçám a este modo [L.1252]
1426.	Ceſar e Pompeo/e Hanibál foram os príncipaes capitães do mundo [L.1253]
1427.	e delles, o primeiro morreo ás punhaladas [L.1253-1254]
1428.	o quá/ ſefáz quando muitas pártes e claufulas [L.1256]
1429.	ſe aiuntã <i>fem/ coniuçám</i> [L.1256-1257]
1430.	Teu coraçám iuſto fáz tuas palá-/uras ſeguras [L.1257]
1431.	aquellas que os mãos/fálam [L.1258]
1432.	Metaphora queſer dizer tranſformaçám, Desta uſa-/mos [L.1258]
1433.	atribuimos a outra [L.1259]
1434.	como per hum ho-/mem ſabedor dizemos [L.1260]
1435.	ê hum Salamám [L.1260]
1436.	E por hum li-/berál, ê hum Alexandre [L.1260-1261]
1437.	e por hum eſforçádo, ê hum/ Eitor [L.1261]
1438.	e comêteſe /quando [L.1262]
1439.	poemos o instrumento pola coufa [L.1262]
1440.	que com elle/ ſe fáz [L.1262]
1441.	ou a matéria polo que ſe fáz della [L.1263]
1442.	Ceſar morreo a <i>fêro</i> [L.1264]
1443.	com que o mataram [L.1264]
1444.	quãdo poemos algum nome comum por outro pró-/prio [L.1265-1266]
1445.	E isto por algũa excellençia que o próprio tê [L.1266]
1446.	co-/mo ſe entêde per <i>filóſofo</i> , Aristoteles [L.1266-1267]
1447.	E/ cometemos esta <i>figura</i> [L.1268]

1448.	quando com hum nome aieti-/uo queremos louuár ou abater algũa peñoa ou coufa [L.1269]
1449.	Desta/figura ufáram os antigos [L.1272]
1450.	quando pera denotár abom-/bárda [L.1272]
1451.	lhe chamáram ,trom,[L.1272-1273]
1452.	do que fáz quando tira [L.1273]
1453.	e/ nós dizemos ,retinir das que tinem [1.1273]
1454.	Como Vir-/gilio,que pera exprimir o fom da trombeta [1.1273-1274]
1455.	Taratan-/ra dixit [L.1274]
1456.	Desta figura/ ufamos quando [L.1275]
1457.	outras pauláuras fóra do feu propófito [L.1276]
1458.	aley de/Christo e aque [L.1276-1277]
1459.	á de fajuár todos [L.1277]
1460.	Esta figu-/ra fe comete ,quãdo [L.1277-1278]
1461.	quãdo por louuár ou abater algũa coufa [L.1278]
1462.	dizemos outra [L.1278]
1463.	que trejpáffa a uerdáde [L.1278-1279]
1464.	Dá /brádos [L.1279]
1465.	que o ouuirám em todo mundo [L.1279]
1466.	Dá /brádos [L.1280]
1467.	que o ouuirám em todo mundo [L.1280]
1468.	e e tam grande[L.1280]
1469.	que chega te o ceo [L.1280-1281]
1470.	de que esta e a primeira [L.1288-1281]
1471.	quãdo per/hũa coufa entendemos outra [L.1281]
1472.	per o cordeiro pa[-/coál dos iudeos entendemos Christo nó[ss]o redemtor [L.1281-1282]
1473.	Desta ufamos /quando [L.1283]
1474.	per o contrário fe diz [L.1283]
1475.	o que queremos [L.1283-1284]
1476.	quando fe diz ao moço [L.1285-1286]
1477.	que fêz algum erro [L.1286]
1478.	tende-/lo fenhoer muy bẽm feito [L.1286]
1479.	tenho uolo em merçe. [L.1286-1287]
1480.	quan-/doper hum nome entẽdemos outro contrairo a elle [L.1287-1288]
1481.	co-/mo ao negro, chamamos Ioam branco [L.1288]
1482.	Enigma, que dizer,e[sc]ura pergunta: da quál ufa-/mos [L.1288-1299]
1483.	quando fe diz algũa coufa per e[sc]uras paláuras [L.1289-1290]
1484.	como as adeuinhações que iógam os mini-/nos [L.1290]
1485.	Ainda o páy nã enádo [L.1291-1292]
1486.	iá o filho anda pelo te-/lhádo [L.1291]
1487.	que fe entende per [L.1291]
1488.	o fumo primeiro que se o fo-/go açenda . [L1291-1292]
1489.	Desta figu-/ra po[st]o que feia derradeira [L.1292-1293]
1490.	ẽ nósos au-/tos deue fer a primeira[L.1293]
1491.	por que e responder com grãça/e beniuolença [L.1293-1294]

1492.	quando nos perguntam [L.1294]
1493.	como uos uáy [1294]
1494.	e/ nós respondemos [L.1294-1295]
1495.	as quães nam ex/emplificamos [L.1295-1296]
1496.	dádo que ás/uezes ufamos dellas [L.1296]
1497.	por euitár prólixi-/dáde [L.1296-1297]
1498.	estas que puçemos [L.1297]
1499.	pódem fer/exemplo [L.1297]
1500.	aquem quifer enten-/der as outras. [L.1297-1298]
1501.	Esta paláura,Orthografia, ç grega [L.1299]
1502.	E/dádo que no princípio onde je tráta da le-/tera [L.1301]
1503.	ouueramos de profeguir na Ortho-grafia [L.1300-1301]
1504.	quifemos leuár a órdem dos artistas [L.1301]
1505.	por que nó]]a atechám ç fa-/zer algũ proueito aos mininos [L.1302-1303]
1506.	que per esta árte apren/derem [L.1303]
1507.	A quy por cau]a delles trabalharey fer [L.1303-1304]
1508.	o mais brẽue/e cláro que podẽr [L.1304]
1509.	ca je ouuebe de tratár da Orthogra/fia da nó]]a linguágem [L.1304-1305]
1510.	como fez Tortẽlio da latina [L.1305]
1511.	mais çra fazer uocabulário que árte [L.1305-1306]
1512.	Nem menos fa-/rey a cada letera [L.1306]
1513.	como fez me]]/]ála [L.1306-1307]
1514.	je temos mais ou menos leteras [L.1307]
1515.	e quães]ã ociófas [L.1307]
1516.	e quães nos faleçẽ , [L.1307-1308]
1517.	como fez Quin-/tiliano [L.1308]
1518.	Nem alegarey [L.1308]
1519.	ca feria mais mostrarme que/aproueitár [L.1309]
1520.	Quem curio]]idádes qui fer,nestes achará/tantas [L.1309-1310]
1521.	que póde gaftár hum pár de uidas [L.1310]
1522.	leixádas muitas particularidádes da grammática lati-/na [L.1311]
1523.	tratarey]ómente do neçesario aos principiantes [L.1312]
1524.	Das lateras que temos [L..1313]
1525.	Como uimos no princípio [L.1313]
1526.	ferue]]e a nó]]a linguágẽ [L.1313-1314]
1527.	que jam ã figura trinta e tres [L.1315]
1528.	E onde cada hũa ferue [L.1315-1316]
1529.	diremos ao diante [L.1316]
1530.	Estas uinte e jeis leteras je pártem em uogáes e cõ/foantes [L.1316-1317]
1531.	Chamanje /estas leteras uogáes [L.1317]
1532.	de outra fáz perfeita uóz [L.1318]
1533.	hũas cõ/as outras fázem [L.1318-1319]
1534.	Chamanje ditongos destas duas dições gregas, [L.1319-1320]
1535.	e fázem hũa/]]yllaba [L.1321]
1536.	Todalas outras leteras que nam jam uogáes [L.1321-1322]
1537.	chama/mos cõfoantes [L.1322]

1538.	por que com ellas, jam foantes [L.1322]
1539.	per fy jó nam foa [L.1323]
1540.	e com esta letera uogál,e, di-/zemos [L.1323]
1541.	E/ repártem os latinos [L.1324]
1542.	As mudas jam [L.1325]
1543.	Chamanje ,por que [L.1325]
1544.	cõ que às nomeamos [L.1326]
1545.	ficã jem nome [L.1326]
1546.	ca je ti-/rármos ao b [L.1326-1327]
1547.	com que je nomea [L.1327]
1548.	e foa ,be [L.1327]
1549.	fica muda [L.1328]
1550.	chamanje meas uogáes [L.1328]
1551.	por te/rem ante e depois de fy uogál [L.1328-1329]
1552.	que às nomea [L.1329]
1553.	o feu uerdádeiro nome ę ,ęle [L.1329]
1554.	nam/ móstrẽ em fuas prolações [L.1330]
1555.	ambas as uogáes que digo [L.1330]
1556.	jempre ferám meas uogáes [L.1330-1331]
1557.	ellas feruem [L.1331]
1558.	esta letera,x,ę breuiatura [L.1332]
1559.	je chamam liquidas [L.1332-1333]
1560.	E ouueram este nome acerca dos latinos [L.1333]
1561.	por que to-dalas coufas que je deffázem [L.1333-1334]
1562.	e córrem [L.1134]
1563.	chamam elles li-/quidas [L.1334]
1564.	onde ellas feruem [L.1335]
1565.	nós às dilimos [L.1135]
1566.	cáfy je nam jentem [L.1336]
1567.	E,m, podemos dizer que açer/ca de nós [L.1136-1137]
1568.	je póde poer-/til [L.1337]
1569.	Das leteras dobrádas que ufamos [L.1338-1339]
1570.	SErueje tambẽ [L.1338]
1571.	Por que as cinco jam dobrádas [L.1340-1341]
1572.	e/ ufam dellas [L.1341]
1573.	hũas lhe feruem [L.1341]
1574.	Aßy nós temos [L.1342]
1575.	das quáes nos feruimos [L.1343-1344]
1576.	e jam stas [L.1345]
1577.	onde cada hũa ferue [L.1344]
1578.	traremos ,quando [L.1344]
1579.	falármos parti-/culármente dellas. [L.1344-1345]
1580.	OS Hebreos e gregos feruenje [L.1345]
1581.	quando chegam a onze [L.1347]
1582.	tomam a de-/zena [L.1347-1348]
1583.	Nós e os latinos (...) tomemos algũas leteras do A,b,c, [L.1349]

1584.	nam guár-/damos a órдем [L.1349]
1585.	como hũas precẽdẽ as outras [L.1349]
1586.	denotamos hum [L.1350]
1587.	e pera dous aiuntamos o pequeno ao/ grande [L.1350-1351]
1588.	affy o efcre-/uemos [L.1351]
1589.	Quãdo uẽm a çinco poemos [L.1352]
1590.	eſta letera,b,/que ẽ ſegunda [L.1352]
1591.	na redonda poemos.v [L.1352]
1592.	que ẽ a quinta [L.1353]
1593.	Seis, ſeçte,oito, efcreuemos a este módo [L.1354]
1594.	que denó-/ta dẽz [L.1355]
1595.	poemos hum ponto [L.1355]
1596.	que fáz /diminuiçã ã o nũero dẽz [L.1355-1356]
1597.	E quãdo a elle queremos a cre/çentár [L.1356]
1598.	poemos to-/dos diante [L.1357]
1599.	Quãdo queremos efcreuer [L.1357-1358]
1600.	o finificamos [L.1358]
1601.	feiã algũas dellas [L.1360]
1602.	mais per-/tence aariſmẽticos que a grammaticos [L.136P0-1361]
1603.	o que diffe [L.1361]
1604.	bãste /pera exemplificár [L.1361]
1605.	A Primeira e principál rẽgra na nõſſa orthogra-/fia, ẽ efcreuer todas as dições [L.1362-1363]
1606.	com/quantas a pronunçiamos [L.1363]
1607.	ſem poer conſoantes oçiõſas [L.1363-1364]
1608.	como uemos na eſcritura italiana e franceſa [L.1364-1366]
1609.	E dádo/que adiçam feia latina [L.1364-1365]
1610.	como ã deriuamos a nós [L.1365]
1611.	e per-/der ſua pureza [L.1365]
1612.	lõgo á deuemos efcreuer [L.1365]
1613.	Orthographia ẽ uo-/cãbulo grego [L.1366]
1614.	e os latinos o efcreuem desta maneira [L.1366-1367]
1615.	e nós o deuemos efcreuer [L.1367]
1616.	por que com ellas ô pronunciamos [L.1368]
1617.	pode-/mos efcreuer acabãda em muda [L.1369]
1618.	ainda que feiam he-/breas ou bárbaras [L.1369]
1619.	fe terminam nestas ſe-/miuogães [L.1370-371]
1620.	affi ſe põdem terminár [L.1371]
1621.	e com ellas formamos [L.1371-1372]
1622.	nenhũa diçã podemos efcreuer [L.1372-1373]
1623.	Por// que nos auemos de conformár [L.1373-1374]
1624.	q̃ temos [L.1374]
1625.	co/mo ſe põde uer [L.1374]
1626.	os mininos pó-dẽ aprendẽr a ler [L.1375]
1627.	feruirã /em meo da diçã [L.1376]
1628.	como/agóra fãze [L.1376]

1629.	muitos q̄ querẽ fazer [L.1376-1377]
1630.	sem curár da orthographia [L.1377]
1631.	como quẽã nã fente [L.1377]
1632.	toda diçám que se efcreuer [L.1378]
1633.	a primeira das letras ferá da precedẽte [L.1378-1379]
1634.	a primeira syllaba ę , nóf [L.1379-1390]
1635.	todo nome que no ſingulár acába [L.1380-1381]
1636.	como uimos nas formações delles [L.1382]
1637.	se po/rá tíl [L.1382]
1638.	trataremos em particulár de cada hũa [L.1384-1385]
1639.	pri/meiramente das uogáes por ferem princeſas [L.1385-1386]
1640.	Os latinos de quem às nós reçebemos [L.1386]
1641.	como ia uimos [L.1387]
1642.	Nós temos oito [L.1387]
1643.	de que ufam /em ſua eſcritura [L.1390]
1644.	nã ufamos deſ-/ta deſerença [L.1390-1391]
1645.	que chamamos grandes [L.1391]
1646.	E dá-/do que â ſintamos na prolaçam da uóz [L.1391-1392]
1647.	foprinos olugar [L.1392]
1648.	onde/ ellas ſerue : [L.1393]
1649.	as quá/es deuemos efcreuer [L.1393]
1650.	E eſta/maneira de dobrá r duas letras [L.1394]
1651.	fázẽ ás uezes os latinos [L.1394-1395]
1652.	mas cada uogál fáz hũa syllaba [L.1395-1396]
1653.	e/ nós queremos [L.1396]
1654.	ambas as uogáes fáçam [L.1296]
1655.	que nam póde fer [L.1397]
1656.	pois nam ſam dithongos [L.1397]
1657.	E bem / ſey [L.1397]
1658.	e o uſo eſtár ã contráiro [L.1397-1398]
1659.	ferá /couſa trabalhóſa [L.1398]
1660.	ſere lógo eſtas nóuas [L.1398]
1661.	reçebidas /em nóſſa orthographia [L.1398-1399]
1662.	o tempo às fará tã própias [L.1399]
1663.	como ſam as outras [L.1399]
1664.	de q̄ ufamos [L.1399]
1665.	E parece couſa: muy/iuſta [L.1399-1400]
1666.	tratá rmos dellas [L.1400]
1667.	pois a perſeiçam da nóſſa gram/mática cõfiſte [L.1400]
1668.	em conheçermos [L.1401]
1669.	e ufarmos das letras [L.1401]
1670.	que/ temos [L.1401]
1671.	e quáes ſam grãdes [L.1401]
1672.	de todas uſa / mos [L.1402]
1673.	como podemos / uer [L.1402-1403]
1674.	daremos a cada hũa [L.1403]

1675.	que ę a nó[[a [L.1403]
1676.	que chamamos grande [L.1405]
1677.	Ambos ęruem em compo[[am [L.1405-1406]
1678.	em que o outro nam entende [L.1406]
1679.	cada hum ęrue [L.1407]
1680.	ficariam amfilológicas [L.1407]
1681.	nos enfine tirár esta/amfibologia [L.1408-1409]
1682.	ęrue por ęy ęó [L.1410]
1683.	quando uou á/ęfcóla [L.1410-1411]
1684.	uou de boa uontáde [L.1411]
1685.	E ęrue de uębo na ter-/ęeira pe[[oa [L.1411]
1686.	como quando dizemos [L.1412]
1687.	que uos nam uy [L.1412]
1688.	que iá uos estranháua [L.1412-1413]
1689.	E ęrue de interie[[am [L.1413]
1690.	por que fázes i[[o [L.1413]
1691.	E quando ęr-/ue [L.1413-1414]
1692.	ę per os exemplos a[[ima ditos [L.1414-1415]
1693.	e quę a ęua/prola[[am [L.1415]
1694.	ęrue per ęy ęó [L.1416]
1695.	a/matęria bę feita apraz ao mẽstre [L.1417]
1696.	ęrue de relatiuo [L.1418]
1697.	ęe â eu to-/már [L.1418]
1698.	farteey lębrár esta regra [L.1418-1419]
1699.	que lhe ues encima [L.1419]
1700.	o temor de deos fáz // bõa conęciencia [L.1420-1421]
1701.	ęrue per ęy de uębo[L.1421]
1702.	e dizemos [L.1422]
1703.	Esta árte ę emprimida [L.1422]
1704.	E ęrue em compo[[am de di[[ões [L.1423]
1705.	a nó[[a ęę nos á de/faluár [L.1423]
1706.	ęrue per ęy/ęó [L.1424]
1707.	tu e/ eu e os amigos da pátria louuamos a nó[[a linguágem [L.1424-1425]
1708.	Equando ęrue em compo[[am das di[[ões [L.1425-1426]
1709.	dizemos [L.1426]
1710.	António le [L.1426]
1711.	Segundo uimos [L.1426]
1712.	temos tres ijs [L.1426]
1713.	ca-/da hum tenha ęeu logár na ęcritura [L.1427-1428]
1714.	I, longo, ęruirá em todalas di[[ões [L.1428]
1715.	que começarem /nelle [L.1428]
1716.	ao quál ęe ęegue uogál [L.1428-1429]
1717.	E a uogál onde elle ęere [L.1429]
1718.	ęe póde/ chamár ferida [L.1429-1430]
1719.	e entã ęrue de cofoante [L.1430]
1720.	i. pequeno ęrue ęe todalas di[[ões [L.1430]

1721.	que se querem remiças[L.1432-1433]
1722.	onde fer-ue ,y,grego [L.1433]
1723.	como ueremos [L.1433]
1724.	ferue de uerbo [L.1434]
1725.	como quando dizemos [L.1434-1435]
1726.	os latinos ufáram ./ [L.1435]
1727.	ferue no meo das dições [L.1436]
1728.	E ferue no fim das dições [L.1436-1437]
1729.	ferue per fy de in-/terieiça [L.1437-1438]
1730.	ó piadoço deos lembraiuos /de nós [L.1438]
1731.	E ferue em compoziçám das outras leteras [L.1438-1439]
1732.	ca dizemos póde [L.1440]
1733.	que ę presente [L.1441]
1734.	e/pode que ę preterito [L.1442]
1735.	O pequeno ainda que perdeo a pó[fe [L.1441]
1736.	que ferue o,ó [L.1443]
1737.	ficáram lhe tres [L.1443]
1738.	Serue per fy/só [L.1143]
1739.	o artigo ę denotaçám [L.1444]
1740.	E ferue de relatiuo maſculino [L.1444]
1741.	este liuro ſempre andar á limpo [L.1445]
1742.	ſe ô guar/dárem bẽm [L.1445]
1743.	e feruem em compoziçám das dições [L.1445-1446]
1744.	Epera/ fabermos [L.1446]
1745.	quál ę o artigo [L.1446]
1746.	a/órdem da conſtruiçám ô demoſtre [L.1447]
1747.	ſempre acharemos o/artigo [L.1447]
1748.	detras do nome que elle rege [L.1447-1448]
1749.	por que nam tem certo lugar [L.1448]
1750.	e tambẽ/ô podemos denotár [L.1448]
1751.	Como uimos [L.1449-1450]
1752.	temos dous [L.1450]
1753.	Peró o primeiro nã ferue [L.1450]
1754.	em todas as dições que começam nelle [L.1451]
1755.	por/ fer hũa das leteras [L.1451]
1756.	que temos [1452]
1757.	que feruem no/prinçipio [L.1452]
1758.	E a[ſy ferue [L.1453]
1759.	o,u,pequeno lhe toma [L.1454-1455]
1760.	ás uezes o ofiçio de ferir [L.1455]
1761.	Oſegundo,u, ferue [L.1457]
1762.	antigamente feruia [L.1458]
1763.	como quan-/do ſe dizia [L.1458]
1764.	do qual iá nam ufamos [L.1457]
1765.	Pois uimos das principaes leteras [L.1458]
1766.	que ſam as uogaes [L.1458-1459]

1767.	tratou doprimeiro dizendo [L.1462-1463]
1768.	conformemonôs com o ujo [L.1464]
1769.	e no mais me reme-/to a elle [L.1464]
1770.	onde fála das leteras [L.1464]
1771.	que te-mos delles [L.1465]
1772.	este primeiro.C./ aiuntafe [L.1465]
1773.	as syllabas ficam çeçeádas [L.1467]
1774.	Nós parece que ouemos [L.1468]
1775.	dos mourifcos/que uêçemos [L.1468-1469]
1776.	em feruir seus ofiçios [L.1469-1470]
1777.	como uemos [L.1470]
1778.	Seruênôs comumente [L.1470]
1779.	ao quá/às podemos comparár [L.1471]
1780.	e por ijo às atamos em mó-/lho [L.1471-1472]
1781.	ņem Fazermos del-/las muita mençám [L.1472-1473]
1782.	G, tem diferenças em seu feruiço [L.1473]
1783.	quando fe aiunta /às uogáes [L.1463]
1784.	por que nam pronüciamos [L.1473-1474]
1785.	E pera aiuntar /mos á letera,g [L.1474-1475]
1786.	com que fá-/ça aprolaçám [L.1475]
1787.	ę necejjária esta letera [L.1475-1476]
1788.	como os/ latinos nam pódē dizer [L.1476-1477]
1789.	nós nam podemos dizer [L.1477]
1790.	muitos confundem [L.1478]
1791.	e tomam hūas por outras [L.1479]
1792.	deuemonôs conformár [L.1479]
1793.	todos los nomes propios fe eferuem [L.1480-1481]
1794.	os latinos nam lhe chamam letera [L.1482-1483]
1795.	por feruir em todas las syllabas [L.1483]
1796.	que ę interiçám [L.1484]
1797.	que ę de compreender em/algũ erro [L.1484-1485]
1798.	e de coçeder [L.1485]
1799.	que está hūa coufa bem fei-/ta. [L.1485]
1800.	cada hūa das tres leteras uogáes fáz tres syllabas [L.1487]
1801.	q̃/ fã próprias da nójja liguáge [L.1487]
1802.	quãdo está poſto antre duas uogáes [L.1488-1489]
1803.	outras dições q̃ tomamos dos latinos. [L.1489-1490]
1804.	muitos preſentes a eferuem [L.1491]
1805.	como quem nam fente [L.1491]
1806.	ca ę compósta destas duas [L.1492]
1807.	E por/ tirár aquelle concurſo [L.1492-1493]
1808.	os latinos chamam [L.1493]
1809.	tiramos o,s,de todos [L.1494]
1810.	e/em seu lugar poemos ,l [L.1494]
1811.	com o quá arebatamos /aquelle artigo [L.1494-1495]
1812.	e dizemos todos los [L.1495]

1813.	E esta regra de-/uemos ter [L.1495]
1814.	onde o,l, arrebata algũ ar/tigo [L.1496]
1815.	aquál <i>figura</i> ę muy ufáda [L.1496]
1816.	que <i>se/acabam</i> [L.1497]
1817.	por que fa-/zemos [L.1498]
1818.	cua letera elle ę <i>final</i> [L.1499]
1819.	ę <i>ru</i> e/em <i>seu</i> lugar il [L.1499]
1820.	a que podemos chamar [L.1499]
1821.	E da/maneira que fica liquido [L.1500]
1822.	quando leuamos ao plurár [L.1501]
1823.	as/dições que acabã nelle [L.1501]
1824.	nas <i>formações</i> do nome ô uimos [L.1501]
1825.	E em algũas dições onde elle ę <i>final</i> [L.1502]
1826.	nũca ô poremos [L.1502-1503]
1827.	por nam fazer/a páte <i>amfibológica</i> [L.1503]
1828.	Em, algũas dições se quę /dobrádo [L.1504-1505]
1829.	ante de <i>sy</i> nam consente ,n,como,p,e,b [L.1505-1506]
1830.	que ę regra dos latinos [L.1507]
1831.	Esta letera. N. acerca de nós ę <i>ru</i> e [L.1507]
1832.	por/que nam temos [L.1508]
1833.	páte que se acábe nelle [L.1508]
1834.	somos mais <i>confór/mês</i> aos latinos [L.1509-1510]
1835.	E muitas uezes o til ô efcufa [L.1510]
1836.	quando ę <i>final</i> da <i>syllaba</i> [L.1510]
1837.	como fáz ao,m, [L.1510-1511]
1838.	que ás uezes se quę dobrádo [L.1511]
1839.	que/ reçebemos dos latinos [L.1511-1512]
1840.	pela pou/ca neçefidáde que á della [L.1512-1513]
1841.	como uimos a trás [L.1513]
1842.	a nós conuinha [L.1513]
1843.	desterrála /da nó]ja ortografia [L.1514]
1844.	em <i>seu</i> logár empossár e]ta lete/ra,c, [L.1514]
1845.	Mas ia diffe [L.1514-1515]
1846.	quam reço]o fou de nouidádes [L.1515]
1847.	as proueitó]as tenham muita <i>força</i> [L.1515]
1848.	pera serem/recebidas [L.1516]
1849.	Como creo [L.1516]
1850.	que se faria a esta letera,c, [L.1516]
1851.	<i>se fe-/ze]se</i> profi]fám [L.1516]
1852.	que <i>se</i> nam aiunta [L.1517]
1853.	que <i>lhe</i> ę <i>feme-//</i> lháuel. [L.1518-1519]
1854.	jan ellas tam limpas [L.1519]
1855.	que <i>se</i> nam quęrem aiũ/tar [L.1519]
1856.	ca nam dif]emos [L.1519]
1857.	dizemos qua,que,qui [L.1520]
1858.	E a]y fica aquella letera, [L.1520]

1859.	cá affy âs fintimos [L.1521]
1860.	e dizemos [L.1522]
1861.	por terẽ outros ſinificá-/dos [L.1523]
1862.	nam âs á em nóſa lin/guágem [L.1523]
1863.	ca dizemos [L.1523-1524]
1864.	Eſtas duas ſyllabas,que,qui, ſam [L.1524]
1865.	Por ã neſta páрте deffaleço o ufo [L.1525]
1866.	Aſſy que podemos da qui tirár esta regra [L.1525-1526]
1867.	ufaremos /á uezes [L.1526]
1868.	Segundo uimos na diuiſám das leteras [L.1526-1527]
1869.	R,ç hũa [L.1527]
1870.	branda a que chamamos,çre [L.1528]
1871.	que rompe a uóz com impeto [L.1528-1529]
1872.	que ſe cha-/ma çre [L.1529]
1873.	O primeiro ſçrue no meo das dições [L.1529]
1874.	No principio ſçr-/ue em figura [L.1530]
1875.	mas nam em uóz, por ſer brando [L.1530-1531]
1876.	O ſegundo ſçrue ſempre [L.1531]
1877.	a ſyllaba ç riſ-/pida e fórte [L.1532]
1878.	como carreta ã ç diſerête de careta [L.1532]
1879.	E no// principio ſçrue [L.1532-1533]
1880.	cua primeira letera ç,r [L.1534]
1881.	esta/tál ſerá fórte [L.1534]
1882.	que ſçrue ſempre no prinçi-/pio [L.1535]
1883.	em algũas dições ô dobramos [L.1536-1537]
1884.	ſerá dobrado [L.1539]
1885.	Te quy tratamos particulármête [L.1540]
1886.	fica agóra [L.1540-1541]
1887.	uermos do til [L.1541]
1888.	aque podemos/chamár ſoprimento [L.1541]
1889.	pela maneira que ia uimos [L.1542]
1890.	quando tratamos dã-/bos [L.1542]
1891.	a eſte módo,ã, tanto ſi-/nifica [L.1543]
1892.	ſe pódem chamár , [L.1545]
1893.	por ãã gaſtárẽ têpo e papel [L.1545]
1894.	E por que nam guárdam [L.1546]
1895.	nam trataremos dellas [L.1547]
1896.	e isto báſte quãto á or-/thografia [L.1547]
1897.	E em çç/ral ueiamos [L.1548]
1898.	que deuemos ter [L.1548]
1899.	pela/quál entendemos a eſcritura [L.1550]
1900.	ç o apontár das pártes [L.1551]
1901.	em que os latinos moſtráram [L.1551]
1902.	Esta nam temos nós [L.1551-1552]
1903.	ſendo couſa que impórta muito [L.1552]
1904.	fica a óraçám amfilológica [L.1553]

1905.	donde náçem du-/uidas [L.1553]
1906.	neſta páрте nam fi-/cár eſcáſſa [L.1554]
1907.	diremos dos pôtos [L.1554]
1908.	que podemos uſár [L.1554]
1909.	je qui/ſermos doutamente eſcreuer [L.1555]
1910.	com que de-/ſtinguê as pártes [L.1555-1556]
1911.	Cõma, e uocábulo grego [L.1556-1557]
1912.	aque podemos chamár [L.1557]
1913.	porque aly je córta a clauſula [L.1557]
1914.	se córtam em uirgulas [L.1558]
1915.	que jam/hũas diſtinções [L.1558]
1916.	Cólo, e o termo [L.1559]
1917.	que ſe acába a cláu-/ſula [L.1559]
1918.	As figuras de cada ponto deſtes: jam [L.1559-1560]
1919.	ſe chamam cõma [L.1560]
1920.	Eſte ſó chama // ma cólo [L.1560-1562]
1921.	As uergas jam eſtas zeburas [L.1562]
1922.	Na cõma pareçe que deſcanſa a uóz, [L.1563-1564]
1923.	mas nam/ fica intendimêto ſatiſfeito [L.1565]
1924.	por que deſeia a outra pár/te [L.1565-1566]
1925.	a óraçám fica perfeita [L.1566]
1926.	Estam antre as cortaduras [L.1566-1567]
1927.	que jam estes /dous pontos [L.1565]
1928.	que chamámos diſtinções [L.1565-1566]
1929.	como iá diſ-/ſe [L.1566]
1930.	ſe chama cólo [L.1566]
1931.	As paláuras que iázem [L.1566-1567]
1932.	ſe chamam , clauſula [L.1567]
1933.	os latinos chamam termo [L.1568]
1934.	Os/ dous árcos que fázem [L.1568]
1935.	Como ia diſe [L.1569]
1936.	usam os latinos [L.1569]
1937.	quando cometem [L.1569]
1938.	hũa figura aque cha-/mam [L.1569-1560]
1939.	daquál tra-/tamos na conſtriçám [L.1570]
1940.	Quãdo pergütamos [L.1570-1571]
1941.	Quem/ foy o primeiro [L.1571]
1942.	que achou o uſo das leteras [L.1571]
1943.	onde apregunta acába [L.1572]
1944.	podemos/chamár interrogatiuos [L.1572-1573]
1945.	por ſerem final [L.1573]
1946.	que interroga-/mos [L.1573]
1947.	e preguntamos algũa couſa [L.1573]
1948.	imos lendo [L.1574]
1949.	elle uáy fazendo [L.1574-1575]
1950.	os pontos que ſe require [L.1575]

1951.	fem/ôs ter [L.1575]
1952.	os meſmos pontos lhe fázem sentir/ [L.1575-1576]
1953.	como ſe póde uer [L.1576]
1954.	Ler as obras de Luthero [L.1576-1577]
1955.	nũca obedeçer ao pá-/pa [L.1577]
1956.	ę o mais ſeguro pera a ſáluaçám[L.1577]
1957.	Como iulgaremos [L.1577]
1958.	estas paláuras nam ferem heréticas [L.1578]
1959.	e/onde ſe acósta [L.1579]
1960.	aly cáy [L.1579]
1961.	A quy destruye a preceden-/te [L.1579]
1962.	ca dizemos [L.1580]
1963.	ę o mais ſeguro [L.1580-1581]
1964.	Estas orações amfibológicas uſávam/muito os oráculos dos gentios [L.1581-1582]
1965.	ca per ellas os em-/ganáuã [L.1582]
1966.	Como ſe conta [L.1582]
1967.	da repóſta que ouue/Pirro do oráculo de Apóllo [L.1552-1553]
1968.	que os grã-/máticos trázem muy comu [L.1583]
1969.	Da quál repóſta Pyrrro ficou/enganádo [L.1584]
1970.	por que entendeo [L.1584]
1971.	que auia de uencer os Ro-/manos [L.1584-1585]
1972.	e elle ficou uen-/çido delles [L.1585]
1973.	por a re-póſta fer amfibo-/lógica [L.1585]

ANEXO B

OCORRÊNCIAS DE CV EM DESACORDO COM A REGRA PRESCRITA	
1.	Eaſy outras muitas nações tomáram hũ termo/que denotábe honrra :a que os Latinos chamam. Preç-/nome, que queç dizer ante do nome, o qual termo elles/ denotauam ás vezes per hũa ſó letera grãde,pósta an/ ter dous pontos, desta maneira. P, por, Publius./e ſe punham outra diante desta, entendiam per ella/o próprio nome, e per a terceira denotáua alinhagem/ou a familia dõde uinha, e per a quáta denotáua o ofi/çio ou alcunha que lhe ęra pósta acaſo [L.111-117]
2.	Os Latinos tâbem <i>fázem/</i> ſuas compoſições: mas nam pájja de tres pártes. [L.228-229]
3.	Ca tem diferentes <i>officios,hũ, ſęr-/uem</i> por ſy em ſemelhãtes dições, como pus emxemplo,/e outro ſęruem por estoutras [L.426-427]
4.	Estes uęrbos peboáes, ou pába a ſua auçám em outra/ coufa, ou nam. Os que páſjam chamãlhe os latinos trã/ſitiuos. [L.1042-1043]
5.	Nem alegarey o que diffe della Gellio, Vituri/no, Seruio, ou Priſciáno [L.1309-1310]
6.	Nós por fogir noui-/dádes [L.1463]

ANEXO C

VERBOS TER, DETER, RETER, P6	
1.	aŷŷy totalas lin-/guágões tem dous reis [L.11-12]
2.	fam peças e capitães prin-/cipaes que de baixo de ŷua iurdiçam tê muita pionágem/ de dições [L.15-16]
3.	Nome, Pronome, Verbo, Aduerbio, Pati-/çipio, Cõiunçam, Prepoŷiçam, Interieçam, que tem os/ latinos. [L.18-19]
4.	pola ualia que cada hũa tem [L.38-39]
5.	ia fabemos que tem a ŷua ualia: [L.39-40]
6.	das quães.h, tem/os Latinos ŷer eŷpiraçam e nam letera [L.44]
7.	E esta figu-/ra que e como a reŷta a que chamamos til : a qual os/latinos tẽ [L.53-54]
8.	e/quãtos açidentes tẽ particulamẽte [L.56]
9.	Toda ŷyllaba tem tres açidentes [L.68]
10.	
11.	à ŷemelhança dos muŷicos , os quães/ tanto ŷe detẽ no ponto deŷta primeira figura [L.71-72]
12.	ouuera/ de ŷer em tróuas, que tem medida de pçes. [L.81-82]
13.	aŷŷy como elles tem outros de nós [L.89-90]
14.	E cáda hum dos Nomes tẽ eŷtes açidẽtes [L.95-96]
15.	pois hy á muitos hómẽes que tem huũ meŷmo nome [L.105-106]
16.	Dõ, que uẽ deŷte nome. Do-/minus, [L.109-110]
17.	Nome aietiuo, ao que nam/ tẽ ŷer per ŷy: [L.125-126]
18.	Tem o nome outro acidente [L.161]
19.	Outros muitos tem/ a nóŷŷa linguagem [L.172]
20.	tem os Grẽ-/gos gramfacilidade [L.227]
21.	ou deŷcendẽte da quelle que tem o nome [L.170]
22.	os hómẽes bulrrões tem pouca uer-/gonha [L.255-256]
23.	por q̃ á hy hũus q̃ tẽ ŷõmente ŷingular e nã plurar [L.258-259]
24.	Nã tẽ plurár os quátro elemẽtos [L.263]
25.	As coufas que tem medida e peŷo [L.271]
26.	nam tem plu-/rár [L.271]
27.	E as ŷementes, trigo, ceuada, /çenteo etc. nam tem plurár [L.273]
28.	Destoutras eŷpçcias e cheiros: como, açafram, /coentro, ortelãa, ençenço. beijoim etc. nã tem plurár. [L.275-276]
29.	Sól, lũa, glória, fama, memória, nam tem plurár. [L.276]
30.	Os que tem plurar e nam ŷingular [L.279-280]
31.	Das pártes do corpo humano estas nam tem ŷin-/gulár [L.283]
32.	como/ia diŷŷemos nam tem os latinos: [L.309-310]
33.	per o real poderio q̃ ambos nella tẽ [L.340]
34.	Os Latinos tem çinquo declinações, [L.344-345]
35.	os Grẽgos tẽ ou-/tras çinquo [L.345]
36.	Os Hebreos tem duas [L.345]
37.	como, fál, meŷ, sól, / ŷul, por que ŷam irregulares e nam tem plurár. [L.403-404]
38.	que podemos dezer reŷlexas e ŷi: tem diferença deŷtas [L.425-426]
39.	Ca tem diferentes ofŷcios [L.427]

40.	Qvátro gēneros tem opronome [L.462]
41.	Dous numeros tem opronome [L.466]
42.	per razã da eçelēcia e alto ofiçio que tē [L.569-570]
43.	Gēnero ã o uerbo, e hũa natureza eſpeçial que tem /hũs [L.586-587]
44.	e nam tem outros [L.587]
45.	que os latinos tē [L.625]
46.	como tem os latinos [L.652-653]
47.	Os latinos tē quá-/tro cõiuğações [L.677]
48.	Todolos outras mais pár/tes q̃ os latinos tē , [L.689-690]
49.	que os Lati-/nos tem [L.855]
50.	como algũus que os latinos/ tē [L.898]
51.	com os jeus compostos/que algũus deſtes tem [L.933-934]
52.	Figuras tem duas [L.955]
53.	Como os averybios sam muitos, aſſy tem diueryſas ſi-/nificações [L.957-958]
54.	na órdem de preçederem açerca de nós tem deferença [L.1022]
55.	Eſtes/trãſituios tē diueryſo regimēto [L.1043]
56.	OS uerybos impeſoães, ſam os que nam tem numeros/e peſſoas [L.1061-1062]
57.	Eſtes açerca de nós tem natureza [L.1062-1063]
58.	Como os uerybos tem natureza [L.1068]
59.	muitos nomes tē preminēcia [L.1068-1069]
60.	Temos tambem algũus nomes aietuios que tē for-/ça [L.1074]
61.	e algũus tem estes tres açidentes [L.1081]
62.	Terceiro acidente/e que algũus tem [L.1086]
63.	ay de/ aquelles que tem pouca fazenda [L.1111-1112]
64.	E por que/ elles tem muitas eſpeçias deſtes ueryos [L.1170]
65.	per paláuras dobrádas que nam tē /mais força [L.1200-1201]
66.	dos enganos,que tem [L.1257]
67.	Muitas outras figuras tem os latinos [L.1295]
68.	ſõ,/por que ambas as leteras retem o ſeu ſóm, [L.1321-1322]
69.	por razam do ofiçio que/ tem [L.1330-1331]
70.	leteras do/brádas que tem diferentes figuras [L.1139]
71.	os quáes tem uinte e duas leteras [L.1340]
72.	e dos açidētes q̃ tem [L.1384-1385]
73.	Os latinos tem ſómente eſtas/cinquo [L.1386-1387]
74.	os gregos e os calde/os tem leteras [L.1389]
75.	e todos tem hũa uóz [L.1427]
76.	por que os latinos nam tem este [L.1462]
77.	Estas ſeis leteras,nam tem [L.1469]
78.	como uemos que/ tem as outras [L.1470]
79.	ãſ atamos em mó-/lho, ſem guardár órdem que tem [L.1472]
80.	ca eſtes tem aprolaçám [L.1474]
81.	outros pequenos que nam tem háſte comprida [L.1533]
82.	E pola mayór pártē os que ante ſy e depois de ſy tem le/tera uogál [L.1538-1539]
83.	como outras uer-/gas e pontos que tem a nóſſa eſcritura [L.1543-1544]
84.	Os latinos, tem estes pontos e fináes [L.1555]

85.	que tem algũa diminui/çam do nome principal [L.180-181]
86.	dos/quães a nóçça linguágem tẽ muy poucos [L.218-219]
87.	Dvas figuras tem o nome, [L.220-221]
88.	Nome cõposto tem o cõtrario def-/te, [L.224]
89.	Do numero que tem o nome. [L.252-253]
90.	o hómẽ uerdadeiro tem pouco/de feu.[L.255]
91.	Todo nome próprio tẽ ſingular e nã plurár: [L.259]
92.	tem ſingular e nam plurár. [L.270-271]
93.	A mayór páрте da eſpeçeria: como pimenta,/ cráuo cançla,etc.nam tem plurár. [L.273-275]
94.	ca nam tem mais que acre-/çentar lhe esta letera [L.393-394]
95.	que tem gram força açerca das/ cousas [L.408]
96.	Ca este,m,final nóbo tem aly o officio do /mem çerrádo dos hebreos [L.411]
97.	pera boa órdem e perfeito intendimento// da linguágẽ,aqual tem estes feis açidẽtes [L.445-446]
98.	Dvas figuras tem o pronome [L.455]
99.	por que mayór e fi-/cácia tem dizer [L.459]
100.	Verbo peſſoal ç aquelle que tem nu-/meros e peboas. [L.583-584]
101.	e nam tem primeira nẽ ſegunda peboas [L.608-609]
102.	polo officio que tem [L.618-619]
103.	que nóçça nam tem [L.620]
104.	e outros muitos ſiniſicádos que tem quando o aiun/tamos a nomes ſuſtantiuos desta calidáde [L.621-622]
105.	a diuiſam do pronome que tem tres/peſſoas [L.668-669]
106.	E este uerbo tem numero ſingular, [L.669-670]
107.	q̃ nã tẽ cõueniẽçia cõ auer, feu ãfinitiuo [L.921]
108.	Açy q̃ tem o auerbio este poder [L.949-950]
109.	que tẽ a nóçça grãmática [L.971]
110.	A Prepoſiçã nã tẽ eſpeçia [L.975-976]
111.	mas tem figura Singçla e dobráda [L.976]
112.	que iá tem mais eſficácia [L.978]
113.	cada naçám/ tem ſua órdem [L.1002]
114.	Tem mais o nome hũa concordança [L.1027]
115.	e ca-/da hũ delles tem tres peboas [L.1039-1040]
116.	O auẽbio ainda que nã tem tanta força [L.1079-1080]
117.	algũus tem força [L.1087]
118.	a uer/dáde açerca dos hómẽes tem dous roſtros [L.1105-1106]
119.	Interieçã tem tâtos ſiniſicádos[L.1107]
120.	colhões tammanhos tem aquella/lebre [L.1196-1197]
121.	que olhoẽs tammanhos tem aquella lebre [L.1197]
122.	algũa cõueniencia ou eſpecialidáde que /hũa couça tem [L.1259]
123.	Alegoria, quẽr dizer, ſiniſiçaçám alhea, aquál tem [L.1280]
124.	primeira letera do,a,,b,c, tẽ duas fi-// guras [L.1403-1405]
125.	e/cada hum tem feu officio [L.1406]
126.	O primeiro tem quátro offiçios[L.1409-1410]
127.	A,pequeno tem tres offiçios [L.1415-1416]
128.	tem neceſidáde/daquelle eſpirito [L.1419]
129.	ç, grande tem dous offiçios [L.1421]

130.	E, pequeno tem outros dous <i>ofiços</i> : [L.1423-1424]
131.	Tem máis/este,i,outro <i>ofiço</i> [L.1433-1434]
132.	Y,grego tem dous <i>ofiços</i> [L.1435-1436]
133.	Ejste,ó,grande tem dous <i>ofiços</i> [L.1437]
134.	que nam tem o artigo [L.1448]
135.	Esta segunda letera,B,açerca de nós e doslati-/nos nam tem [L.1459-1460]
136.	C/ Tem duas <i>figuras</i> [L.1461]
137.	o quá <i>ofiço</i> tem açerca de nós [L.1483-1484]
138.	Tem mais outro <i>ofiço</i> [L.1485]
139.	L.tẽ hũa <i>jó de ferẽça</i> [L.1488]
140.	M. tem menos <i>trabálho</i> [L.1498]
141.	e que diante <i>fy</i> tem /letera uogál [L.1502]
142.	por que tẽm /esta <i>natureza</i> [L.1505]
143.	pelo nome que tẽm [L.1512]
144.	Q. tẽm tam per-/uẽrça <i>natureza</i> [L.1517]
145.	das/ que tẽm duas <i>figuras</i> [L.1527]
146.	Hum <i>fingelo</i> /que tẽm a uóz <i>leue</i> [L.1528]
147.	S, tem duas <i>figuras</i> [L.1534]
148.	por que a páte,nũca, tem <i>força</i> neste <i>entendimento</i> [L.1578-1579]

OCORRÊNCIAS COM O VERBO <i>POER</i>, <i>COMPOER</i> EM POSIÇÃO P3 E P6	
1.	aletera,dõde je totalas dicões cõpõem [L.24-25]
2.	ca/bem como do aiuntamento dos quáto elementos je compõem totalas couças [L.33-34]
3.	quando/ jepõem fobre eſta letera.q, ou fobre letera uogal. [L.53-54]
4.	Em ef-/ta maneira de cõpoer huã pártre cõ outra [L.226]
5.	que/ ás uezes compõem hũa diçam de quátro ſiniçádos,/ [L.227-228]
6.	aſy do a iun-/tamento do artigo aos cáſos do nome, je compõem a/ oraçám, [L.313-314]
7.	que je/ põem em lugár do próprio nome [L.438]
8.	que je compõe de auer-/bios: [L.636-637]
9.	e composto,o que je compõe de duas. [L.639]
10.	aquál je põem antre as/outras pártres [L.971]
11.	ca je compõem eſta le-/tera,a, compróuo [L.974-975]
12.	E tambẽ je cõpõem hũas com outras [L.982-983]
13.	cao nome aietiuo óra je antepõem , como,os bõos hó-/mẽes [L.1022-1023]
14.	óra jepofpõem ,como, os hómẽes bõos. [L.1023-1024]
15.	peró/o pronome ſempre je põem de tras do nome [L.1024-1025]
16.	je enterpõe letera ou ſyllaba na diçám [L.1135-1136]
17.	lhe põe ,l [L.1136]
18.	em meyode algũa ſentença je entrepóem [L.1275-1276]
19.	Por,hum,/põem a primeira letera,a [L.1346-1347]
20.	das pártres de que/ je cõpõem [L.1492]

ANEXO E

OCORRÊNCIAS DE CV COM OS VERBOS <i>VIR</i> E <i>CONVIR</i>, EM P3 E P6	
1.	Nam ſegũdo conuẽ/a órdẽ da Grãmatica eſpeculatiua, [L.25-26]
2.	a quelle que uen de algũ/parttiçipio [L.215-216]
3.	Todo nome que conuem a hómeme e a molher [L.244-245]
4.	que lhe conuem este nome [L.293-294]
5.	Os uerbos impeſoães da uóz paſiua,açerca dos la/tinos ſempre denótam auçam cõ generalidáde de obrar:/ e própriamente uem de todos os uerbos neutros.aufolu-tos [L.613-615]
6.	Os bárbaros/ que uem a nóſo ſeruiço [L.909]
7.	E quãdo uẽ á //primeira poſiçã da primeira poſoã do módo demoſtra/dor [L.919-921]
8.	AS dições q̄ cõuẽ em numero gênero e cáſo <i>sam os nomes ſuſtantiuos</i> [L.1015]
9.	Vem este uocábulo [L.1165-1166]
10.	aquellas que nos conuẽ , [L.1171]